

THAYRON RODRIGUES RANGEL

A construção da identidade do Profissional da Informação em Biblioteconomia a partir do DASP, do IBBD e do IBICT: um estudo histórico a partir de fontes primárias das instituições no período 1930-1950.

Dissertação de Mestrado
Junho de 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA –
IBICT
PROGRAMA DE POS GRADUACAO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI
THAYRON RODRIGUES RANGEL

A construção da identidade do profissional da informação em
Biblioteconomia partir do DASP, do IBBD e do IBICT: um estudo
histórico a partir de fontes primárias das instituições no período 1930-
1950.

RIO DE JANEIRO

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA –
IBICT
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI
THAYRON RODRIGUES RANGEL

A construção da identidade do profissional da informação em
Biblioteconomia partir do DASP, do IBBD e do IBICT: um estudo
histórico a partir de fontes primárias das instituições no período 1930-
1950.

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós Graduação em Ciência
da Informação, convênio entre o Instituto
Brasileiro de Informação em Ciência e
Tecnologia (IBICT) convênio com a
Universidade Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ), como requisito parcial à obtenção
do título de Mestre em Ciência da
Informação.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Medeiros Pimenta

RIO DE JANEIRO

2017

CIP - Catalogação na Publicação

R196c Rangel, Thayron Rodrigues
A construção da identidade do Profissional da
Informação em Biblioteconomia a partir do DASP, do
IBBD e do IBICT: um estudo histórico a partir de
fontes primárias das instituições no período 1930
1950. / Thayron Rodrigues Rangel. -- Rio de
Janeiro, 2017.
168 f.

Orientadora: Ricardo Medeiros Pimenta.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Instituto
Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia,
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação,
2017.

1. Bibliotecário. 2. Biblioteconomia. 3.
Identidade Profissional. 4. Instituto Brasileiro
de Bibliografia e Documentação (IBBD). 5. Instituto
Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia
(IBICT). I. Pimenta, Ricardo Medeiros, orient. II.
Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

THAYRON RODRIGUES RANGEL

A construção da identidade do profissional da informação em
Biblioteconomia partir do DASP, do IBBD e do IBICT: um estudo
histórico a partir de fontes primárias das instituições no período 1930-
1950.

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós Graduação em Ciência
da Informação, convênio entre o Instituto
Brasileiro de Informação em Ciência e
Tecnologia (IBICT) convênio com a
Universidade Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ), como requisito parcial à obtenção
do título de Mestre em Ciência da
Informação.

Aprovada em: ____/____/2017

Prof. Dr. Ricardo Medeiros Pimenta (Orientador)
PPGCI/IBICT-ECO/UFRJ

Gustavo Silva Saldanha
PPGCI/IBICT-ECO/UFRJ

Icleia Thiesen Magalhães Costa
UNIRIO

Lena Vania Ribeiro Pinheiro
PPGCI/IBICT-ECO/UFRJ

Marcia Teixeira Cavalcanti
Universidade Santa Ursula

A Deus e aos seres de luz que me acompanham em cada passo do meu caminhar e a Rodolpho Guimaraes, que desde o inicio dessa caminhada em 2009, me alicerca e impulsiona a sempre sonhar alto e acreditar nos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Quem diria que teria mais um desafio após concluir esta pesquisa... duas páginas serão insuficientes para agradecer a todos que fizeram parte desse percurso, que se iniciou há nove anos atrás em uma cidadezinha da Zona da Mata Mineira, Muriaé. Um menino cheio de sonhos e anseios, que nunca almejou fazer uma universidade e que hoje, se torna mestre. História viva de muito labor e suor, tracei com orgulho, cada linha de minha vida educacional, em instituições públicas e, infelizmente, represento a minoria.

Início os agradecimentos por meus pais, Paula Cristina e Celso Rangel, que sempre me incentivaram a prosseguir em meus estudos. Aos meus irmãos Thyago, Thayane, Bruno e Phyllype (em ordem de chegada, rsrs), por me darem forças em todos os momentos e, a meu padrasto que também foi um grande pai, Renato Filgueiras. Não poderia deixar de citar meus padrinhos, primos e tios. Não poderia deixar de citar, meus avós Claudete e João (in memorian) e Antônia e Orlando (in memorian). Em especial a vovó Antônia, por me fornecer todos subsídios para poder iniciar minha caminhada.

Uma vez na Universidade, agradeço àqueles que me incentivaram a prosseguir meus estudos, mostrando-me a beleza da missão de ser docente e pesquisador. Insiro aqui, todos os docentes que integraram minha jornada. Na graduação de Biblioteconomia, agradeço ao prof. Doutor Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda, por guiar meus primeiros passos no meio acadêmico, através do PET Biblioteconomia. E aos professores Suzete Moeda e Fabiano Cataldo, que mesmo sem notarem, despertaram em mim o sentimento da docência, em sua mais pura espécie. Por fim, agradeço a professora Lidiane Carvalho por todo carinho e zelo na minha orientação, o que de fato foi o divisor de águas em minha trajetória. Não poderia de deixar de mencionar o querido professor Antonio Victor Botao, que me orientou no estagio docência em minhas primeiras aulas como professor. Aos amigos que a Biblioteconomia me deu e que tanto me motivaram a prosseguir nessa caminhada, Fabiana Hayes, Yasmin Nunes, Jane Leite, Ana Lucia Aguiar.

Já na Arquivologia, agradeço especialmente a prof. Doutora Anna Carla Mariz, pelas inúmeras demonstrações de zelo, afeto e atenção com seus amigos, colegas e alunos. Aos professores João Marcus Figueiredo e José Maria Jardim, que marcaram de forma muito positiva, minha passagem pela Arquivologia. Aos

grandes amigos que esta segunda graduação em deu, Raquel Melo (irmã para todo o sempre), Jéssica Vaz, IvyMerlo, Verônica Oliveira, Gabriela Pascoal, Joelma Mendonça, Ana Maria, Raphaela Reis, Railane Antunes, Eduardo Curvelo, Renan Marques, Bianca Lopes e Clarissa Schmidt. Não deu para citar todos os 223 alunos do curso...

Muito obrigado, àquelas que me mostraram como ser um bom gestor. Simone Costa, Marilda Coelho, Wallace Mendonca, Maria Isabel Cabral da Franca, Fabiana Schtspar, Jucerli Prestes, Gleise Cruz e Lourdes Santos. Saibam que vocês construíram uma boa parte do que profissionalmente me tornei. Aos colegas do IFRJ que acompanharam nesse último ano minha rotina.

E, as pessoas que conviveram comigo durante esses dois longos anos de pesquisa, sorrisos, lágrimas e mais pesquisas. Família PPGCI IBICT 2015. Por acompanhar todo processo de produção dessa pesquisa, Leyde Klebia e Andrea Doyle, meu muito obrigado por tornar esse processo bem mais prazeroso. Aos colegas Priscila e Dayo Corbo, Ana Patrícia, Jobson “Mindu”, Eri, Tati, Bianca, Edilson “primo”, a nossa “candanga” Karlinha, André, Nadia, Larriza, Iara Vidal, Larriza, Bruna Cajé, Miguel, Pat Lee e muitos outros...

Gostaria ainda de agradecer aos amigos que a vida me deu Luiz Herculano e Fabíola Borba.

Por fim, não menos importante (pelo contrário), agradeço aos membros da Banca, por cada conselho, correção, elogio e questionamento em nossa pesquisa. Aos professores Lena Vania Ribeiro Pinheiro, Icileia Thiesen, Rosali Fernandez e Márcia Cavalcanti. Em especial agradeço àquele que tornou esse sonho viável, professor orientador, amigo e Doutor Ricardo Pimenta.

“Preciso ser um outro
para ser eu mesmo
Sou grão de rocha
Sou o vento que a desgasta
Sou pólen sem insecto
Sou areia sustentando
o sexo das árvores
Existo onde me desconheço
aguardando pelo meu passado
ansiando a esperança do futuro
No mundo que combato morro
no mundo por que luto nasço”.

*Identidade. Mia Couto,
in "Raiz de Orvalho e Outros Poemas"*

RESUMO

Busca analisar o contexto de surgimento da criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), bem como sua reflexividade na construção da identidade dos profissionais de informação em Biblioteconomia e Documentação. Compreendidas por fatores sociais, tecnológicos, culturais e demais interesses econômicos, as Políticas de informação se justapõem às linhas de força que corroboram a construção da identidade dos profissionais de informação, fluida e dinâmica. Os procedimentos metodológicos de natureza qualitativa e exploratória, foram realizados a partir de sete etapas que compreendem desde levantamento e pesquisa bibliográfica, a análise de documentos primários e realização de história oral e, a inserção no Projeto Memórias Científicas: História Oral da Ciência da Informação no Brasil. Acredita-se que com o desenvolvimento deste estudo, muitos outros virão, a fim de compreender o contexto e os fatores que moldaram a construção da identidade dos profissionais in loco, bem como o histórico do primeiro instituto de CI no Brasil.

Palavras-chave: Bibliotecário. Biblioteconomia. Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT). Identidade Profissional. Ciência da Informação.

ABSTRACT

As part of a current Master's dissertation, this article seeks to analyze the context for the emergence of information policies since the creation of the Bibliography and Documentation Brazilian Institute (IBBD), as well as its reflexivity in the construction of information professionals' identity in the field of Librarianship and Documentation. Comprised by social, technological, cultural and economic interests, information policies juxtapose the lines of force that corroborate the construction of information professionals' identity, fluid and dynamic. The methodological procedures of a qualitative and exploratory nature were carried out from eight stages, starting with bibliographical research, then primary documents analysis and collection of oral history, and finally, the insertion of this research in the Scientific Memories Project: Information Science Oral History in Brazil. It is believed that, by developing this study, it is possible to understand the context and the factors that shaped the construction of professionals identity *in loco*.

Keywords: Librarianship. Librarian Science. Administrative Department of Public Service (DASP). Bibliography and Documentation Brazilian Institute (IBBD). Brazilian Institute of Information, Science and Technology (IBICT). Professional Identity. Information Science.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BN	Biblioteca Nacional
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPF	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
C&T	Ciência e Tecnologia
CF	Constituição Federal
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CFSPC	Conselho Federal de Serviço Público Civil
CI	Ciência da Informação
CNPq	Conselho Nacional de pesquisa
CONSUPI	Comissão Supervisora do Plano dos Institutos
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FNDCT	Fundo Nacional
FUNTEC	Fundo de Desenvolvimento Técnico Científico
FUNTEC	Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IMPA	Instituto de Matemática Pura e Aplicada
ICT	Informação de Ciência e Tecnologia
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição de Documentos
ON	Observatório Nacional
PBDCT	Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PqU	Programa Universitário
PROTEC	Programa de Expansão do Ensino Tecnológico
SBE	Serviços de Bolsa de Estudo
SED	Serviço de Estatística e Documentação
SIC	Sistema de Intercâmbio de Catalogação

SNDCT	Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico
SNI	Sistema Nacional de Informação
SNICT	Sistema Nacional de Informacao em Ciencia e Tecnologia
UDN	União Democrática Nacional
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Modelo para geração de Políticas de Informação	40
Figura 2:	A construção da identidade	41
Figura 3:	As Dimensões informacionais no Brasil Militar	43
Figura 4:	Esquema de circulação da informação em ciência e tecnologia	53
Figura 5:	A criação dos Institutos de Informação	56
Figura 6:	Cerimônia de posse de Luiz Simões Lopes no DASP	60
Figura 7:	Luiz Simões Lopes e os Bibliotecários do DASP	62
Figura 8:	Emigração de cientistas brasileiros para o exterior nas décadas de 50 e 60	71
Figura 9:	Organograma do IBBD em 1957	83
Figura 10:	Matriz Curricular do PPGCI Mestrado em 1982	90
Figura 11:	Proposta de Organograma IBICT	92
Figura 12:	Organograma do IBICT em 1980	94
Figura 13:	Esquema dos componentes da estrutura nacional de informação	94
Figura 14:	O circuito da cultura	109
Figura 15:	A construção do processo de personalidade	111
Figura 16:	Cronologia dos cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação (stricto sensu)	122

LISTA DE QUADROS E TABELA

Quadro 1:	Marcos Históricos de criação do IBBD	82
Quadro 2:	Cursos de Graduacao em Ciencia da Informacao	118-119
Tabela 1:	Quantitativo de alunos dos cursos de Pos Graduacao em CI	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Recuperação do Termo IBBD na base Minerva	23
Gráfico 2:	Recuperação do Termo IBICT na base Minerva	24

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
2	REFERENCIAL TEÓRICO	28
2.1	AS POLÍTICAS CIENTÍFICAS E O REGIME DE INFORMAÇÃO NO BRASIL	42
3	INSTITUTOS DE INFORMAÇÃO E AS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO: LUGARES DE MEMÓRIA E MEMÓRIAS INSTITUCIONAIS	56
3.1	POLÍTICAS E INFORMAÇÕES NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	73
3.2	DO IBBD AO IBICT: DESDE A CRIAÇÃO ÀS MUDANÇAS POLÍTICAS E NOMINAIS	78
4	A IDENTIDADE DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA NO SÉCULO XXI	100
4.1	DISCUTINDO A PROFISSIONALIZAÇÃO PELA SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES	101
4.2	A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL PELOS VIESES SOCIAL, COLETIVO, CULTURAL E POLITICO	104
4.3	OS PROFISSIONAIS DE INFORMAÇÃO NO BRASIL	114
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
	REFERÊNCIAS	131
	ANEXO A Premissas para Criação do Centro de Bibliografia Científica	148
	ANEXO B Ofício 318	149
	ANEXO C Carta 223	151
	ANEXO D Centre Bibliographique National au Bresil (UNESCO)	152
	ANEXO E Resolução Executiva de Criação do IBICT	158
	ANEXO F Carta da UNESCO para o Delegado Brasileiro	164
	ANEXO G Creation d'un Centre National Bibliographique	167
	ANEXO H Carta da UNESCO para o Delegado Brasileiro	169

1 INTRODUÇÃO

Após a II Guerra Mundial, o desenvolvimento de novos meios e técnicas de produção acarretou um crescimento exponencial do volume de informação a ser gerenciado. A necessidade e a importância da recuperação de informações relevantes para as memórias coletivas, nacional, oficiais e silenciadas, intensificou a busca por maior capacitação de profissionais da área. Esses fatores impulsionaram as pesquisas no campo da Ciência da Informação e implicaram em uma preocupação com a qualidade do ensino nesse contexto.

O presente trabalho tem como objetivo compreender os fatores e o cenário contextual que nortearam a criação e o desenvolvimento do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, posterior IBICT, a partir da reflexividade na construção do processo identitário do profissional de informação em biblioteconomia, tendo como suporte as políticas de informação. Contextualizados pelos domínios de informação e seus processos de construção, os estudos sobre as políticas de informação visam compreender os fenômenos e demonstrar as realidades das fronteiras políticas e mercadológicas, ocasionadas pelas inúmeras mudanças burocráticas e informacionais do Estado (KERR, 2011).

Desde 1960 tomávamos consciência das rápidas transformações que alteravam os conceitos de tempo, espaço e fronteiras e consequentemente, os processos de decisão. É necessário demonstrar as realidades, os atores capazes de mudar as normas, as convenções, as regras já estabelecidas, em um mundo que assina esta permissão, por não ter mais o seu controle (KERR, 2011, p. 1484)

A motivação para o desenvolvimento deste trabalho partiu de nossa dupla formação acadêmica nas áreas de Biblioteconomia e Arquivologia e nossa inserção no mercado de trabalho, direcionando nossos esforços para a compreensão dos fatores que moldaram e ainda moldam o perfil do profissional da informação em biblioteconomia, a partir das aproximações interdisciplinares dessas áreas do conhecimento.

Desta forma, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), precursor e responsável pelas políticas e instrumentos de formação dos Bibliotecários e Documentalistas desde a década de 50 do século passado, não poderia deixar de ser nosso objeto de análise. A abrangência de sua atuação se estende à criação, ao desenvolvimento, ao controle e à aplicação das políticas e

diretrizes dos institutos de informação durante a Ditadura Civil Militar, circunscrevendo agências e coordenações regionais e nacionais das mais diversas disciplinas científicas, ligadas ao Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (SNDCT).

Esclarecer esses motivos que direcionaram a elaboração deste trabalho e a escolha do objeto de estudo, implica em retornarmos às décadas de 50 e 60 do século passado para compreender os fenômenos políticos, sociais e informacionais que nortearam o fazer dos profissionais de informação durante a primeira metade de um período em ebulição, a Ditadura Civil Militar. Ao nos defrontarmos com o atual mercado de trabalho brasileiro, vimos o entrelaçamento entre duas ou mais áreas do saber junto à Biblioteconomia, o que podemos chamar de interdisciplinaridade.

O tema estudado no presente trabalho são as políticas aplicadas pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, desde sua criação até sua posterior extinção (e criação do seu sucessor, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia). O projeto se insere na linha de pesquisa “Comunicação, Organização e Gestão da Informação e Conhecimento” do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Ele parte da investigação teórico entre os campos da Biblioteconomia, Arquivologia e da Ciência da Informação para realizar aproximações da realidade do período estudado e sua contextualização com as políticas a partir dos métodos utilizados durante o percurso da pesquisa.

A Biblioteconomia e a Arquivologia, como ciências sociais aplicadas alicerçadas de modo a atender às demandas da sociedade, corroboram a construção da área da Ciência da Informação, a partir de seus estudos epistemológicos, técnicos e ainda, interdisciplinares. De acordo com o CNPQ (1978 apud CNPQ 1979, p. 32), é necessário:

considerar em conjunto a Ciência da Informação, a Biblioteconomia e Arquivologia dada a sua inter-relação na prática das atividades relacionadas a serviços/sistemas de informação em geral. Entretanto, destas, a Biblioteconomia é que se assenta numa tradição mais antiga e estabelecida no Brasil, tanto no que se refere à formação quanto ao exercício profissional, o que num certo sentido lhe da precedência sobre as demais.

Faz-se necessário dimensionar a abrangência das políticas de informação aplicadas a estas áreas do saber, a fim de perceber sua adesão à identidade dos

profissionais de informação. Para Lena Vânia Pinheiro (2007, p. 11), a Ciência da Informação:

é a abordagem científica e interdisciplinar do fenômeno informação, na construção de conceitos, princípios, métodos, teorias, leis e suas aplicações tecnológicas, no processo de transferência de informação e de mensagem (conteúdo significativo), no contexto histórico, cultural e social.

Sendo o IBBD a instituição responsável por fornecer a capacitação e guiar as práticas dos profissionais da informação de modo a atender às demandas científicas, acreditamos que este, atua junto a outras instituições, utilizando-se de métodos, práticas e demais atributos de suas áreas do saber. Para Japiassú (1976, p. 74), a “interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas, no interior de um projeto específico de pesquisa”.

O autor destaca ainda que, do ponto de vista integrador, a interdisciplinaridade “[...] requer equilíbrio entre amplitude, profundidade e síntese. A amplitude assegura uma larga base de conhecimento e informação”, gerando uma profundidade que “[...] assegura o requisito disciplinar e/ou conhecimento e informação interdisciplinar para a tarefa a ser executada. A síntese assegura o processo integrador” (JAPIASSÚ, 1976, p. 65-66).

É notória a complexidade estrutural das cadeias de hierarquização governamental, tratando-se de um período de inúmeras mudanças políticas como a troca presidencial¹. Neste cenário, vale ressaltar a atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) do governo e seu organograma desdobrado em departamentos, indo desde a Presidência da República às Instituições de Ensino Superior². Para entender o impacto das políticas à identidade profissional, é interessante repensar nas formas de controle e vigilância aplicadas por estes institutos, podendo ser estes ligados à Educação, à Tecnologia, ao Planejamento, à Comunicação e aos demais Ministérios. Como pano de fundo, tem-se uma prática unívoca, muito comum aos regimes ditatoriais: o controle do maior número de informações possíveis, a fim de coibir quaisquer manifestações contra o regime vigente.

¹ Passaram pela Presidência do país durante a primeira metade da ditadura civil militar brasileira Castello Branco, Costa e Silva, Médici e Geisel iniciando a segunda metade do período em foco.

² Vimos o desdobramento da gerência de políticas e informações na ditadura perpassarem pelos departamentos de Segurança Nacional de Informações (SNI), Sistema Nacional de Informações (SISNI), Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), Assessorias de Segurança da Informação (ASIs), Divisões de Segurança Nacional (DSIs) dentre outros.

Assim, o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), impactou as formas de controle e estruturação das redes socio informacionais e a evolução dos sistemas técnicos atuais. Entretanto, além de modificar a estrutura tecnológica inserida nos contextos sociopolíticos, as TICs, também proporcionaram novas práticas de controle informacional e estruturas de poder. Nota-se, por fim, que os desenvolvimentos das técnicas de trabalho, neste cenário, desde seu pioneirismo com os sistemas manuais às práticas imateriais, tangenciaram os meios de controle para geração de lucratividade. Tem-se então o entendimento da ligação entre os meios de produção possuem relação direta com as políticas de ganho na relação trabalho, visto que com a mecanização do trabalho, pode se maximizar os lucros.

Em nosso estudo, a relação entre a identificação profissional e a construção de seu perfil é focalizada a partir de materialidades específicas: as políticas públicas de informação direcionadas à formação e ao fazer dos profissionais de informação em Biblioteconomia. Nessa perspectiva, as políticas de informação assumem, inicialmente, atributos essencialmente necessários às práxis dos profissionais.

Compreendido então o lugar das políticas de informação ante ao fazer desses profissionais e à reflexividade em sua atuação e identificação, remontamos à estrutura e o contexto sociopolítico que condicionam tal atuação e identificação, a partir do levantamento das perspectivas históricas em que se compõem. É notório que durante a Ditadura Civil Militar brasileira [1964-1985], um novo regime de informação foi estabelecido no Brasil, transformando o cenário sociotécnico de forma considerável e casuística. Houve grandes vetos do Departamento de Ordem Política e Social à livre circulação de informação, como o controle das bibliografias e publicações – um dos principais serviços do IBBD no período – lidas e disponibilizadas para o corpo discente e para a sociedade.

Essas ações, impetradas pelo poder estatal, ocasionaram grandes mudanças na esfera cultural, modificando assim, os símbolos e atributos que constituíam até então, o processo identitário dos profissionais em geral. De fato, após o Golpe de 64, a discussão sobre a identidade profissional, se tornou mais complexa, visto que novos fatores políticos influenciavam o fazer profissional. Os institutos de informação tiveram um importante papel nisto, especialmente quando se considera que apoiar e coordenar as atividades informacionais, que culminariam no desenvolvimento da política científica nacional, eram atividades de suas competências.

Surgidos na historiografia brasileira a partir de 1927, os Institutos de Informação estiveram, a priori, ligados às diretrizes militares e tinham como objetivo o controle das informações que circundam as esferas acadêmicas, científicas, culturais e sociais. Ressaltamos ainda, além da censura e do controle informacional tendo como finalidade o controle social, a perseguição a cientistas, pesquisadores e profissionais ligados à área tecnológica.

Almejando a maior inteligibilidade possível, para dar conta da discussão proposta neste trabalho, temos a seguinte estrutura: no capítulo 1 apresentamos a introdução e contextualização do trabalho, bem como os procedimentos metodológicos de forma detalhada e o referencial teórico; no capítulo 2 será apresentada uma revisão bibliográfica acerca das temáticas das políticas científicas e do regime de informação no Brasil, após a criação do IBBD. No capítulo 3 será apresentada uma discussão sobre os institutos de informação e as políticas de informação, bem como sobre a criação e funcionamento do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), posteriormente denominado IBICT. Por fim, no capítulo 4, discutiremos a identidade do profissional da informação em Biblioteconomia no século XXI, a partir dos vieses social, coletivo, cultural e político.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Exequível a partir de uma revisão de literatura e bibliográfica bem como de uma aplicação empírica, essa pesquisa está estruturada em sete etapas a saber: (a) formulação do objeto de pesquisa guiando o projeto em todas suas etapas; (b) escolha das fontes de informação bibliográficas ou eletrônicas a fim de subsidiar a revisão bibliográfica; (c) levantamento informacional acerca dos institutos de informação; (d) mapeamento das coleções documentais do IBBD e IBICT; (e) pesquisa documental primária dos documentos fundadores e institucionais do IBBD e IBICT; (f) análise das informações e dos dados coletados e conclusão da pesquisa.

Na primeira etapa (a), Minayo (2005) indica a importância do planejamento junto à formulação do objeto de pesquisa afim de alicerçar o estudo. Ao longo de nossa trajetória acadêmica, notamos a dificuldade na compreensão dos fatores que nortearam o perfil atual do profissional de informação em Biblioteconomia. Optamos então, pela delimitação das políticas de informação como objeto de estudo

acreditando na sua capacidade de dirigir e demonstrar as diretrizes para a prática profissional. Sendo assim, escolhemos o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação como campo de estudo, tendo-o como referencial nos estudos de informação no país desde sua criação.

Segundo Araújo (2006), fonte de informação (b) é qualquer documento, dado ou registro que forneça, aos usuários de bibliotecas ou de serviços de informação, informações que possam ser acessadas para responder a certas necessidades. Já Minayo (2005) considera fontes de informação³ como diferentes atores sociais, documentos instituidores e históricos, de convênio, os instrumentos operacionais, os relatórios de avaliação interna, de prestação de contas, de publicidade e de outros.

Compreendendo o escopo e a abrangência das fontes de informação, utilizamos para este trabalho as bases de dados Scielo, BDTD, Google Acadêmico; os anais de congressos nacionais em Biblioteconomia e Ciência da Informação; periódicos especializados da área da CI como Ciência da Informação, Transinformação, Informação & Sociedade dentre outros e, por fim, material bibliográfico de autores brasileiros e estrangeiros, que irão compor o referencial teórico.

Logo que foram delimitadas as fontes de informação utilizadas para o desenvolvimento deste estudo, defrontamo-nos com a problemática de definição do objeto de análise; os institutos de informação (c). Durante o período civil militar (1964-1985), havia, no Brasil, inúmeros institutos que tinham a informação e seus atributos em seu mapa de competências. Para esta delimitação, inicialmente levantamos, a partir da revisão bibliográfica e de literatura já realizada, quais os institutos que trabalhavam com a informação em seu escopo. Logo percebemos duas possibilidades de abordagem para este estudo: uma alicerçada nas políticas informacionais galgadas nos discursos de preservação e manutenção da segurança nacional – a estes chamamos de institutos militares de informação, e outros tendo como estrutura basilar a preocupação e esforços voltados ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia.

³ A escolha das fontes de informação está inserida no primeiro passo da avaliação metodológica. Todavia, acredita-se em uma abordagem que abrange o trabalho em toda sua completude, desde seu início até os apêndices. Vale lembrar que a escolha correta das fontes de informação, aperfeiçoa o tempo de reposta e maximiza a qualidade do atendimento. Relacionadas abaixo algumas definições e conceitos de Fontes de Informação.

Sem ignorar a importância da discussão histórica sobre os institutos de informação atrelados à política de estado, até então de cunho civil militar, construída sob a égide da segurança nacional, não nos aprofundaremos neste debate por entendermos que ele foge do escopo da pesquisa proposta. Para melhor estruturação cognoscível deste trabalho e como escolha metodológica, apresentamos ao longo da segunda etapa dos procedimentos metodológicos (d), um breve panorama da criação, desenvolvimento e políticas desses institutos científicos, deixando para um segundo momento os estudos direcionados ao IBBD e IBICT. Esta apresentação parte da compreensão de que toda construção sócio-tecnocientífica, não se faz de maneira isolada e sim concomitante aos regimes e linhas de força e de interação vigentes. Ressaltamos ainda que, mesmo tendo optado pela segunda dimensão supracitada (área científica e tecnológica), notamos um forte poder intervencionista do Estado nas ações de desenvolvimento das políticas de Ciência e Tecnologia (C&T) no Brasil, tendo como pano de fundo o próprio sistema político na época vigente: o militarismo.

No meio das etapas dois (b) e três (c), identificamos a necessidade de maior compreensão sobre o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, o IBBD, instituto responsável pelo desenvolvimento e centralização das pesquisas e informações científicas desde a década de 50. Iniciamos assim uma busca pela documentação primária (d) que versa sobre a criação, funcionamento e extinção do instituto. Esta busca foi necessária devido à escassez de literatura especializada que esmiuçasse os detalhes funcionais do IBBD. Vale ressaltar a existência de literatura já consolidada e muito utilizada que apresenta e detalha perspectivas históricas da instituição e da Ciência da Informação no Brasil.

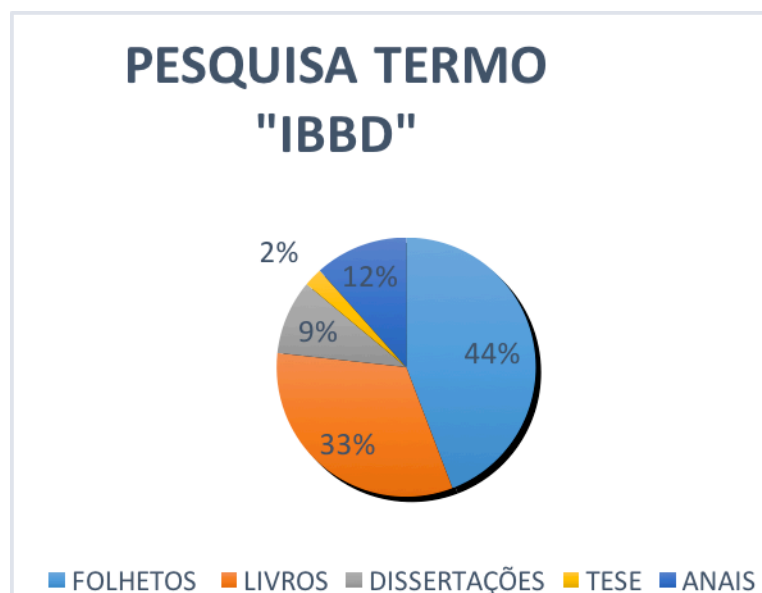
A pesquisa necessitava, neste momento, de uma lupa mais arquivística do que histórica sobre a análise documentária e, para isto, a revisão bibliográfica não se fazia suficiente. Direcionamos os olhares à sede do IBBD atual IBICT da cidade do Rio de Janeiro, decisão tomada devido a critérios de facilidade geográfica, visto que nossa pesquisa se desenvolve neste local.

Após entrevista com o então coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, professor Doutor Ricardo Pimenta e com a coordenadora de Ensino, Pesquisa, Ciência e Tecnologia da Informação professora Doutora Lena Vânia Pinheiro e sem localizar nada na Sede Rio do IBICT, nos encaminhamos à Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do

Rio de Janeiro, local onde está depositado parte do acervo bibliográfico do IBBD. Mais uma negativa surgiu após consulta à Coleção Ciência da Informação da base Minerva e à coordenadora geral da Biblioteca do CFCH.

Foram localizados nesta biblioteca ao realizar a busca com o termo “IBBD”, com a aplicação do filtro “Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH”, na base de dados e catálogo Minerva, quarenta e três (43) registros, sendo destes, dezenove (19) documentos de arquivo arquivados na seção de folhetos, quatorze livros (14), quatro (4) dissertações, uma (1) tese e cinco (5) anais de eventos. Dos itens recuperados acima, damos destaque para cinco (5) obras que representam 2,15% de toda recuperação nesta base e que colaboraram para a compreensão do contexto e histórico do IBBD e da Ciência da Informação, sendo elas: “Ciência da informação em perspectiva histórica”; “O IBBD e os serviços que se propõe a prestar”; “Programa oficial e resumo dos trabalhos (Reunião Brasileira de Ciência da Informação) (1)”; “Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação: Decreto n. 35.124” e o livro “História da ciência”.

Gráfico 1: Recuperação do Termo IBBD na base Minerva



Fonte: Elaboração própria (2016).

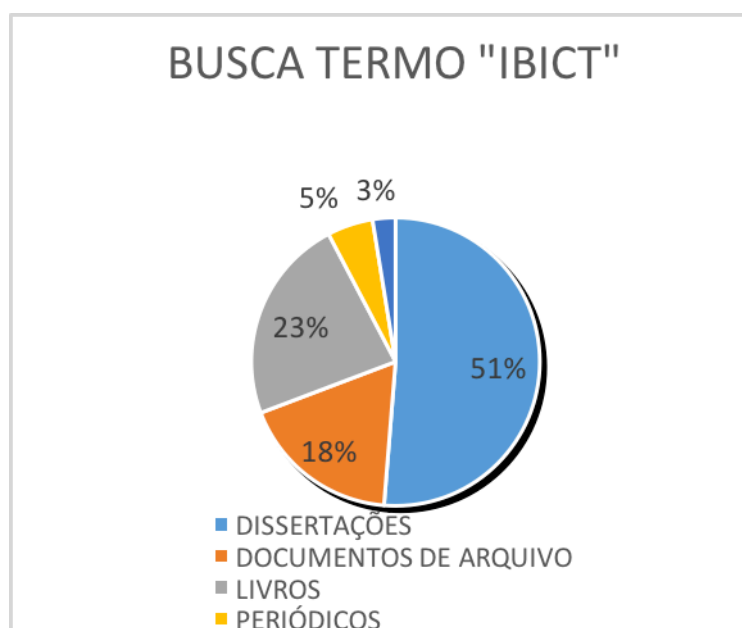
Concluída a busca pelo termo IBBD, realizamos ainda uma segunda busca filtros pelo termo “IBICT”, sem a aplicação de filtros, seja de área do saber ou de data de publicação. Tivemos como resposta quinhentos e dez (510) registros, recuperação que inviabilizou a análise destes registros devido ao prazo de pesquisa.

Assim sendo, aplicamos o filtro de data de publicação, iniciando no ano de 1950, almejando recuperar os registros indexados com pontos de acesso remissivos ao termo de “IBBD”, finalizando o recorte no ano de 1977. Estamos cientes de que o escopo do estudo vai somente até o ano de 1975, mas assuntos de pertinência poderiam ser publicados alguns anos depois, tratando-se do conturbado período político pelo qual o país passava.

Esta necessidade de busca pelo termo “IBICT”, surgiu ao mapear a trajetória do instituto e a adesão de novas competências ao seu mote, bem como sua alteração de nome. Com a aplicação do filtro de recorte temporal, obtivemos como resposta trinta e nove (39) registros, sendo vinte (20) dissertações, sete (7) documentos de arquivo, nove (9) livros, dois (2) periódicos e uma (1) publicação de anais de evento.

Nesta segunda busca identificamos como itens relevantes para nosso estudo os periódicos “Ciência da Informação” desde de 1972 e “Periódicos brasileiros de ciência e tecnologia (PCBT)”, assim como a dissertação “Modelo para inclusão da ciência da informação nos currículos das escolas de graduação de biblioteconomia e documentação no Brasil”.

Gráfico 2: Recuperação do Termo IBICT na base Minerva



Fonte: Elaboração própria (2016).

Identificamos, a partir dos resultados acima apresentados, um aumento considerável no número de espécies documentais que são produtos de pesquisa e de análises científicas, como as dissertações, teses e periódicos. Contudo, vimos ainda, após realizada análise de relevância dos itens selecionados a partir das pesquisas acima arroladas, que estes materiais não atenderiam às nossas necessidades, mas tratam da contextualização histórica do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Fez-se então necessária a continuidade da busca pelos documentos bibliográficos e arquivísticos que fornecessem informações acerca da construção funcional e política do objeto analisado. Seguimos, assim, para a sede Brasília⁴ do atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

Em contato com a Coordenadora Geral de Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados, Lillian Alvares e com a Coordenação de Atendimento à Comunidade através de sua coordenadora Tainá Assis, viabilizamos a pesquisa na unidade de informação que custodia os acervos bibliográficos e arquivísticos.

Logo que iniciada nossa pesquisa (e), devido ao processo de migração do software de gestão e registro bibliográfico, notamos a indisponibilidade do amplo acesso ao conjunto documental custodiado no local. Indicamos aqui, nesta etapa, um filtro institucional não intencional, que acreditamos ser importante sinalizar, pois este filtro causal torna a pesquisa não exaustiva visto que não atende ao critério de completude.

Em nossa pesquisa de referência, indicamos o objeto de estudo e os seguintes termos a serem localizados entre as coleções disponíveis: “criação”, “institucionalização”, “políticas de informação”, “políticas científicas”, “IBBD” e “IBICT”. Todo material para pesquisa e análise foi selecionado segundo critério de conhecimento prévio do acervo dos profissionais de informação ali lotados, visto que a pesquisa nos catálogos e demais instrumentos de pesquisa estava inviabilizada, como já anteriormente mencionado.

Entre os materiais selecionados, tivemos vinte e quatro (24) documentos sendo três (3) documentos bibliográficos e os demais, documentos arquivísticos. Apesar da indisponibilidade do sistema, a ordenação física bibliográfica estava

⁴ Ressaltamos que a ida à sede do IBICT foi viabilizada em concomitância com o levantamento documental desenvolvido para o projeto do CNPq do Grupo de Pesquisa Informação, Memória e Sociedade, liderado pelo Prof. Doutor Ricardo Medeiros Pimenta, do qual fazemos parte.

mantida, diferentemente da documentação arquivística. Ao se consultar a documentação arquivística de terceira idade, notamos a quebra dos princípios da organicidade e cumulatividade natural da produção. Foram localizados alguns documentos fundadores, como resoluções e atas, em pastas aleatórias desvinculando-os de sua função administrativa. Vale ressaltar que, ao menos, estavam mantidos no mesmo conjunto documental, demonstrando assim, a possibilidade da reaproximação dos reais vínculos arquivísticos.

a Memória Técnica (sic) do instituto está sob a responsabilidade da biblioteca. É uma das coleções mais interessantes do setor em razão da presença de documentos históricos, muitos não publicados, produzidos pelo instituto desde a época do IBBD. Por sua importância, esse material deve ter maior atenção no seu tratamento. Nesse sentido, há em curso o desenvolvimento de um projeto que prevê a sua digitalização e a posterior divulgação em meio eletrônico (ASSIS; ALVARES, 2014, p. 38).

A justificativa para tal situação foi a incorporação do acervo arquivístico muito recentemente às atribuições da equipe do arquivo, estando anteriormente vinculada aos serviços de biblioteca. De fato, mesmo com a identificação prévia dos itens a partir de notações a estes conjuntos atribuídos, notamos uma possível aproximação com a teoria da classificação por função e não por estrutura administrativa. Isto se dá, ao nosso ver, pela proximidade atribuída pelos Códigos e Planos de Classificação arquivísticos aos instrumentos de classificação biblioteconômica, como o Código Decimal de Dewey. Notamos ainda, ações arquivísticas na busca da reestruturação dos vínculos, fato que impulsionará e desvelará novos e diferentes enfoques acerca contexto de criação do IBBD e IBICT.

O escopo da documentação analisada vai de 1945-1987 estando entre ela dissertações, relatórios de atividades, relatórios anuais, planos de trabalho, resumo de projetos e atividades realizadas, decretos e atos administrativos, bem como atas de funcionamento. Todo material selecionado, mesmo que sem consulta aos instrumentos de pesquisa, foi, ao nosso ver, de grande valia ao desenvolvimento deste trabalho, não sendo talvez possível, a exequibilidade deste sem a disponibilização do acervo em loco.

Esse primeiro contato com a documentação fundadora do IBBD e IBICT, almejou apenas levantar, mapear e registrar os itens selecionados que representariam o contexto de criação do instituto e de suas políticas. Tecemos aqui uma crítica ao desenvolvimento do método de coleta, ao acreditar que a consulta e

prévia leitura das atas do IBBD, auxiliariam na representação deste contexto. Contudo, os quatro dias reservados para esta pesquisa foram insuficientes para podermos ter acesso a este material.

Tão logo realizadas as capturas destes documentos, apresentaremos nossa (f) análise das informações e dados coletados e ainda nossas considerações finais da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com o objetivo de desenvolver nossas ideias alicerçadas no levantamento bibliográfico e nas escolhas das fontes de informação e visando embasar teoricamente este estudo, elucidaremos aqui nossa lupa ante aos conceitos trazidos pelos autores selecionados.

Desde o início da sociedade letrada, vimos o trabalho se tornar cada dia mais, em nossa perspectiva ocidental, um atributo de grande valia, onde a mão de obra sendo ela mecânica, automatizada (industrializada) ou cognitiva, se tornou a maior moeda de troca. Trazemos à tona esta discussão a fim de esclarecer o processo de construção de nossa linha de pensamento, onde as evoluções das técnicas de trabalho propriamente ditas, em junção com as tecnologias de informação e comunicação, forneceram ao fazer capitalista uma perspectiva onde a formação tecnicista se destaca na busca pela lucratividade e pelo ganho.

Em todas as suas fases (físico, financeiro, humano, informacional ou cognitivo), o capitalismo modificou as técnicas e os meios de produção, a partir de reconfigurações socio espaciais, sejam estas digitais ou analógicas. Ele é também sistematizado pela economia privada e meios privados de produção, livre iniciativa e concorrência entre produtores e consumidores. Assim, durante o seu desenvolvimento, o capitalismo sobrepôs-se aos demais sistemas econômico-sociais, alcançando, assim, uma hegemonia dos sistemas de produção.

Apresentadas na segunda metade da década de 70, as proposições de Aglietta (1976) já iniciavam os estudos investigatórios sobre dois elementos centrais que ainda hoje protagonizam o sistema capitalista estadunidense (que teve forte influencia no modelo brasileiro): a acumulação de capital e a crise de regulação das economias capitalistas. Para Lipietz (1986, apud ARIENTI, 2006, p. 19):

os regimes de acumulação de capital descrevem a estabilização em um longo período da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação, o que implica alguma correspondência entre as transformações das condições de produção e das condições de reprodução dos assalariados.

Corroborando a visão acima descrita, Arienti (2006, p. 44) acredita, ainda, que:

os sistemas capitalistas não controlam todas as variáveis, tanto do lado da produção quanto do lado da distribuição e alocação, necessárias para garantir a estabilidade da acumulação” e, a “acumulação está sujeita a

crises que, para sua superação, exigem transformações nas estruturas econômicas sociais.

Especificamente a partir do século XVI, novas configurações político-econômicas norteiam os arranjos sociais, científicos e políticos. Seja no capitalismo comercial ou pré-capitalismo, capitalismo industrial ou também no denominado monopolista financeiro, ressalta-se, no epicentro desta discussão, o trabalho e a rentabilidade do processo de produção. Segundo Marx (1985) na cadeia produtiva do capitalismo clássico, o trabalhador é entendido como uma parte mecânica da engrenagem ou como o mesmo descreve, um “acessório da oficina”. Antes do capitalismo industrial, “a produção real e propriamente dita era predominantemente de tipo doméstico, com a esfera familiar privada coincidindo com a do trabalho artesanal direto, definindo seus tempos e modos de execução” (MARAZZI, 2009, p. 27).

Em uma dimensão similar onde o trabalho compreende o modo de produção, a formação do valor e a composição de classe, como ferramentas para transformar a sociedade, Marazzi (2009) apresenta o capitalismo através de duas abordagens: moderna e pós-moderna. A diferença entre estas abordagens, apontadas pelo autor, consiste em dois momentos do capitalismo. Duas maneiras de produzir e de explorar o trabalho, tendo o capital e o trabalho como elementos de conflito. Esta discussão acompanha as transformações sofridas pelos sistemas técnico-científico-informacionais desde o capitalismo clássico ao cognitivista.

Podemos então, compreender o desenvolvimento capitalista a partir de duas dimensões. A partir da Segunda Grande Guerra até a segunda metade do século XX, mais precisamente nas décadas seis e sete, o capitalismo moderno é apresentado como um modo de produção marcado pelo fordismo, o taylorismo e, enfim, o toyotismo. Aborda as técnicas de produção baseadas na unidade fabril, na divisão técnica do trabalho, na administração científica, na massificação do consumo, na lei da oferta e da procura, dentre outros fatores.

Já a segunda dimensão capitalista é atrelada a pós-modernidade - conceito desígnio da condição sociocultural e estética prevalente no capitalismo após a queda do Muro de Berlim - remonta à inserção da linguagem e da extração e exploração de conhecimento dos profissionais, visando assim a lucratividade. Segundo Albagli (2014, p. 107) as estratégias de acumulação do capital constituem

uma condição especial para a apropriação do trabalho imaterial por meio da “ressignificação dos meios e espaços de produção cognitiva e informacional”.

Desta forma, permeadas a estas transformações das dimensões capitalistas, o estado da arte das técnicas remonta às características sociais e geográficas da produção trabalhista e científica (SANTOS, 1997). As evoluções técnicas representaram um marco no tocante à historiografia do mundo e das revoluções industriais, junto da evolução das máquinas e das formas de produção. Apresentada por Anderton (1971 apud SANTOS, 1997), a história da industrialização deve ser lida a partir de três fases, sendo elas o estabelecimento de métodos de fabricação manufatureira (nesta fase o grande marco foi o surgimento da máquina a vapor), a produção em massa (desenvolvimento das áreas ligadas à engenharia como transporte, elétrica, mecânica, siderurgia e demais) e o desenvolvimento dos sistemas computacionais, de controle e comunicação (automação).

Milton Santos (1997) apresenta três fases de evolução técnica: manual, industrial e tecnológica. A terceira fase, objeto maior de nosso estudo, se constitui a partir do advento de computadores, telecomunicações, robótica e biotecnologia. O autor não apresenta algumas outras inovações como a fibra óptica, as tecnologias e dispositivos móveis, leituras de dados alternativas como a biometria dentre outras, fato que nos faz questionar a apresentação de novos produtos e quebra paradigmática.

A partir do século XVIII, a sistemática do fazer técnico atrelou-se à ciência, modificando, assim, a prática vigente. De acordo com Santos (1997), podemos categorizar as revoluções tecnocientíficas a partir de 5 renques:

- a) Inovações ligadas às mídias rádio televisivas;
- b) Novos serviços ligados à rede telefônica;
- c) Microcomputadores, computadores domésticos;
- d) Inovações geradas a partir das três categóricas precedentes;
- e) Produtos que invisivelmente incorporam componentes eletrônicos.

Remontar, a partir da historiografia, os conceitos de técnica, tecnologias e os sistemas de ganho que norteiam a práxis capitalista, auxiliará o entendimento da composição das sistemáticas de produção capitalistas e sua interseção com os sistemas de produção de conhecimento.

A evolução das técnicas e seus meios de produção permitiu à ciência dar significado às dinâmicas de acumulação junto à estruturação de poder. Foi a partir

das revoluções científicas e industriais (dos séculos XVI – XIX), bem como após as transformações trazidas pelas inovações tecnológicas no pós-guerra, a ciência maximizou-se necessitando de aparatos instrumentais e de mobilização de maiores aplicações financeiras, dinamizando, assim, as práticas capitalistas (ALBAGLI, 2014).

Albagli (2014) apresenta, ainda, os três principais marcos necessários à inteligibilidade da sistêmica capitalista do trabalho: (a) os mecanismos de acumulação financeira e mercantil alicerçados pelas técnicas artesanais; (b) o parcelamento e; (c) a desqualificação do trabalho de execução, exequível a partir de mão de obra desqualificada para operacionalização dos maquinários no período fordista-taylorista.

Foi neste segundo marco que as TIC's se desenvolveram e se difundiram, fornecendo ainda “uma base técnica para a conformação de um mercado globalizado, imprimindo maior velocidade à circulação do capital [...]” (ALBAGLI, 2011, p. 219). O terceiro marco, iniciado pela crise fordista a divisão capitalista do trabalho pode ser entendida como capitalismo financeiro, compreensão que se difere das outras dimensões ou divisões capitalistas supracitadas. Nessa modalidade, ele mobiliza além da mão de obra ou das tecnologias, bem como técnicas e meios de produção, a informação, o conhecimento, criatividade, documentos, afetos e relações, caracterizando-se pela sua imaterialidade.

Neste universo do trabalho imaterial, onde o indivíduo sugere uma ideia de Auto produção e Auto empreendedorismo, “sendo o que ele é”, novas dinâmicas de controle de produção surgem, permeadas pelas mais distintas configurações sociopolíticas. Estas formas de controle denominamos vigilância, podendo ter como escopo o controle distribuído, centralizado e formas fluídas de controle e produção e difusão informacional.

Compreendidos então os fatores de impulsão às transformações do *status quo* do trabalho manual ao imaterial, direcionamos nossos olhares às formas de administração utilizadas pelo Estado para direcionar as produções trabalhistas e científicas. Iniciamos assim, nosso diálogo sobre a concepção do conceito de Estado e seu poder, ou como Bourdieu (1990) denomina, “atos de Estado.

A partir do desenvolvimento de três princípios de poder (tradicional, carismático e legal), Weber (1993, p. 55) apresenta o conceito de Estado como “uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força

física dentro de um determinado território”, sendo este uma das características do Estado. O autor fundamenta ainda, em seu estudo, a definição do Estado como um aparato administrativo e político, detentor do monopólio da violência legítima, guiados pela legitimidade sociopolítica.

Entretanto, em paralelo a esta perspectiva sobre o conceito de Estado, revocamos Bourdieu (1990, p. 30, grifo nosso) que diz que, “trata-se de um setor do campo do poder, que se pode chamar de ‘campo administrativo’ ou ‘campo da função pública’, [...] define-se pela **possessão do monopólio da violência física e simbólica legítima**”. Compreendemos também a perspectiva do autor, no reconhecimento do Estado como um “lugar neutro” em que, mesmo com as dialéticas acerca das funções econômicas e ideológicas do Estado ou de sua hegemonia, ou ainda, de sua existência como aparelho ideológico, coexiste, como princípio de organização, o “consentimento como adesão à ordem social, a princípios fundamentais da ordem social e que ele é o fundamento, não necessariamente de um consenso, mas das próprias existências das trocas que levam a um dissenso” (BOURDIEU, 1990, p. 31).

A perspectiva de Weber aborda o Estado como agente repressor e hegemônico que aponta as diretrizes a serem seguidas pelos agentes sociais. Para ele, o Estado é composto pelo que podemos chamar de “atos políticos” com “pretensões a ter efeito no mundo social” (WEBER, 1993). Já para Bourdieu, esta visão é reducionista, pois este último acredita que o Estado é construído pelo consentimento social. Os indivíduos compõem e se inserem na elaboração das políticas e diretrizes, mesmo que indiretamente. Um exemplo é o ato de acordar e ir trabalhar todos os dias, que é um ato de consentimento, segundo Bourdieu (1990).

Na visão da Administração clássica, Althusser (1998) aborda, a partir dos estudos weberianos, os aparelhos ideológicos do Estado como instrumentais de controle a partir das diferentes formas de violência. O autor se distancia da teoria weberiana ao apresentar, não somente um único aparelho de Estado repressor e de controle, mas múltiplos aparelhos sendo o primeiro o familiar, a religião, a escola, o trabalho e o próprio campo social ao qual se pertence.

Neste íterim, trazemos duas de suas teorias, que acreditamos fazerem parte da construção social e profissional dos indivíduos. Esta teorização importa aqui, visto que mais adiante discorreremos sobre os regimes e políticas de informação e sobre as linhas de força a que objetos sociais estão expostos a todo momento.

A configuração teórica do conceito de campo remete à dinâmica da regularidade do social. Um campo traz em si mesmo as condições de sua própria reprodução. Isto inclui os meios de formação de novos integrantes (escolas, grupos formais, academias, universidades); inclui as instâncias de consagração, responsáveis pela regulação do que é legítimo e o que é desvalorizado, ou seja, os ritos de instituição balizados e consagrados pelas instituições e dispositivos do campo, como as premiações, o auxílio e o fomento à pesquisa, os financiamentos de novos projetos, etc. [...] (MONTAGNER; MONTAGNER, 2011 p. 261).

Ainda segundo os autores “o próprio campo simbólico pode sofrer grandes alterações a partir das influências de outras ordens sociais, como do poder político, o poder econômico e até mesmo o poder religioso” (MONTAGNER; MONTAGNER, 2011, p. 261). Desta forma, notamos, além da faceta de controle socioeconômico aplicado pelo Estado a partir de seus aparatos e aparelhos ideológicos, bem como de sua hegemonia, certa autonomia nos campos sociais. Vale ressaltar que concordamos com a visão de Bourdieu (1990, p. 72), quando diz que o Estado ou os “atos de Estado”, são compostos por “agentes que fizeram o Estado e, por sua vez, se fizeram como agentes de Estado fazendo o Estado, tiveram de fazer o Estado para se fazerem detentores de um poder de Estado”.

Compartilhando de uma visão, mesmo que utópica, da complementação da definição de Estado de acordo com as teorias acima apresentadas, acreditamos que além de conterem os instrumentais necessários para o “ditar” das regras sociais, culturais, religiosas e econômicas, o Estado possui, de fato, um enorme vínculo com a construção sociológica e que sua compreensão do conceito de identidade social legítima, sendo aceita ou não, deve prevalecer.

Estas classificações sociais trazidas à lupa sociológica desde a idade média, representam agora, numa abordagem marxista, instrumentos de aferição e de reconhecimento entre os governantes e os governados. Podemos ilustrar este posicionamento ao analisarmos a criação da profissão de cartógrafo ou do censor, que tinham, como finalidade, identificar o que as pessoas possuíam e nesta perspectiva, classifica-las por maior ou menor poder social ou econômico.

Estas relações sociais entre os campos ou entre a sociedade e o Estado também são apresentadas por Bobbio (2007). O autor, alicerçado nas teorias de Hegel e Marx, define o conceito de “sociedade civil” como o que é pertencente à esfera das relações sociais, distinta da esfera das relações políticas. Sobre o

Estado, o autor destaca duas fontes primárias para seu estudo: a história das instituições públicas e a história das doutrinas políticas, cada uma distinta da outra.

[...] a sociedade civil é o lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos, religiosos, que as instituições estatais têm o dever de resolver ou através da mediação ou através da repressão. Sujeitos desses conflitos e portanto da sociedade civil exatamente enquanto contraposta ao Estado são as classes sociais, ou mais amplamente os grupos, os movimentos, as associações, as organizações que as representam ou se declaram seus representantes; ao lado das organizações de classes, os grupos de interesse, as associações de vários gêneros com fins sociais, e indiretamente políticos, os movimentos de emancipação de grupos étnicos, de defesa dos direitos civil, de libertação da mulher, os movimentos de jovens etc. (BOBBIO, 2007, p. 36).

Após compreendido nosso posicionamento acerca do conceito de Estado e seu grau de interferência na construção da identidade de grupos determinados, bem como da evolução das técnicas de trabalho aliadas ao desenvolvimento tecnológico, analisaremos os conceitos de regime e de regime de informação e sua relação com nosso objeto de estudo.

A expressão “sociedade da informação” será aqui entendida como uma organização geopolítica iniciada a partir da revolução industrial, que influi diretamente sobre o uso da informação e comunicação como conceitua Santos e Carvalho (2009).

Na sociedade da informação o uso da informação, torna o cidadão um agente ativo na rede. Setzer (1999, p. 3) conceitua informação como “uma abstração informal, que representa algo significativo para alguém através de textos, imagens, sons ou animação”. Para entender a sociedade da informação, é necessário entendermos a evolução dos registros do conhecimento e a mudança do uso que a sociedade faz da informação no decorrer da história da humanidade.

A história da informação e do conhecimento começa ainda na antiguidade com os homens das cavernas e suas pinturas nas paredes das cavernas, como uma forma de registrar os conhecimentos adquiridos na sua rotina. A forma de registrar a informação foi então sendo aperfeiçoada passando pelos pergaminhos, livros feitos de pele de animais, entre outros. Essas mudanças foram importantes para que a nossa relação com a informação fosse modificada.

[...] a informação [...] tem se constituído num instrumento imprescindível ao desenvolvimento social, político e econômico dos países. [...] A informação e o conhecimento passam a constituir recursos econômicos fundamentais. (SCOTTI et al., 1999, apud SANTOS; CARVALHO, 2009, p. 52).

Com a valorização da informação e do conhecimento, surgem então as primeiras bibliotecas, onde a informação produzida e registrada era então armazenada e organizada, surgindo também o esboço da figura do bibliotecário. Muitas foram as transformações tecnológicas ocorridas nas áreas da comunicação e da informação, que mudaram a forma como nos relacionamos e armazenamos a informação. Um exemplo foi a mudança na sociedade ocorrida com a Guerra Fria, que gerou uma explosão tecnológica, proporcionando o surgimento de diversas tecnologias como a Internet e o computador.

Tais inovações promoveram uma mudança no paradigma informacional, que fez com que a informação se tornasse uma peça chave para a sociedade. Com essa mudança de paradigma, surge então ideia de sociedade da informação, originada pela convergência da base tecnológica, a dinâmica da indústria e o crescimento da Internet.

A origem exata da expressão “sociedade da informação” (SI) não é de fácil demarcação. Alguns teóricos afirmam que o termo foi usado pela primeira vez nos Estados Unidos em 1970 em uma reunião anual da *American Society for Information Science* (ASIS) com o tema *The Information Conscious*. Porém, outros afirmam que a expressão surgiu no Japão em 1963 quando Jiro Kamishima lançou, em um artigo no periódico *Hoso Asahi*, ideias sobre a SI. Há também os que afirmam que o termo surgiu em 1969 no Japão, cunhado por Yujiro Hayashi, que assessorou o governo japonês em dois relatórios sobre a SI, além de ter publicado em 1969 o livro *The Information Society: from hard to soft*.

Segundo seus teóricos, a sociedade da informação se constitui nas relações de trabalho e produção de bens e consumo. Podemos, portanto, entender por sociedade da informação,

a sociedade que está em constituição, na qual a utilização das tecnologias de armazenamento e transmissão de dados e informação são produzidas com baixo custo, para que possa atender às necessidades das pessoas, além de se preocupar com a questão da exclusão, agora não mais social, mas também digital (SANTOS; CARVALHO, 2009, p. 46).

Com a expansão da internet, o governo brasileiro se sentiu pressionado a seguir o exemplo dos outros países e pensar medidas a fim de evitar e amenizar as desigualdades proporcionadas pelas tecnologias da informação e comunicação (TICs). É criado então em setembro de 2000, o Programa Sociedade da Informação

no Brasil – Livro Verde, encabeçado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, que expunha a concepção do governo brasileiro de que “a sociedade da informação não é um modismo. Representa uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia”.

O Programa Sociedade da Informação tem por objetivo indicar rumos para os diversos setores da sociedade, a fim de enfocar melhor diferentes iniciativas que conjuntamente contribuam para impactos positivos das tecnologias de informação e comunicação [...] bem como encurtar os atrasos aos países centrais (TAKAHASHI, 2000, apud SANTOS; CARVALHO, 2009, p. 46)

A implantação do Projeto foi dividida em três etapas: 1) Elaboração - do LV, discussão com a sociedade, elaboração de um Livro Branco; 2) Execução - Ações operacionais no triênio (2001-2003) e, 3) Consolidação - Avaliação geral do programa, elaboração de conjunto de propostas. Em decorrência do Programa Sociedade da Informação, diversos outros programas foram sendo criados para que os objetivos do projeto fossem atingidos, como, por exemplo, o programa *Cidadão Conectado – computador para todos*, *Projeto Computadores para Inclusão*, Programa Nacional de Informática na Educação.

Afirmam ainda que a ideologia da sociedade global da informação é a do mercado e faz parte da reconstrução neoliberal do mundo. Existe a intenção dos países dominantes de trazer todas as sociedades à democracia de mercado, que é o que está por trás dos sistemas de inteligência global, para captação de informações que permitam vencer os rivais e antecipar os movimentos das grandes organizações da sociedade civil que possam criar obstáculos aos desígnios mercadológicos.

Desde o advento do conceito de sociedade de informação no confronto entre projetos de sociedade, o problema dos intelectuais obcecou as doutrinas de reorganização social pelas técnicas do intelecto. A apropriação pela valorização capitalista da matéria cinzenta e da criatividade das margens críticas para fins de integração é um dos maiores desafios do projeto hegemônico (MATTERLART, 2005, p. 21).

Inserido no contexto da sociedade da informação, temos, a partir da compreensão do valor que a informação e o trabalho imaterial passaram a ter após a II Guerra Mundial, o conceito de regime de informação. Tal conceito pode ser definido como um conjunto de normas, regras, decisões e princípios que convergem as expectativas de atores e grupos de interesse determinados. Entretanto, para a compreensão da teoria dos regimes, temos três elementos basilares que nos

auxiliarão: as **instituições**, o **conjunto de atributos que constroem o conceito de regime** e o terceiro, a relação dos grupos de interesse. Primeiramente, é necessário nos atentarmos à compreensão e à construção das instituições que devem ser analisadas em relação a um tempo e espaço específicos.

O conceito de instituição, desde o século XVIII, possui significância direcionada à um objeto ou conjunto de regras. No primeiro dicionário de língua portuguesa apresentado por Rafael Bluteau e Antonio de Moraes Silva (1789, p. 725), instituições são “livro didático, regras, preceitos”. Trata-se, no entanto, não necessariamente de um lugar físico, mas de normas de conduta, os preceitos e os costumes que regem a sociedade. Neste sentido, para além de uma estrutura de ordem social que rege o funcionamento de uma sociedade, acreditamos serem instituições as leis fundamentais que norteiam a discussão de poder e hegemonia os quais, passam o desenvolvimento das sociedades contemporâneas.

O segundo elemento desta discussão, a própria construção do conceito de regime, nos é apresentado a partir do desenvolvimento do elemento anterior durante o percurso histórico dos sistemas de controle social. Regime ou *Regimen* para Bluteau (1728, p. 314), é o governo ou direção. Já para Krasner (2012, p. 94) o conceito de regime é uma complexa estrutura, podendo ser concebido como variáveis intervenientes que colocam variáveis causais básicas, sendo:

Os princípios, normas, regras, [...] crenças em fatos, causas e questões morais. As normas são padrões de comportamento definidos em termos de direitos e obrigações. As regras são prescrições ou proscritões específicas para a ação. Os procedimentos para tomada de decisões são práticas predominantes para fazer e executar a decisão coletiva.

Contudo, algumas outras abordagens surgem em nossa área da Ciência da Informação. Apresentado também por González de Gómez (2012), o conceito de regime ou modo, é descrito a partir da construção teórica de alguns autores da área como as abordagens das instituições de Bourdieu (1996), que, ao nosso ver, muito se aproximam da conceituação até então apresentadas de regime, dos regimes de vida (LAKOFF, COLLIER, 2005), regimes de enunciação e modos de existência de Latour (2000) e alguns outros. A autora acredita que:

fala-se de regimes e modalizações, ao mesmo tempo em que são enfatizadas ações e interações de coletivos engajados em situações e circunstâncias, ancorados no tempo, no espaço e nas condições de

produção e reprodução social da vida (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 56).

Por fim, entendemos o grande mapa conceitual que compreende a inclusão de outros segmentos no processo de formulação de políticas públicas que alicerçarão a construção dos regimes sociais. Para Souza (2006, p. 27):

Apesar do reconhecimento de que outros segmentos que não os governos se envolvem na formulação de políticas públicas, tais como grupos de interesse e movimentos sociais, cada qual com maior ou menor influência a depender do tipo de política formulada e das coalizões que integram o governo, e apesar de uma certa literatura argumentar que o papel dos governos têm sido encolhido por fenômenos como a globalização, a diminuição da capacidade dos governos de intervir, formular políticas públicas e de governar não está empiricamente comprovada.

A autora ainda acredita que visões menos ideologizadas defendem que, apesar da existência de limitações e constrangimentos, estes não inibem a capacidade das instituições governamentais de governar a sociedade (PETERS, 1998, p. 409 apud SOUZA, 2006, p. 27). Desta forma, após a acepção do conceito de regime, acrescentamos aqui a discussão do valor e da validade da informação a partir deste contexto. o valor da informação pode ser classificado nos seguintes tipos: (a) *valor de uso*: baseia-se na utilização final que se fará com a informação; (b) *valor de troca*: é aquele que o usuário está preparado para pagar e variará de acordo com as leis de oferta e demanda, podendo também ser denominado de valor de mercado; (c) *valor de propriedade*, que reflete o custo substitutivo de um bem e, (d) *valor de restrição*, que surge no caso de informação secreta ou de interesse comercial, quando o uso fica restrito apenas a algumas pessoas (CRONIN, 1990).

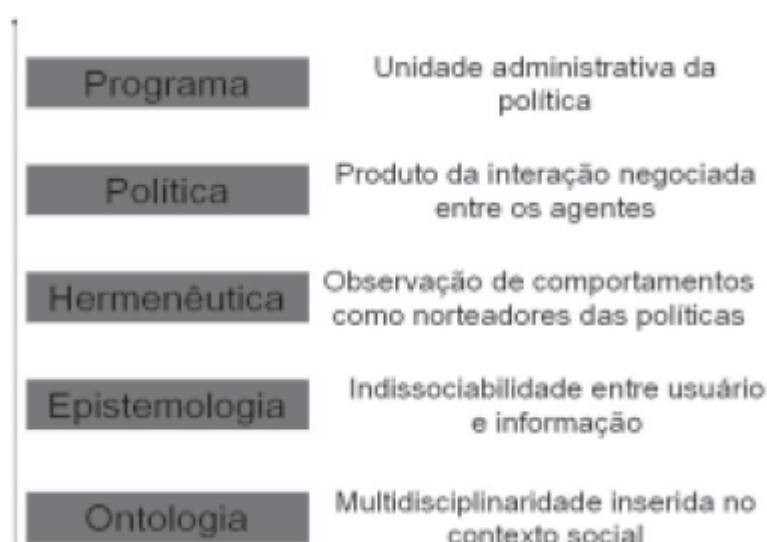
Esse valor informacional é perceptível quando tratada a hegemonia e o poder estatal junto as dialéticas da segurança nacional e do processo desenvolvimentista nacional. Neste cenário, inserem-se então as políticas de informação.

é conveniente adotar-se a distinção entre a política tecnológica explícita e implícita, sendo que a primeira abrange todas as medidas, leis e diretrizes adotadas pelo governo com o intuito de exercer um impacto sobre a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos no país. A segunda categoria refere-se àquelas medidas, planos e diretrizes, decorrentes da política de desenvolvimento econômico e industrial, com efeitos profundos - positivos ou negativos - sobre o desenvolvimento da capacidade tecnológica autônoma do país (RATTNER, 1981, p. 16).

Apresentadas como predicação do conceito de políticas públicas, as políticas de informação, acompanham a construção e o desenvolvimento das agendas

públicas, com a adição de um atributo, a informação. O ciclo da política apresentado por Howlett e Ramesh (1995) compreende as etapas de montagem de agenda, formulação da política, tomada de decisão, implementação e avaliação em um processo cíclico. Seu objetivo é o de identificar e resolver as problemáticas sociais, a partir do desenvolvimento de políticas orientadas pelas teorias e conceituações científicas, almejando solucionar e/ou controlar as ações e intervenções políticas (PARSONS, 1995).

Para Tassely (2004, apud MARCIANO, 2006), uma **política de informação** é uma política voltada à caracterização, ao delineamento e à definição de ações voltadas à utilização da informação como elemento transformador da sociedade nas esferas governamentais, organizacionais e privadas. Por fim, trazemos a visão do autor, sobre um modelo ideal para a construção de políticas de informação:

Figura 1: Modelo para a geração de Políticas de Informação

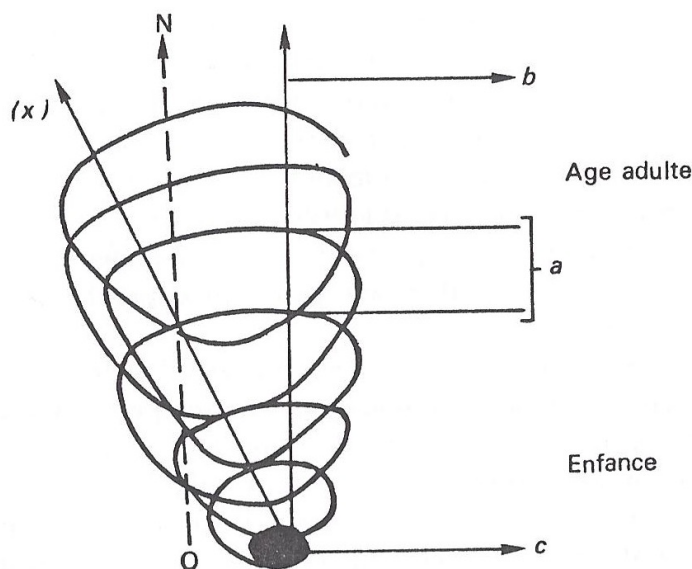
Fonte: Marciano (2006, p. 46).

A partir da criação dessas políticas que se configuram como a explicitação de um conjunto de diretrizes e regras que se desdobram em programas, ferramentas e ações programadas, chegamos aos profissionais de informação, que coordenam, gerenciam e compõem as unidades de informação no Brasil.

Durante nossa vida, passamos por três fases no processo de construção de nossa identidade. No ponto “c” da figura que segue abaixo, temos a nossa identidade de base, são as representações e as questões que circundam nossa origem ao nascer, como nossos fatores genéticos, psicológicos ou Auto figurativos. Iniciando nosso processo de desenvolvimento, começamos nosso crescimento no eixo “b”, passado pela nossa infância até a fase adulta. A fase “a”, denominada a identidade de nos, vem ciclicamente, cobrir o eixo de identidades. Temos assim um vértice que representa como ao longo de nosso crescimento nossas identidades de base vão cada vez mais se afastando do “eu” construído. Representando as fortes ligaduras de leitura e dando-lhe o significado ascensional evolutivo pelo qual nós somos representados, temos os pontos O e N.

Vemos, portanto, uma série de descontinuidades imperceptíveis, onde a identidade é mantida, assegurando como medir seus próprios fundamentos, suas fundações. Motivo prós que, no entanto, parece haver mais de renovações no primeiro trimestre de vida do que reunida nos outros três quartos. Nota-se assim, uma maior proximidade dos nos de identidade neste primeiro um terço.

Figura 2: A construção da identidade



Fonte: CHEBEL (1998, p. 27).

Também abordada pela teoria da sociologia das profissões, a terceira fase de nossa vida, como apresentado acima, e denominada como Socialização adulta. Nos é apresentada a partir de duas perspectivas, uma acredita que após a finalização de sua formação acadêmica, o profissional é submetido a uma série de regras e valores, os quais deverão ser compartilhados entre os entes da classe. Isto segundo Goode (1957), denominamos de “senso de identidade”.

A identidade nem sempre foi o produto de uma elaboração linear, mesmo que fosse constante. Neste sentido, ressaltamos o sentimento de identidade da própria identidade, porque a identidade pode ser considerada uma espécie de *archevement* uma construção de imagem, de forma fluida e flexível, onde acumulamos assim, símbolos e atributos de representação social, que construirão nosso processo identitário.

Para Castells (1999), as Identidades constituem, a partir do processo de individuação e da formação de instituições dominantes quando internalizadas, fontes de significado para os próprios atores por eles originadas. O autor acredita que a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder, que se dá a partir de três formas e origens de construção de identidades, a identidade legitimadora; a identidade de resistência e a identidade de projeto.

Ao longo de nossa pesquisa, abordaremos com mais profundidade as compreensões dos conceitos aqui abordados, a fim de contextualizar nosso objeto de estudo.

2.1 AS POLÍTICAS CIENTÍFICAS E O REGIME DE INFORMAÇÃO NO BRASIL

A fim de compreender as ações e políticas inseridas no contexto nacional, após a década de 50, devemos retornar um pouco ao passado, para elucidar a importância, a forma, bem como os conceitos e momentos de surgimento das discussões sobre a política científica no Brasil. Acreditando que a evolução das técnicas, tecnologias e do próprio capitalismo (*c.f.* 1.2), compõem a instrumentalização de um regime de informação, faz-se necessária para isto, a compreensão destas transformações relacionadas aos impactos das tecnologias na política e no desenvolvimento nacional e seus impactos nos meios e formas de produção do trabalho e da ciência e, como estes fatores influenciaram na delimitação do regime informacional brasileiro e suas políticas informacionais e científicas.

Poderíamos abordar para este estudo duas dimensões informacionais, muito aparentes no Brasil, desde a década de 50. De um lado, temos a informação como um importante atributo de controle social e cultural, a fim de manter a ordem estabelecida em um regime de controle; como o ditatorial. Este controle era realizado a partir de institutos de informação, como o Serviço Nacional de Informacoes (SNI), suas Assessorias e órgãos de controle, dentre outros. Por outro lado, vimos a informação científica se tornar a partir da criação dos institutos de informação científica e tecnológica, o artefato determinante do projeto de desenvolvimento nacional, proposto após a conferencia internacional de energia nuclear.

Figura 3: As Dimensões informacionais no Brasil Militar



Fonte: Elaboração própria (2016).

O processo de desenvolvimento científico, desde a máquina a vapor, que inaugura o início das forças do capitalismo, até o trabalho imaterial, apresentou a ciência e os cientistas como importantes fatores no progresso da sociedade. Antes vistos a partir de dimensões isoladas e independentes da sociedade estruturante, hoje os cientistas, se integram à sistemática social estruturante. Podemos, assim, compreender a ciência a partir de duas reflexões: como um produto das estruturas sociais concretas – que preferimos compreender como menos flexíveis, ou como um fator capaz de alterar e/ou produzir as próprias estruturas sociais (FREITAG, 1979, p. XVI).

Ampliando esta discussão, Deleuze em seus estudos sobre os fatores que influenciam o fazer científico e social, apresenta o conceito do dispositivo e aponta a complexidade das forças que controem o fazer social, como um conjunto multilinear que age sobre as estruturas sociais a partir desses dispositivos. Já Foucault (1977) utiliza-se do conceito de dispositivo para apresentar três instâncias neste diálogo: o saber, o poder e a subjetividade. O autor apresenta, ainda, algumas linhas⁵ que têm em si, os dispositivos. Sobre o conceito de dispositivo, o autor define como

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas,

5 Para Foucault (1977), tendo como componentes linhas de visibilidade, enunciação, força, subjetivação, ruptura, fissura e fratura, os dispositivos, estão todo o tempo, imersos nas relações, variações e mutações de disposição entre estas linhas.

morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2000, p. 244).

Considerando assim, os aspectos que compõem o desenvolvimento científico e social, vimos a complexidade das linhas pontuadas por Foucault. Freitag (1979, p. XVI) corrobora esta visão multifacetada, quando trata da sistematização dos fatores de influência sociais, políticos e tecnológicos que impulsionam ou retardam a ciência e seus atributos. Para a autora a ciência deve ser sistematizada a partir de múltiplos posicionamentos, os quais envolvem: (a) Criatividade e inovação; (b) fator de produção e a força produtiva; (c) instrumento de poder e; (d) ideologia, solidificada na legitimação tecnocrática, falsa ciência (FREITAG, 1979).

Inserida neste contexto do desenvolvimento científico, a tecnologia caracteriza-se como um instrumento de desenvolvimento da cadeia de produção, disseminação e aperfeiçoamento informacional, bem como, dos processos ligados à pesquisa e à divulgação científica, configurando assim, os regimes de informação. Exequível a partir das políticas de Informação, o regime de informação para Frohmann (1995, p. 5-6) é um “sistema ou rede mais ou menos estável na qual a informação flui através de canais determináveis”. Podemos entendê-lo também, como

redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos e públicos amplos (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 34).

Entramos então, junto à modernização dos sistemas informais ou formais de circulação da informação, no regime informacional no Brasil, especificamente na primeira metade do período militar. Ao longo do projeto de modernização do país, percorrendo sua história política, vimos a modernização nortear o papel do poder estatal e a fragilidade dos movimentos políticos de cunho liberal. De acordo com Reis (2014, p. 28, grifo nosso):

no imediato pós Segunda Guerra Mundial **[após 1945]**, o governo liberal de Dutra foi incapaz, apesar de seus programas, de atacar as características essenciais do nacional-estatismo varguista que perdurou até 1964. O primeiro governo Ditatorial entronizou-se com a perspectiva de realizar uma revolução liberal.

Segundo Morel (1979), a década de 50 é marcada pelo aceleração do crescimento urbano, bem como do setor industrial e suas técnicas de produção,

tendo como pano de fundo o poder intervencionista estatal e a consolidação do modelo capitalista industrial. Em paralelo a este desenvolvimento e polarizado às conquistas sociais, o governo Vargas, a partir do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), perseguia, prendia, agredia e censurava opositores à sua ideologia política.

a violência declarada, física ou econômica e a violência simbólica mais refinada coexistem sem nenhuma contradição em todas as instituições características desta economia pré-capitalista e no coração de cada relação social (FERNANDÉZ, 2005, p. 10, tradução nossa).

Estas mudanças compuseram parte de um contexto de influência também internacional e já na década de 30, ocorreram grandes impactos sociopolíticos. Desde 1931 já corria nos prenúncios nacionais, a ideia da criação de um Conselho Nacional de Pesquisa. Vale ressaltar que, no ano anterior, ocorreu a crise do petróleo (em 1929) e, posteriormente, a revolução de 1930, que repercutiu em medidas políticas educacionais no Brasil se prolongando às duas posteriores décadas.

A revolução de 30 marca o fim da hegemonia agroexportadora e a expansão do capitalismo de base urbano-industrial. A crise das oligarquias corresponde ao fortalecimento do poder central, configurando-se um 'estado de compromisso' entre interesse das classes médias urbanas, facções das oligarquias rurais e parte da burguesia industrial nascente (MOREL, 1997, p. 37).

Após sua deposição em 1945 e após cinco anos de presidência militar ocupada por José Linhares e Eurico Gaspar Dutra, no início da chamada Segunda República Brasileira e nas urnas de 1950, Vargas retorna ao cenário presidencial, dando início ao seu segundo mandato, marcado pelo nacionalismo. Seu governo criou grandes empresas públicas como a Petrobras e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Alinhado ao liberalismo econômico, criou também a União Democrática Nacional (UDN) que, ao longo dos anos posteriores, formou a linha de frente que sucederia no Golpe Civil Militar no ano de 1964.

Além destes, outras abordagens políticas demarcaram a metade do século XX, em que dois atores deram maior enfoque ao desenvolvimento das políticas e diretrizes científicas nacionais: a própria atuação do poder estatal/militar e os incentivos de capital estrangeiro. O primeiro é responsável pela segurança nacional

que a partir desse discurso funda o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) a partir da necessidade de estruturação de um sistema nacional de informações científicas, para alicerçar o desenvolvimento de pesquisas na área de energia nuclear.

A ideia de uma política global de Ciência e Tecnologia desenvolveu-se no país a partir de 1964, com a primeira reformulação do CNPQ (Lei 4553). Entretanto, só a partir de 1972, com o I e II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), esta política foi se consolidando dentro dos objetivos do primeiro e I e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Ao CNPQ, [...] coube a tarefa de implementação e coordenação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT) utilizando o II PBDCT como quadro de referência (CNPQ, 1979, p. 9).

Já o segundo (interferência norte-americana) redefiniu as áreas industriais e tecnológicas do Brasil, fornecendo a base tecnológica para o desenvolvimento e acúmulo de capital (MOREL, 1979). Mesmo não havendo nenhuma política científica consolidada até a década de 50, para Silva (2014, p. 128), tanto Dutra quanto Vargas, reconheceram a “fragilidade da posição do Brasil e o gigantismo econômico dos Estados Unidos e acreditavam que uma cooperação intensa com Washington seria o melhor para o desenvolvimento do país”. Já no cenário nacional:

Na ausência de uma política científica sistemática, os cientistas tomam a iniciativa de criar o CBPF [**Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas**] e a SBPC [**Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**]. Esta sociedade visava não só a representar os interesses dos cientistas em geral, como também a sensibilizar as autoridades governamentais para a importância da ciência, justificando-a em termos da sua capacidade de fornecer conhecimentos passíveis de aplicações práticas (MOREL, 1979, p. 44, grifo nosso).

A partir do desenvolvimento de algumas ações político-científicas, vimos a ciência e as políticas de informação, serem desenvolvidas ao longo da história brasileira. Para compreendermos como o IBICT, após sua criação em meados da década de 70, iniciou suas atividades com foco na capacitação e desenvolvimento de políticas científicas, far-se-á necessário remontar o cenário de desenvolvimento da área científica no país. Perceberemos que se almejou, tanto o IBBD quanto o IBICT, a capacitação científica no Brasil desde a década de 1950 a 1975 e a formação de mão de obra qualificada para o atendimento das demandas mercadológicas, tendo como pano de fundo a ideologia capitalista. Veremos então, a SBPC acima descrita, o Plano de Metas de JK, a criação do CNPq e da CAPES, o

CONSUPI e PROTEC, bem como FUNTEC, PBDCT, PND I e II, SNDCT, FNDCT e o próprio IBICT;

Também conhecido como projeto 50 anos em 5, o Plano de Metas de Juscelino Kubistchek enfrentou muitas dificuldades devido à aliança política do Partido Socialista Democrático com o Partido Trabalhista Brasileiro. Esta aliança sofreu uma forte hostilidade pela UDN. A partir da estruturação deste Plano de Metas, JK acreditava que, com apoio popular, garantiria a manutenção do governo junto à política desenvolvimentista.

O programa desenvolvimentista do início da década de 50 foi alicerçado pela influência norte-americana a partir da elaboração de diagnósticos entre 1951 e 1953 no governo Vargas. Desta forma, percebe-se a forte dicotomia construída entre os recursos fornecidos pelo capital estrangeiro e a busca pela política de estabilidade monetária. Assim, Juscelino constrói seu Plano de Metas composto por cinco pilares ou também chamados de grandes setores: alimentação, educação, energia, transporte e indústrias de base.

Com a elaboração e exequibilidade deste plano, pouco a pouco, se destaca na história, o papel intervencionista do Estado no domínio econômico brasileiro. Nos artigos 173 e 174 da Constituição Federal de 1988, notam-se as formas de intervenção direta, onde o Estado tem o papel de agente econômico que subsidia a iniciativa privada. De forma indireta, ele exerce a função de regulação, incentivando, fomentando, afixando regras e evitando a formação de cartéis e aglutinação de mercado.

Percebemos assim, a localização política e instrumental – alicerçada em elementos jurídicos – dos órgãos e institutos de informação no Brasil. Contudo, nosso recorte temporal não diz respeito a esta cronologia acima descrita e, retornamos então à CF vigente no período estudado.

A união poderá, mediante lei especial, intervir no domínio econômico e monopolizar determinada indústria ou atividade. A intervenção terá por base o interesse público e por limite os direitos fundamentais assegurados nesta Constituição (BRASIL, 1946, art. 146).

Segundo Venâncio Filho (1968 apud SMITH, 2002, p. 6), o Estado quando trata do liberalismo econômico, possui como deveres a proteção da violência e segurança nacional, a supressão às formas de opressão social e injustiça e o dever de erigir e manter obras e ações públicas que, devido a ausência de lucro e

rentabilidade, não seriam mantidas ou realizadas. Após a década de 30 do século passado, junto às políticas desenvolvimentistas e de fortalecimento da economia interna,

o Estado brasileiro, sob inspiração nacionalista, passa a desempenhar a tarefa de ajuste da economia nacional à internacional, controlando-a política e juridicamente, adotando nisso, uma posição mais intervencionista do que verificada na primeira república (FAORO, 1958, p. 252).

Em paralelo a estas preocupações econômicas e políticas que circulavam no pós-guerra por todo mundo, uma nova preocupação surgiu e se ampliou após a guerra fria: o controle das produções científicas e técnicas pelo mundo. Desde sua criação no ano de 1945, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no âmbito internacional, sempre se preocupou com a padronização e organização dos serviços bibliográficos e de documentação, visando a sistematização da produção científica e disseminação das pesquisas científicas.

Após a década de 50 do século passado, a “ciência e recursos humanos vão ser valorizados como fatores de progresso, elementos fundamentais para o aprimoramento das forças produtivas e à expansão capitalista” (MOREL, 1979, p. 45). Com o intuito de formar o quadro técnico e modernizar esta formação, são criados, na década seguinte, a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (CONSUPI) e o Programa de Expansão do Ensino Tecnológico (PROTEC), ambos incorporados pela CAPES no ano de 1964.

Segundo Morel (1979, p. 49), o CONSUPI, implantado a partir do Decreto 49.355, de 28 de novembro de 1960, além de conceder “verbas às universidades e escolas isoladas para a aquisição de equipamentos e para aumentar a eficiência do ensino das escolas de nível superior”, caberá à CONSUPI

para alcançar os objetivos colimados, elaborar, submeter à apreciação e aprovação do Ministro de Estado da Educação e Cultura e executar: a) os planos de aplicação das verbas concedidas ao Ministério da Educação e Cultura para a instalação de institutos de tecnologia e para aumentar a eficiência do ensino nas escolas de nível superior; b) as minutas de acordos com as escolas ou universidades que forem beneficiadas por parcelas dessas verbas e a verificação do progresso realizado, no correr do tempo, em cada caso específico de acordo, bem assim as sugestões para modificar esses planos, conforme os resultados que estes progressivamente alcancem; c) os planos para aquisição de equipamentos para escolas e universidades beneficiados com verbas destinadas à Educação para o Desenvolvimento ou com as que sejam expressamente destinadas àquele fim (BRASIL, 1960, art. 3º).

Seguindo as diretivas do governo JK e de sua diretoria, o CONSUPI sofreu represálias e críticas dos cientistas nacionais, devido a seu sistema de apoio financeiro a algumas instituições, bem como pela criação de inúmeros institutos técnicos, de pesquisa e educação. Assim, tornou-se alvo de ataques desta sociedade científica, ainda mais quando percebida a grande redução de verba e incentivos direcionados nos últimos anos para o CNPq, para a CAPES e FAPESP. Três anos após a criação do CONSUPI, surge, ao final do ano de 1963, o PROTEC. Conforme previsto por seu instrumento legal de criação (Decreto 53.325, de 18/12/1963), o PROTEC almeja, assim como os demais institutos de informação, formar mão de obra especializada. No seu caso específico a especialização é focada nas áreas de engenharia e tecnologia.

Para Morel (1979), outros dois marcos modificaram a trajetória da política científica no Brasil: a criação da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e a fundação da Universidade de Brasília. A primeira contou com a participação de grandes nomes da Universidade de São Paulo (USP) e da SBPC e visava atender à administração dos recursos públicos estaduais e aos interesses de pesquisa. Já a segunda contou também com a participação de Darcy Ribeiro⁶, a partir da comissão de estudo para a criação, implantada pelo MEC. A criação da Universidade de Brasília, além de reformar toda concepção estrutural administrativa da esfera universitária no Brasil, solucionou grande parte dos problemas relacionados à duplicação de cursos e serviços de pesquisa com a mesma temática.

Após o decorrer destas iniciativas, galgadas no discurso de desenvolvimento do quadro de pessoal, chegamos no período que modificara os esforços das políticas científicas vigentes, o Golpe Civil Militar de 1964. Duas tendências nortearam as práticas gerenciais ligadas às políticas científicas: (a) “o lado da segurança e o cerceamento de manifestações de crítica ao governo”, e (b) ao lado do desenvolvimento, “a ênfase na pesquisa científica e na formação de cientistas e profissionais especializados como elementos indispensáveis ao crescimento econômico [...]” (MOREL, 1979, p. 51). A ciência atrelada à técnica formava para os governos militares, uma díade, o ponto de ebulição para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional.

6 Para maiores informações sobre a criação da UNB, indicamos a leitura de Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília.

Investia-se, mais do que nunca, no desenvolvimento da rede universitária e nos institutos de formação de cientistas e tecnólogos, impactando desta forma, todas as políticas científicas instauradas pela CAPES e pelo CNPq. Surge neste cenário, o Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico, o FUNTEC. Desde sua criação, através da Resolução nº146 de 29/05/1964, o Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC), sempre teve como mote de existência atender à ciência e à tecnologia a partir da oferta e da demanda. O fundo apoiou os cursos de pós-graduação visando à formação de mestres e doutores em Ciências, bem como a auxiliar no desenvolvimento das pesquisas técnico-científicas no campo das indústrias de base (BNDES, 1974).

O FUNTEC é uma política de apoio financeiro a “projetos de pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação executados por Instituição Tecnológica (IT), que sejam selecionadas de acordo com os focos de atuação divulgados anualmente pelo BNDES e tem como finalidade “apoiar financeiramente projetos que objetivam estimular o desenvolvimento tecnológicos e a inovação de interesse estratégico para o país, em conformidade com os programas e políticas públicas do Governo Federal [...]” (BNDES, 1974).

O banco possuía, assim como os institutos de informação que apresentaremos logo abaixo, uma enorme preocupação na formação e no desenvolvimento de recursos humanos. Apresenta, em seu regulamento, dois sub-programas; (a) Demanda e Utilização de Tecnologia abarcando projetos como pesquisa e desenvolvimento, pré-produção, transferência e tecnologia, capacitação tecnológica, tecnologia avançada e capital de risco e, (b) Geração e Oferta de Tecnologia com os projetos de desenvolvimento de resultados de pesquisa, pesquisa aplicada e desenvolvimento, pesquisa fundamental orientada, capacitação em serviços tecnológicos e documentação técnica especializada.

Além de sua atuação junto ao mercado, o BNDES se destacou também na área científica. Desde sua criação no ano de 1964 até o ano de 1973, dos 805 mestres titulados, 673 tiveram apoio do FUNTEC, assim como 28 doutores, entre os 95 titulados.

Durante este período de grande instabilidade no país pós-golpe civil militar, tivemos, após o governo João Goulart, importantes iniciativas no tocante às políticas científicas no Brasil. Após a criação do CONSUPI, do PROTEC, bem como da fundação da Universidade de Brasília, da FUNPESP e do FUNTEC, entre os anos

de 1964-1984, ressalta-se uma importante característica dos governos militares: o estado como planejador. Marcado pelo seu poder de perseguição, suspensão de direitos políticos e até cassação do direito trabalhista, o governo Castello Branco, durou três anos iniciados com o golpe. Este governo foi o responsável pela maximização na importação de tecnologias a partir da criação do Plano de Ação Econômica (Paeg) e por nosso atrelamento aos EUA, influenciando até no modelo de nosso mestrado em Ciência da Informação, criado anos depois (MARTINS, 2004).

Nesta primeira metade do período ditatorial, passamos ainda pelas gestões de governo de Costa e Silva (1967-1969) e de Médici (1969-1974). O primeiro foi marcado pelo incentivo ao crescimento econômico, fator que se opunha à política de seu antecessor Castello Branco (que se preocupava com a substituição das importações) com a formulação do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PEG), implantando uma reforma universitária. O segundo, a partir do lema “Brasil potência” desenvolve o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), bem como o I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT); respectivamente.

No que toca especificamente às universidades, a modernização conservadora implicou: racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação. Para viabilizar a desejada modernização, sobretudo durante o período inicial o regime militar (1964-1968), enfatizou-se a adoção de modelos universitários vindos dos países desenvolvidos, em particular dos Estados Unidos (MOTTA, 2014, p. 23).

Ainda sob os auspícios do discurso acerca da segurança nacional, mantido mesmo após a queda do Ato Institucional nº2 com a nova Constituição Federal da República, notamos inúmeras iniciativas e preocupações com o desenvolvimento econômico nacional. Com a implementação do I PND, consolida-se no país a preocupação com o fortalecimento da indústria nacional perante aos demais países, conforme descrito por Morel (1979, p. 66): “[...] a aceleração e o desenvolvimento científico tecnológico está entre as principais metas setoriais, sendo concedido pelo Governo Federal para a execução do PBDCT a quantia de Cr\$1.750 milhões”. O Plano Nacional de Desenvolvimento, criado em 1971, a partir da Lei 5.727, de 4 de novembro, teve como objetivo e finalidade:

I – Consecução dos objetivos nacionais de desenvolvimento e transformação social mediante processo de competição capaz de assegurar níveis internacionais de eficiência aos setores público e privado; e processo de integração. Com articulação harmônica entre Governo e setor privado, União e Estado, entre regiões desenvolvidas e regiões em desenvolvimento, entre empresas e trabalhadores.

II – Implantação de novos instrumentos para modernizar a empresa nacional, fortalecendo-lhe a capacidade competitiva e eliminando as condições de desigualdade em que opera, relativamente à estrangeira.

III – Atuação eficiente do Governo, na administração direta, autarquias ou empresas governamentais, definindo suas tarefas com clareza e preservando a viabilidade e dinamismo do setor privado. O setor público procurará operar mediante estruturas simples e modernas, aperfeiçoando-se os sistemas de coordenação e acompanhamento da execução.

[...]

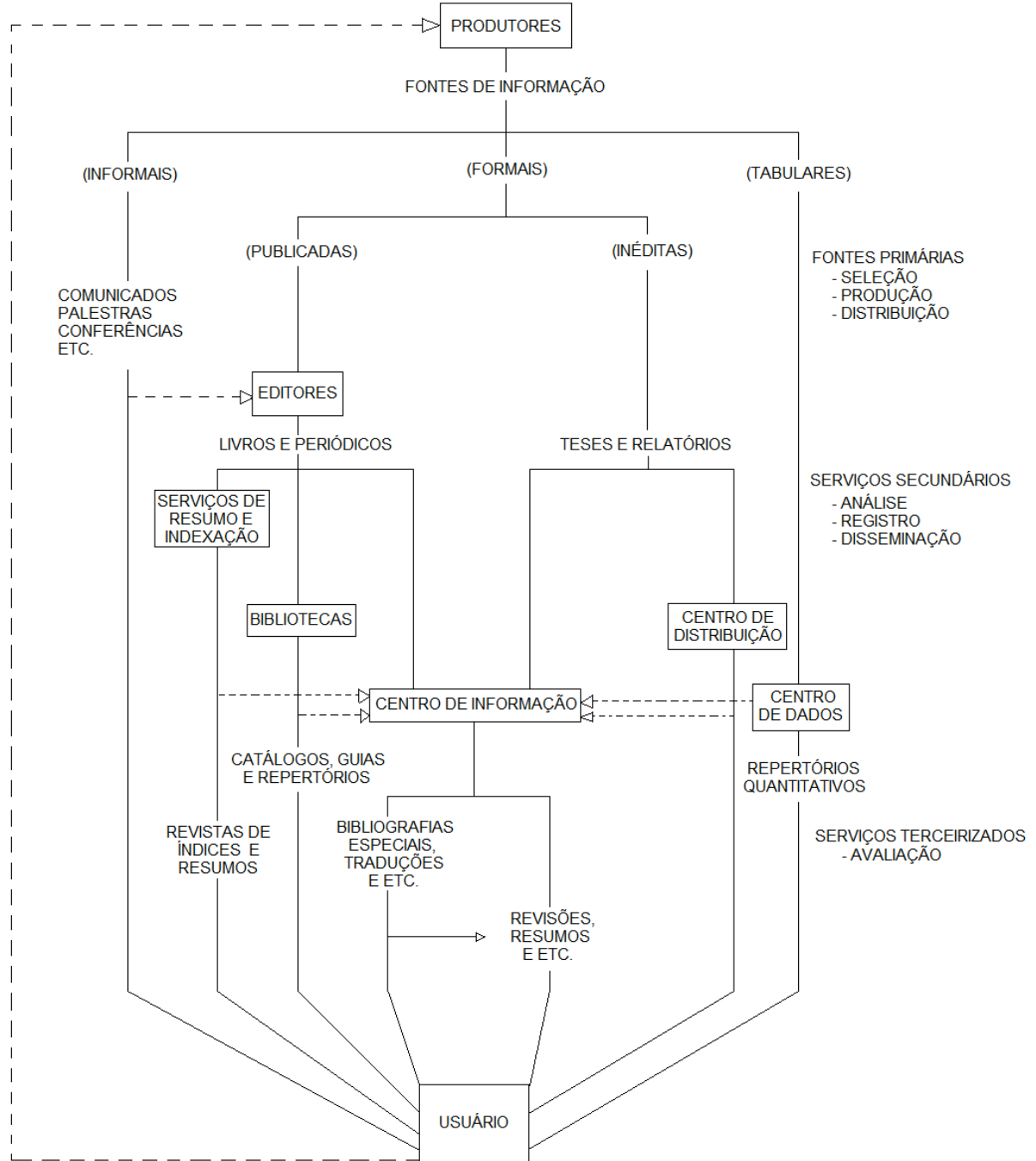
V – Implementação de Política Tecnológica Nacional, que permita a aceleração e orientação da transferência de tecnologia, para o país, associada à forte componente de elaboração tecnológica do país. [...] implementar-se-á sistema de Centros de Tecnologia em áreas de Infraestrutura e Indústrias Básicas, como sejam: Energia Elétrica, Tecnologia Nuclear, Petróleo, Telecomunicações, Siderurgia, Pesquisa Mineral, Pesquisa Espacial, e se reformulará a carreira de pesquisador, para assegurar-lhe condições de trabalho satisfatórias.

V – Política de aproveitamento dos recursos humanos do País (que em 1973 ultrapassará os 100 milhões de habitantes), como fator de produção e de consumo (BRASIL, 1971, p. 7-8).

Com a implementação do PND, surge com ele o Plano Básico de Desenvolvimento de Científico Tecnológico (PBDCT), aprovado pelo Decreto n. 72.527, de 25 de julho de 1973. Dispondo de Cr\$ 4,3 bilhões somente no ano de 1973, compreendeu as seguintes áreas de atuação: (a) desenvolvimento de novas tecnologias, (b) fortalecimento da indústria nacional a partir de sua capacidade de absorção e desenvolvimento de novas tecnologias, (c) consolidação da infraestrutura de pesquisa científica, dando enfoque a área governamental, (d) consolidação do sistema de auxílio ao desenvolvimento de C&T e a (e) integração entre os setores indústria, universidade e pesquisa (MOREL, 1979).

Para a implementação desse Plano, entender os processos e armazenamento, bem como, a organização das informações científicas produzidas como fatores de sucesso para o desenvolvimento nacional, se faz necessário. A informação em Ciência e tecnologia “constitui a base de toda a comunicação científica e tecnológica. Esta comunicação ocorre de acordo com um ciclo aberto” (CNPQ, 1979, p. 4), composto pelos meios formais, informais e tabulares – conforme esquema abaixo – de circulação da informação no processo de comunicação em C&T.

Figura 4: Esquema de circulação da informação em ciência e tecnologia



Fonte: IBBD (1976, p. 4^A)

Esse fortalecimento e simplificação dos sistemas e estruturas governamentais, que o envolviam os esquemas de controle e circulação de informação, a partir da modernização e aperfeiçoamento dos sistemas de coordenação, culminaria (caso fosse implantado) no desenvolvimento do Sistema Nacional de Informação em Ciência e Tecnologia (SNICT) que segundo o I PBCT (1976 apud PINHEIRO, 1997), tinha como objetivo além de estabelecer uma rede

nacional de intercâmbio no campo da documentação, “[...] captar, tratar e difundir, de forma sistemática e permanente, informações atualizadas na área de ciência e tecnologia, assim como os vários subsistemas que dele participariam com suas respectivas áreas [...]”. Ainda possuía como objetivo,

planejar e coordenar, em âmbito nacional, os trabalhos de informação científica e tecnológica, no sentido do estabelecimento de uma rede nacional de cooperação e intercâmbio, para assegurar o aproveitamento integral dos conhecimentos adquiridos no País e no estrangeiro (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1973, p. 69).

Possuía como componentes segundo González de Gómez (1979), um órgão Central de Coordenação e operação, que seria desempenhado pelo CNPQ, os órgãos de Apoio – papel exercido pela Biblioteca Nacional e pelo IBBD, sendo esse o Centro referencial – e os Subsistemas de Informação, que seriam todos os órgãos da administração federal que desenvolvessem atividades de documentação. Todavia, com a falha na tentativa de instauração de um sistema nacional de informação em C&T, surge no ano de 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento que abarcaria o período até 1979. Segundo Tarapanoff (1992, p. 151), o II PND

aumentou os poderes do [CNPq], transformando-o em fundação, ligando-o à Secretaria do Planejamento e à Presidência, especificou suas atribuições de instrumento auxiliar principal do governo para coordenar a política científica e tecnológica e renomeou o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, mantendo a mesma sigla, CNPq.

Assim como no I PND, o segundo plano também trouxe consigo a previsão do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT). Nesta edição, foi incluída a informação científica e técnica que seria apresentada a partir das subdivisões de informação centralizada e descentralizada. O sistema centralizado de informações ficaria a cargo de um sistema nacional a ser criado, juntamente com o CNPq. Este sistema foi consolidado aos quinze dias do mês de janeiro de 1975, com o nome de Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT) pelo decreto nº 225, que saiu do papel. Quanto às informações descentralizadas, estas seriam desenvolvidas pelas bibliotecas, centros de documentos, sistemas de informação e redes (TARAPANOFF, 1992).

Por fim, ao término de nosso escopo temporal deste estudo (1964-1975), Geisel implementa mais uma importante política científica do período ditatorial, o

Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), que impulsionaria as mudanças que viriam a seguir do IBBD ao IBICT.

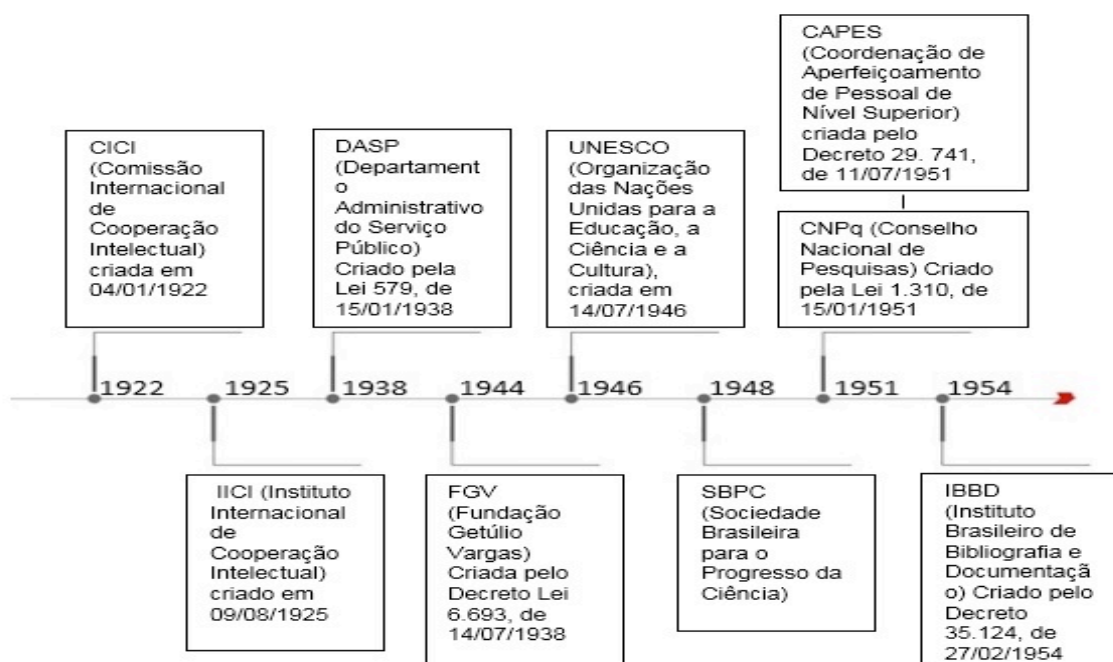
3 INSTITUTOS DE INFORMAÇÃO E AS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO: LUGARES DE MEMÓRIA E MEMÓRIAS INSTITUCIONAIS

As informações no Brasil Militar representaram importantes marcos no desenvolvimento das políticas e práticas que ainda hoje norteiam a Ciência da Informação e demais áreas do saber. Ressalta-se a importância que estas políticas e direcionamentos tiveram na reflexibilidade da formação e atuação dos profissionais e informação durante a Ditadura Civil Militar e de seu regime informacional.

Para compreender a relevância da criação destes Institutos para a área da Ciência e Tecnologia, nos debruçaremos nos recursos de memória, entendendo os lugares de representação social destes institutos, enquanto lugares de memória e suas delimitações institucionais. Apresentada de forma diacrônica por Pierre Nora (1993), a História e a Memória constroem-se, respectivamente, como uma ciência social e um fenômeno puramente simbólico.

Com inúmeras dimensões e preocupações ligadas aos meios e formas de produção do trabalho, à segurança nacional, ao desenvolvimento tecnológico científico e cultural e muitos outros fatores, vimos ao longo das revoluções sociais e científicas, a criação de instituições que assegurassem a memória e o desenvolvimento das pesquisas e demais dispositivos técnicos, sociais e culturais.

Figura 5: A criação dos Institutos de Informação



Fonte: Elaboração própria (2016).

Iniciamos assim, nosso breve percurso histórico após a I Guerra Mundial com a criação do Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual, antecessor da Unesco. Segundo Silva (1987, p. 18), o instituto teve como objetivo estimular as “atividades de intercâmbio internacional no campo da ciência e da cultura. Suas bases imediatas foram lançadas pela Conferência dos Ministros de Educação dos Países Aliados, a partir de 1942”. Ainda segundo o autor “entre os fatos analisados pela conferência estavam a destruição e dispersão de bibliotecas e arquivos ocorridos em diversos países europeus ocupados durante a guerra” (SILVA, 1987, p. 19). Toda discussão apresentada durante esta conferência, culminou na criação de um órgão de cunho cultural e educacional. Sendo assim, cerca de vinte anos após a criação do Comissão Internacional de Cooperacao Intelectual (CICI), surge a Unesco.

De acordo com a Constituição da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 1946, Art.1º), a UNESCO tem como finalidade:

Fomentar el conocimiento y la comprensión mutuos de las naciones prestando su concurso a los órganos de información para las masas; a este fin, recomendará los acuerdos internacionales que estime convenientes para facilitar la libre circulación de las ideas por medio de la palabra y de la imagen;

Dará nuevo y vigoroso impulso a la educación popular y a la difusión de la cultura: Colaborando con los Estados Miembros que así lo deseen para ayudarles a desarrollar sus propias actividades educativas; Instituyendo la cooperación entre las naciones con objeto de fomentar el ideal de la igualdad de posibilidades de educación para todos, sin distinción de raza, sexo ni condición social o económica alguna; Sugiriendo métodos educativos adecuados para preparar a los niños del mundo entero a las responsabilidades del hombre libre;

Ayudará a la conservación, al progreso y a la difusión del saber: Velando por la conservación y la protección del patrimonio universal de libros, obras de arte y monumentos de interés histórico o científico, y recomendando a las naciones interesadas las convenciones internacionales que sean necesarias para tal fin; Alentando la cooperación entre las naciones en todas las ramas de la actividad intelectual y el intercambio internacional de representantes de la educación, de la ciencia y de la cultura, así como de publicaciones, obras de arte, material de laboratorio y cualquier documentación útil al respecto; Facilitando, mediante métodos adecuados de cooperación internacional, el acceso de todos los pueblos a lo que cada uno de ellos publique.

Entre os principais marcos e eventos relacionados à sua criação, desde 1921 na Assembleia da Liga das Nações (ONU), estão a criação da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI), presidida inicialmente por Henry

Bergson. Passados três anos, surge o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI) que tinha como finalidade tornar exequíveis as diretrizes do CICI. Vê-se, a partir de então, o direcionamento de esforços em plano internacional, para o surgimento de um órgão que pudesse, de fato, assegurar a fidedignidade nos processos científicos, através da implantação de critérios e sistemáticas uníssonas ligados aos processos de criação, do fazer e da divulgação científica.

Temos assim as Declarações das Nações Unidas e de Moscou 1942 e 1943, respectivamente e a Conferência dos Ministros da Educação dos países Aliados (1943), levando à constituição da UNESCO no quarto dia do mês de novembro do ano de 1946⁷. Damos destaque, após sua criação, a algumas iniciativas que, ao nosso ver, culminaram ou colaboraram de alguma forma para o surgimento do IBBD no Brasil. A primeira delas foi a Conferência Internacional sobre Análise de Documentos Científicos, realizada em Paris, de 20 a 25 de junho de 1949.

Nesta conferência, dentre as recomendações apresentadas, uma se destaca ao sugerir a “criação de centros bibliográficos regionais e instituições depositárias [...], dotados de equipamentos para reprodução [de obras] e fornecimento de cópias de documentos” e possuía como finalidade, “assessorar a Unesco na implementação das medidas sugeridas”, criando assim um Comitê Provisório dirigido por Miguel Ozório de Almeida⁸ (SILVA, 1987, p. 20).

Logo temos a segunda Conferência Geral da Unesco, na cidade do México em 1947, tendo como produto final o projeto Bibliográfico Unesco/ *Library of Congress* culminando na realização de uma Conferência Internacional sobre o Melhoramento dos Serviços Bibliográficos, realizada em Paris três anos depois. Esta conferência específica foi desenvolvida buscando sanar os obstáculos do livre intercâmbio de ideias e documentação entre países, devido à manifestação de 41 países sobre o projeto bibliográfico (SILVA, 1987, p. 21).

Entretanto, é somente em sua terceira Conferência Geral (1951) que a Unesco aprova a resolução de melhoria dos sistemas e atividades dos centros

7 A Chronology. No mês de junho, anterior à sua criação, surge a Comissão Nacional para a Criação da Unesco, sendo o Brasil, o primeiro país a se integrar a este grupo (UNESCO, 1987).

8 Iniciou sua formação em Engenharia redirecionando seus estudos para a área de medicina. Ocupou o cargo de diretor do Instituto de Biologia Animal, subordinado ao Ministério da Agricultura; da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social; foi vice-reitor da Universidade do Distrito Federal; presidiu ainda a Academia Brasileira de Ciências e a Academia Brasileira de Letras. Por fim, presidiu a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e Comitê Brasileiro de Cooperação Intelectual, sendo membro da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações (Genebra), representante do Brasil e membro do Conselho Executivo da UNESCO.

bibliográficos e de documentação. Para isto, a organização desenvolveu o Programa de Assistência Técnica das Nações Unidas, que subsidiava melhorias principalmente nos países subdesenvolvidos. Tal ação foi viabilizada a partir da destinação de cerca de trinta (30) milhões de dólares, somente no ano de 1956. Esse subsídio financeiro, possuía como premissa, o envio de especialistas para a criação e otimização dos centros bibliográficos em todo mundo (SILVA, 1987). Para o Brasil, fora enviado aos dezesseis dias do mês de março do ano de 1953, o bibliotecário sul-africano Hebert Coblans como o consultor para a criação do centro bibliográfico nacional.

Como um efeito cadeia, após a criação da Unesco no ano de 1946 e, desejada há mais de vinte anos pela Associação Brasileira de Ciência, é criada no Brasil a Sociedade Brasileira de Pesquisa Científica (SBPC). Veremos a partir de agora, as origens das atividades e institutos de informação com enfoque nas atividades bibliográficas no Brasil. Iniciamos este segundo momento, agora no cenário nacional, com o surgimento do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).

Entendemos que o DASP não foi um instituto de informação com enfoque nas atividades bibliográficas como mencionado acima, entretanto compreendemos que e necessário iniciarmos nosso trajeto por este, sem a existência do DASP o IBICT e o IBBD, poderiam não possuir as competências que possuíram, devido a algumas das competências do DASP, fundamentaram também a necessidade de criação do IBBD.

Previsto pelo Artigo 67 da Constituição federal de 1937 e inserido no Estado Novo, o DASP foi criado por Vargas com o intuito de aprofundar a reforma administrativa destinada a organizar e a racionalizar o serviço público no país. Componente do capítulo enunciativo das elaborações orçamentárias do serviço público, com o DASP,

Art. 67 - Haverá junto à Presidência da República, organizado por decreto do Presidente, um Departamento Administrativo com as seguintes atribuições:

a) o estudo pormenorizado das repartições, departamentos e estabelecimentos públicos, com o fim de determinar, do ponto de vista da economia e eficiência, as modificações a serem feitas na organização dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamento, dotações orçamentárias, condições e processos de trabalho, relações de uns com os outros e com o público;

- b) organizar anualmente, de acordo com as instruções do Presidente da República, a proposta orçamentária a ser enviada por este à Câmara dos Deputados;
- c) fiscalizar, por delegação do Presidente da República e na conformidade das suas instruções, a execução orçamentária (BRASIL, 1937).

Logo que inaugurado, o Departamento Administrativo do Serviço Público já notava, em consonância com os ideais do Estado Novo, uma certa incompatibilidade entre a 'racionalidade' da administração e a 'irracionalidade' da política. “Pretendia assim estabelecer uma maior integração entre os diversos setores da administração pública e promover a seleção e aperfeiçoamento do pessoal administrativo” (CPDOC, 2015) pela adoção do sistema de mérito. Essa competência ligada à capacitação e ao aperfeiçoamento de pessoal, refletiu na criação das competências e finalidades do IBBD, anos depois, já que foi o instituto que incorporou estas competências.

Figura 6: Cerimônia de posse de Luiz Simões Lopes no DASP



Fonte: CPDOC / LSL foto 060/1 (SILVA, 2006, p. 95)

Conforme apresentado no Capítulo I, Artigo 2º da CF, O DASP tinha como finalidade a promoção e readaptação, bem como o aperfeiçoamento dos funcionários civis da União; o estudo e a fixação de padrões e especificações do material para uso nos serviços públicos; “auxiliar o Presidente da República no exame dos projetos de lei submetidos à sanção; inspecionar os serviços públicos e, apresentar anualmente ao Presidente da República relatório pormenorizado dos

trabalhos realizados e em andamento” (BRASIL, 1937, art. 2º). Segundo Silva (2006, p. 95-97, grifo nosso), o DASP junto ao Presidente da República, visava:

Dar-lhe assessoria, de modo a habilitá-lo não só a reformar, renovar e transformar a velha máquina administrativa, como decidir sobre os muitos milhares de documentos, projetos e papéis que vinham às suas mãos para deliberação **[além de]** orientar toda a chamada administração geral da República. Isto é, pessoal, material, edifícios, públicos e outros aspectos [...].

Notamos acima duas facetas para nossa análise, uma no tocante ao mote de existência ligados às competências macro administrativas e orçamentárias e outra, alicerçada nos estudos voltados às ciências documentárias. Ambas as finalidades possuíram como mote a racionalização administrativa nas repartições e sistemas de gestão pública, desde a década de 30. A saída para tais entraves administrativos veio com a instauração da Comissão Mista da Reforma Econômico-Financeira, no ano de 1935, substituída no ano posterior pelo Conselho Federal de Serviço Público Civil (CFSPC). Ressaltamos que foi a partir da iniciativa e direção de Luiz Simões Lopes neste conselho, que surgiu o DASP. Presidindo o DASP desde sua criação ao término do Estado novo, Luiz Simões Lopes (morre em 1994), em seus três relatos de memória (a partir de História Oral) entrevista à Celina Amaral Peixoto e Aspasia Camargo, nos anos de 1979, 1981 e em 1990 descreve a criação do SIC.

De longa data venho dando prioridade às bibliotecas e aos arquivos. No DASP, criei as carreiras de bibliotecário e de arquivista. Regulamentamos os cursos específicos, fizemos concursos, mandamos muito bibliotecários para estudar no estrangeiro. Criamos, ainda, o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) e o Catálogo Coletivo, instrumentos indispensáveis à organização dos sistemas nacionais que, então, visávamos (SILVA, 2006, p. 116).

A Rede de Bibliotecas, a partir de um sistema de catalogação cooperativa, chamada Rede Bibliodata, tem sua origem no ano de 1942 a partir dos serviços acima mencionados e possuía como finalidade a redução dos custos com processamento técnico, especificamente com a catalogação. Em 1954, o SIC foi transferido para o IBBD.

Figura 7: Luiz Simões Lopes e os Bibliotecários do DASP



Fonte: CPDOC / LSL foto 062 (SILVA, 2006, p. 116).

Com os sucessivos problemas políticos que apresentava, após a criação do Estado Novo por Vargas, o DASP perde seu presidente e grande parte de seus funcionários, sendo estes deslocados para inúmeros setores da economia nacional, com destaque para a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Ao pinçarmos, na história, o DASP e suas tentativas de combate à cultura clientelista e uma intensa reforma administrativa radical e, ao relembramos a transição do status quo de Estado patrimonialista para um regime burocrático, criado por Vargas a partir da década de 30, também se faz necessário analisarmos a presença de um importante pesquisador que por sua proximidade com a até então presidência da república e por sua competência, Luiz Simões Lopes. Além de fundar o DASP, também integrou o CFSPC (sucessor do DASP) e FGV, transitando pelas esferas públicas e privadas. Através do Decreto Lei nº6.693, do ano de 1944, a FGV, tem sua criação autorizada pelo próprio presidente Vargas, dando plenos poderes de criação e planejamento ao antigo presidente do DASP, Luiz Simões Lopes. A instituição possuía como mote:

[...] o estudo e a divulgação dos princípios e métodos de organização racional do trabalho e ao preparo de pessoal qualificado para administração pública e privada, mantendo núcleos de pesquisa, estabelecimentos de ensino e os serviços que forem necessários (BRASIL, 1944, art. 1).

Foi devido à hibridez, que podemos identificar como natural diante de um radical projeto de estruturação administrativa, que muitos projetos e o próprio modelo implementado na década de 30, não se findou com êxito. Não se resolveu o paradoxo existente entre a meritocracia e a coexistência de princípios um tanto quanto universalistas que visavam a padronização, ainda mais após a publicação da Lei 284, de 1936, que instaurava a Comissão Permanente de Padronização. Para Wahrlich (1983) a publicação desta lei, em meados da década de 30, forneceu ao país subsídios para almejar a organização e o aperfeiçoamento dos serviços públicos e instituir a sistemática da meritocracia no serviço público federal, que seria implantada anos depois com o ator dessa peça, Simões Lopes.

Fundada aos vinte (20) dias do mês de novembro de 1944, por Simões Lopes, a FGV, desde sua constituição, já contava com o apoio material e financeiro⁹ de mais de 275 instituições públicas e privadas. Este fato viabilizou, anos depois, a cimentação de suas competências, a partir do desenvolvimento de inúmeros projetos de pesquisa e ensino. Além das atividades ligadas a inovação e gestão da administração pública, a incorporação do Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) aos departamentos da FGV, bem como de profissionais da área biblioteconômica, arquivística e documentalista (devido à crescente demanda por informação especializada bibliográfica para a tomada de decisão), representou uma significativa mudança nas atividades realizadas. A FGV anexou também à biblioteca, um serviço de catalogação analítica de periódicos (SILVA, 1987).

A fundação foi, desde sua concepção, desenvolvida por Simões Lopes com a finalidade de ser um centro de documentação destinado a sistematizar e divulgar conhecimentos ligados às suas atividades e atuação. Lopes começou, então, a imaginar a criação de “uma entidade destinada a melhorar o nível intelectual dos brasileiros no campo das ciências sociais, com preponderância para a administração, pública e privada, e para outra coisa que está muito ligada à administração [...] a economia” (SILVA, 2006, p. 122).

Além de representar um recorte na realidade biblioteconômica brasileira, a biblioteca do DASP (e os serviços oferecidos por esta) foi dirigida pelas

9 Somente no ano de 1944, a FGV recebeu a partir do Decreto-lei 6.908, o valor de Cr\$ 5.000.000,00 para a realização de trabalhos preliminares, isenção de todos seus impostos pelo Decreto-lei 7.170, de 19,12,1944 e uma contribuição anual > 50% dos impostos arrecadados na pasta da Educação e Saúde, como estabelecido a partir do Decreto-lei 6.694.

bibliotecárias Sylvia de Queiroz Grillo¹⁰ e Lydia Sambaqui de Queiroz. Como precursora na gestão da biblioteca do DASP, após retornar de seu estágio internacional nos EUA, Sylvia, até o momento servidora do Ministério da Fazenda, assume a direção da biblioteca do DASP no seu ano de criação. A nomeação foi solicitada pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema, grande apoiador do desenvolvimento da rede de bibliotecas, conforme apresentado na literatura especializada¹¹ (ODDONE, 2004).

Lydia Sambaqui de Queiroz iniciou suas atividades como estagiária de sua irmã mais velha, Sylvia, na biblioteca do DASP, ganhando notoriedade e visibilidade não só no DASP, mas por todo Brasil, com seu ingresso, anos depois, na FGV. Para Oddone (2004, p. 74), Lydia fez emergir,

As condições de possibilidade para que um saber biblioteconômico nacional buscasse sua especificidade e afirmasse sua autonomia, distinguindo-se de uma miscelânea de outras atividades profissionais de ordem administrativa, burocrática e técnica. Quase que imediatamente, os atores começaram a perceber a necessidade de ocupar novos espaços e de empreender ações de extensão desse saber que se produzia e se acumulava naquele laboratório de experiências biblioteconômicas que era a Biblioteca do DASP.

Todos esses esforços, empreendidos no intuito da criação de um serviço nacional de bibliotecas, culminam, a partir do início das atividades do DASP, com a criação de inúmeros instrumentos e ações. A Revista do Serviço Público, os cursos de capacitação e qualificação em Biblioteconomia oferecidos pelo DASP, os estudos sobre os sistemas de classificação bibliográfica e o *Esquema de Organização da Biblioteca do DASP*, são alguns exemplos nacionalmente reconhecidos. Nestes primeiros anos de funcionamento, estava sendo alicerçado o serviço que, como muitos teóricos consideram, quebraria paradigmas biblioteconômicos, no tocante à transição de uma prática profissional fiscalista para a entrada na era da informação com o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC).

Para Oddone (2004, p. 84-85), o SIC, planejado e coordenado por Lydia,

constituiu a principal bandeira de seu projeto de Biblioteconomia brasileira nos anos seguintes e mesmo mais adiante, após o fim do Estado Novo e

10 Irmã mais velha de Lydia, Sylvia foi a primeira responsável pelo setor de Biblioteca do DASP, foi nomeada pela Portaria 43, de 31/10/1938.

11 Para maiores informações sobre a criação da Biblioteca do DASP e de Lydia Sambaqui de Queiroz, recomendamos a leitura da Tese de Nanci Elizabeth Oddone, intitulada *Ciência da Informação em Perspectiva Histórica: Lydia de Queiroz Sambaqui e o aporte da Documentação*.

seu afastamento da Biblioteca do DASP [sendo incorporado à FGV]. A ideia que fundamentava o SIC era a da cooperação. Consciente da amplitude do território brasileiro, do desequilíbrio do desenvolvimento econômico e social e suas diversas regiões e da disparidade do estágio de proficiência que predominava entre as bibliotecas do país, Lydia compreendeu que só uma ação cooperativa e sistemática poderia produzir um progresso geral, simultâneo e uniforme, da múltiplas unidades de informação nacionais.

O DASP teve seis anos de pleno funcionamento, sendo incorporado à FGV no ano de sua criação, em 1944. Com a migração de seu Presidente Luiz Simões Lopes e de parte de seus funcionários, o DASP tem muitas de suas competências incorporadas à FGV, culminando anos depois com a criação do IBBD. Contudo para compreendermos a criação deste último, cabe-nos ainda falar de dois institutos que tiveram um papel de grande importância no desenvolvimento das atividades de qualificação e capacitação nas áreas biblioteconômicas e documentárias no Brasil, o CNPq e a CAPES.

Desde o início da década de trinta, com o impacto da I Guerra Mundial e com a criação da Associação Brasileira de Ciências, já se falava no Brasil sobre a criação de uma instituição que tivesse como competência a pesquisa científica e aplicada. Durante anos, muitos esforços foram direcionados para a realização desta instituição, sem êxito. No ano de 1936, a questão da informação já se mostrava salutar para a administração pública, sendo mencionada por Vargas, no Congresso Nacional, a criação de um Conselho Nacional de Pesquisas experimentais, ideia que não se consolidou (SILVA, 1987).

É somente após a II Guerra Mundial que, no Brasil, evidencia-se a obrigatoriedade do país possuir uma instituição de pesquisas. Vale ressaltar que esta preocupação emergiu após a participação do Brasil na Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas (1946-1948). Neste íterim, não só o Brasil, mas todo o mundo voltava seus olhos para a temática da energia nuclear, uns preocupados em expandir suas forças e outros com questões relativas à soberania nacional. Como produto de nossa participação nesse conselho, surge a ideia da criação de um centro de pesquisa de energia atômica no Brasil. Contudo, para Silva (1987), o Congresso Nacional optou por uma abordagem mais ampla, divergindo, assim, do anteprojeto apresentado pelo Almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva e criando o Conselho Nacional de Pesquisa.

Tendo como finalidade “promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento” (BRASIL, 1951, art. 1-3), o CNPq tem as seguintes competências:

- a) promover investigações científicas e tecnológicas por iniciativa própria, ou em colaboração com outras instituições do país ou do exterior;
- b) estimular a realização de pesquisas científicas ou tecnológicas em outras instituições oficiais ou particulares, concedendo-lhes os recursos necessários, sob a forma de auxílios especiais, para aquisição de material, contrato e remuneração de pessoal e para quaisquer outras providências condizentes com os objetivos visados;
- c) auxiliar a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos, organizando ou cooperando na organização de cursos especializados, sob a orientação de professores nacionais ou estrangeiros, concedendo bolsas de estudo ou de pesquisa e promovendo estágios em instituições técnico-científicas e em estabelecimentos industriais no país ou no exterior;
- d) cooperar com as universidades e os institutos de ensino superior no desenvolvimento da pesquisa científica e na formação de pesquisadores;
- e) entrar em entendimento com as instituições que desenvolvem pesquisas, a fim de articular-lhes as atividades para melhor aproveitamento de esforços e recursos;
- f) manter-se em relação com instituições nacionais e estrangeiras para intercâmbio de documentação técnico-científica e participação nas reuniões e congressos, promovidos no país e no exterior, para estudo de temas de interesse comum;
- g) emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos pertinentes às suas atividades e que sejam solicitados por órgão oficial;
- h) sugerir aos poderes competentes quaisquer providências que considere necessárias à realização de seus objetivos.

Apesar de suas atividades administrativas, científicas e financeiras galgadas na finalidade da pesquisa e,

privado, de 1953 em diante, de atribuições na área de energia nuclear, a atuação do CNPq se concentrou no auxílio a pesquisas e formação de recursos humanos por meio de concessão de bolsas de estudos que absorviam a maior parte dos seus recursos financeiros. O pesquisador passou a ser a preocupação principal do conselho (SILVA, 1987, p. 62).

Para aportar alguma resposta às preocupações que assolavam a área científica no Brasil, o regimento do CNPq previa que: “para a realização de seus objetivos, o Conselho é autorizado a prover a criação e a organização de laboratórios ou institutos”, que lhe ficarão subordinados. O Conselho cria inúmeros institutos e órgãos de 1952 a 1976, como o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), o Instituto de Pesquisas Rodoviárias (IPR), e incorpora o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e o Observatório Nacional (ON). O Conselho cria, ainda, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) (SILVA, 1987).

A partir desta necessidade de capacitação e com todos olhares voltados ao cientistas e pesquisadores, devido ao grande número de evasão nacional de pesquisadores e estudantes, bem como de profissionais (graças aos baixos e pouco motivacionais investimentos), foi criada, meses após a criação do CNPq, a Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), inicialmente elaborada sob a forma de uma campanha para o aperfeiçoamento da mão de obra de nível superior.

O nacionalismo no período [pós anos 40] se concentra em torno da ideia de garantir a soberania do Estado e defender a nação contra a penetração imperialista. Tratava-se então, de incentivar a intervenção do Estado nos setores industriais de base e, ao mesmo tempo, salvaguardar fontes materiais estratégicas para o abastecimento militar. É dentro desse contexto que se dá a institucionalização da política científica, expressa pela criação, em 1951, do Conselho nacional de Pesquisa (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (MOREL, 1979, p. 44-45).

Comemorando seu sexagésimo quinto (65º) aniversário no ano de 2016 e, possuidora de um papel central na criação de agenda de políticas públicas na área educacional, a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, tem sua criação pertencente à um regime histórico (1951-1960), marcado pelo modelo de gestão estatal, alicerçado no modelo nacional-desenvolvimentista, no segundo governo Vargas. Composta por representantes das esferas pública e privada, a Capes enfrentou, desde a sua criação, inúmeras problemáticas acerca da implementação de políticas e projetos. Isto se deve aos diferentes níveis e dimensões de interesse pertencentes a cada campo social ou grupo de interesse.

Segundo seu decreto fundador, conforme apresentado em seu primeiro artigo, a campanha foi instituída,

sob a Presidência do Ministro da Educação e Saúde, uma Comissão composta de representantes do Ministério da Educação e Saúde, Departamento Administrativo do Serviço Público, Fundação Getúlio Vargas, Banco do Brasil, Comissão Nacional de Assistência Técnica, Comissão Mista Brasil, Estados Unidos, Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio, para o fim de promover uma Campanha Nacional de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. (BRASIL, 1951, art. 1º).

Estas problemáticas enfrentadas não tão somente pela Coordenação, mas também, ao nosso ver, pelos demais institutos de informação no Brasil após meados do século XX, devem-se a duas dimensões históricas: uma é marcada pelas matrizes econômica e produtiva impulsionadas pela motriz capitalista e outra revela a organização da sociedade compreendida como uma força estruturante do Estado. Nota-se ainda, nos anos 50, justificada pela política desenvolvimentista, a substituição de um antigo sistema político-econômico, ineficaz e galgado em práticas nepotistas, patrimonialistas e demais, por um modelo administrativo baseado nos princípios da eficácia e eficiência (GOUVÊA, 2012).

A Capes tem ainda como objetivos: (a) “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento econômico e social do país” e (b) “oferecer aos indivíduos mais capazes, sem recursos próprios, acesso a todas as oportunidades de aperfeiçoamentos” (BRASIL, 1951, art. 2º).

Esse novo modelo de administração e burocracia estatal apresentado pela a instalação do Plano de Metas de JK, alicerçou suas ações na criação de institutos e organizações responsáveis pela execução de atividades técnicas e de pessoal (formação de mão de obra qualificada), para melhor desempenhar suas funções. Vale ressaltar a dualidade discursiva do Estado brasileiro aparelhado à políticas e injeções norte-americanas, relacionada à segurança nacional e à política desenvolvimentista. Toda esta formalidade e sistema burocrático do Estado, a partir da década de 50, apresenta:

de uma falsa técnica administrativa, concebida como uma ciência autônoma de organização e de meios, não distinguiu serviços de controle e fiscalização dos serviços de condução de atividades próprias autônomas como a educação [...] de modo que estes serviços passaram a ser regulados de forma idêntica aos da arrecadação de impostos ou fiscalização da legislação trabalhista (TEIXEIRA, 1956, p. 11).

A despeito da condução do formato de educação de nível superior e do modelo de universidade no Brasil, temos, até a criação da CAPES na década de 50, um modelo galgado na junção de institutos isolados de diferentes áreas do saber. Este foi o caso da Universidade do Federal do Rio de Janeiro (1920) ou da Universidade do Brasil (1937), formada pela reunião da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, da Faculdade de Medicina e, ainda, de Direito (BRASIL, 1920).

Contudo, diversas universidades pelo Brasil seguiram o mesmo modelo de implantação, até que, no início da década de 60, um modelo moderno e diferente do anterior foi proposto: a Universidade de Brasília. Para Morel (1979, p. 40), se

tais instituições isoladas ou as universidades conglomeradas, criadas por decreto, não destruíram o antigo padrão de ensino superior, por outro lado, institucionalizava-se a formação de pesquisadores, não mais constituídos de indivíduos isolados, dotados de vocações irresistíveis.

Permeada pela relação entre economia e intervencionismo do Estado e a educação como poder transformador da configuração sociotécnica do país, a Campanha nasceu como uma Comissão, sob a hierarquia do Ministério da Educação e da Saúde conforme supracitado. A Capes contou ainda, para sua criação, com a participação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), do próprio Ministério da Educação, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (principal responsável pelos sistemas de controle bibliográfico e documental do país), do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (participação que conota à Campanha suas competências inerentes a análises estatísticas e modelagem de indicadores) e, como já era esperado, da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

Nota-se, então, a forte disputa de interesses políticos e econômicos nas esferas nacional e internacional. Todos estes setores integrantes da comissão de criação da CAPES, também compõem a estrutura basilar da burocracia estatal no Brasil de 50. A partir de uma abordagem estruturalista sobre a composição da base administrativa pública e privada, Weber (1919) acredita na burocracia como um produto recente do desenvolvimento socioeconômico¹² que resulta de uma concepção no universo de autoridade legal. Ao apresentar o conceito, o autor entende que o instinto da burocracia vem,

a) aceitação da validade das idéias em que repousa a autoridade racional-legal; b) a organização fundamental necessária para o exercício da autoridade racional-legal; e c) o exercício da autoridade racional-legal no quarto administrativo do tipo ideal que Weber chamou de burocracia. O primeiro aspecto: > corresponde à própria argumentação em que se fundamenta a legitimidade da autoridade racional-legal, que implica na aceitação de algumas premissas básicas apresentadas a seguir: a) as normas legais visam a fins utilitários, a valores racionais ou a ambos; são estabelecidas por acordo ou imposição e atingem todas as pessoas dentro da organização ou área submetidas à autoridade ou poder de onde

12 Identificamos a abordagem weberiana de burocracia, como um conceito alicerçado nas perspectivas de construção social e domínio de poder, origem e legitimidade.

emanam; b) as normas legais são abstratas. enquanto consideradas como um sistema integrado denominado Direito, mas se concretizam na aplicação da lei aos casos particulares. Dê-se modo, o processo administrativo deve orientar-se para os interesses racionais assim definidos pelas ordenações da organização (associação), dentro dos limites legalmente estabelecidos e de acordo com os princípios gerais aprovados ou não-aprovados pelas ordenações; c) o exercício da autoridade legal está relacionado com o cargo ocupado pelo funcionário, o que implica em sua subordinação a uma ordem impessoal para a qual orienta suas ações, enquanto funcionário. Um presidente eleito, embora não sendo funcionário na acepção weberiana, está sujeito a esta mesma ordem; d) como corolário da impessoalidade, que reveste o exercício da autoridade legal, os membros da organização só devem obediência à autoridade enquanto investida no cargo e no desempenho das respectivas funções [...] (WEBER, 1966, p. 16)

Percebemos, então, transformações no fazer e no discurso da construção da área científica no Brasil, principalmente nas áreas relacionadas à Ciência e Tecnologia, devido à necessidade de demarcação da área no Brasil. Este e demais fatores colocaram em cheque o espaço destinado aos cientistas brasileiros nas universidades e no mercado. Enquanto tínhamos a própria CAPES como um marco de transformação do campo técnico-científico universitário, por outra face surge a necessidade de rápida qualificação de profissionais e da ampliação da infraestrutura para o desenvolvimento de pesquisas.

A grande índice de evasão dos institutos de pesquisa no Brasil tem como principais motivos: as más condições de trabalho, a ausência de bolsas e demais incentivos financeiros, a incompatibilidade com a direção dos projetos e institutos, questões ideológicas e o desejo de ampliação profissional (MOREL, 1979, p. 48 apud AZEVEDO). Para Berlinck e Sant'Anna (1972, p. 20), além das aspirações de ordem profissional e econômica, “53,7% dos entrevistados mencionaram a eficiência administrativa e 44,8% mencionaram a infraestrutura material adequada existente nos EUA como motivos da emigração”.

Figura 8: Emigração de cientistas brasileiros para o exterior nas décadas de 50 e 60

Emigração para os EUA de cientistas, engenheiros e pessoal médico: 1956 e 1962-1966. América do Sul e México

PAÍS	1956	1962	1963	1964	1965	1966
Argentina	158	199	304	384	331	248
Bolívia	25	27	27	55	53	37
Brasil	132	97	116	119	121	114
Chile	38	55	69	67	71	48
Colômbia	86	169	229	336	267	255
Equador	29	45	68	63	70	71
Paraguai (3)	–	18	5	9	8	11
Peru	72	87	89	110	74	86
Uruguai (3)	–	4	9	9	12	21
Venezuela	36	130	125	91	58	50
Outros	22	26	55	40	26	43
América do Sul (1)	598	857	1.096	1.283	1.091	984
México (2)	299	209	244	196	269	268
(1) + (2)	897	1.066	1.340	1.479	1.360	1.252

Fonte: Os Governmente Printing Office (1967, apud BERLINCK; SAN'ANNA, 1972, p. 20).

Como proposta para reduzir este índice de emigração, nascem as Bolsas de Incentivo A, B e C. Elas visavam, ao nosso ver, assegurar a manutenção e desenvolvimento dos cientistas brasileiros, bem como de suas pesquisas no território nacional. Vale ressaltar a importância da figura de dois dos fundadores do projeto CAPES: Anísio Teixeira, na mediação dos conflitos entre o corpo técnico e os grupos de interesse que se mantiveram à frente do processo de organização do instituto (desde seu Decreto de criação em 1951 ao de consolidação, em 1961, dez anos depois) e Almir de Castro, como executor de todo projeto da Campanha.

Os primeiros anos da Capes foram anos de estruturação, de escolhas e planejamento das ações, de organização e composição o staff, de contato com as instituições estrangeiras vinculadas à formação de pessoal especializado de nível superior. Como estratégia básica, optou-se pela articulação institucional tanto com o setor econômico (principalmente com a indústria), quanto com a administração pública, de modo a atender às necessidades de pessoal [...] (CAPES, 2002, p. 17).

Em conformidade com o projeto de melhoria do fazer científico nas dimensões físicas e econômicas já mencionadas, temos o Decreto 50.737, de 7 de junho de 1961, como o dispositivo legal direcionado à organização da Coordenação Nacional

de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, prevista pelo Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951. Segundo este decreto, a CAPES adquiriu algumas competências relacionadas ao:

- 1 - o estímulo à melhoria das condições de ensino e pesquisas dos centros universitários brasileiros, visando a melhor formação dos quadros profissionais de nível superior do país;
- 2 - o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior já existente, promovido em função das prioridades ditadas pelas necessidades do desenvolvimento econômico e social do País;
- 3 - a realização de levantamentos, estudos e pesquisas sobre os problemas envolvidos em seu campo de ação;
- 4 - a administração das bolsas de estudo oferecidas pelo Governo Brasileiro a latino-americanos e afro-asiáticos para cursos de graduação e pós-graduação no Brasil;
- 5 - a promoção de outras medidas necessárias à consecução dos seus objetivos definidos nos artigos 2º e 3º do Decreto nº 29.741 (BRASIL, 1961, art. 2º).

Para viabilizar estas incumbências que seriam realizadas de 1951-1964, a Capes possuiu uma estrutura inicial de dois Programas e três serviços, sendo o Programa Universitário (PgU), que objetivava auxiliar o desenvolvimento das universidades e dos institutos de ensino superior e o Programa dos Quadros Técnicos e Científicos, que visava operacionalizar indicadores para otimizar e sinalizar as deficiências dos quadros técnicos. Como serviços, temos o Serviço de Bolsas de Estudo (SBE) responsável pelo planejamento e execução dos programas de bolsas internas e externas; o Serviço de Estatística e Documentação (SED) responsável pela manutenção dos arquivos, da biblioteca e das estatísticas; e, por fim, a Seção de Administração (AS) que prestava apoio logístico e administrativo (CAPES, 1963 apud GOUVÊA, 2012).

Com a instauração do Golpe Civil Militar no dia 1º de abril de 1964, assim como os demais institutos ligados a formação profissional educacional e de informação, a Capes também passou por momentos de transformações políticas e descontinuações administrativas, o que poderia causar sua própria extinção ou supressão. Podemos aferir esta intensa turbulência a partir da publicação do diário oficial logo nas primeiras semanas do mês de abril, onde todo corpo diretor foi exonerado, incluindo Anísio Teixeira e Almir de Castro.

Ainda neste ano, novos rumos permearam a gestão do Estado pelo governo dos militares, dando um maior enfoque na Ciência e Tecnologia, alterando e ampliando as competências da Campanha definidas pelo Decreto 29.741, de 1961.

Entretanto, no início da década de 70 do século passado, dois novos decretos modificaram as diretrizes institucionais, sendo eles o Decreto nº 66.662 e o de nº 66.927. Vale ressaltar que este último decreto retirou a autonomia administrativa dada pelo antecessor, vinculando a Capes novamente ao Departamento de Assuntos Universitários integrante do Ministério da Educação (CAPES, 2002, p. 19-20) e obrigando-a a se relacionar com institutos de mesmo interesse, como o CNPq. Passamos então para a discussão sobre o local de fala de cada uma das instituições supracitadas.

3.1 POLÍTICAS E INFORMAÇÕES NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Muitas foram as transformações tecnológicas ocorridas nas áreas da comunicação e da informação, que mudaram a forma como nos relacionamos com e armazenamos a informação. Não apenas isso. Com efeito, talvez a mudança mais drástica foi a forma como outorgamos uma centralidade simbólica, cultural e política à informação, em nossa sociedade, depois da Segunda Guerra Mundial. Esta “explosão tecnológica”, proporcionou o surgimento de diversas tecnologias, como, por exemplo, a Internet. Percebe-se que tais inovações promoveram uma mudança no paradigma informacional, fazendo com que a informação se tornasse uma peça chave para a sociedade.

Com o entendimento da informação e do conhecimento como instrumentos imprescindíveis ao desenvolvimento social, político e econômico dos países, surgem então as primeiras bibliotecas e arquivos, como compreendemos no dia de hoje. Trata-se de instituições onde a informação produzida e registrada era, então, armazenada e organizada, culminando no desenvolvimento da identidade do profissional da informação bibliotecário e arquivista.

Tendo como finalidade atender as estas demandas sociais, culturais e de gestão pública de documentos e informações, as ciências da Biblioteconomia e da Arquivologia, corroboram, desde o século XVIII, após a constituição das mais significativas instituições de memória e gestão do saber – a criação da primeira biblioteca nacional e do primeiro arquivo nacional após a revolução francesa –, a construção da área da Ciência da Informação, a partir de seus estudos epistemológicos, técnicos e ainda, interdisciplinares.

Historicamente, ao longo do processo de desenvolvimento tecnológico e social dos países, vimos a informação tornar-se algo trivial no processo de democratização do saber em suas dimensões sociais e culturais. Assim, é perceptível a importância dos estudos acerca da informação, bem como dos processos que envolvem seu gerenciamento e difusão, quando tratada a hegemonia e o poder estatal junto às dialéticas da segurança nacional e do processo desenvolvimentista nacional.

Neste cenário, acreditamos que o IBBD possuiu significativo papel na construção da identidade dos profissionais de informação em Biblioteconomia, desde sua criação em 1954. Isto se deveu, ao nosso ver, aos cursos, instrumentos, ações e demais ferramentas ou processos desdobrados pelas políticas de informação do instituto. Desta forma, caracterizadas também, pelas regras, diretrizes e programas que estruturaram a capacitação fornecida pelos cursos do IBBD, como o Curso de Documentação Científica (CDC) e as ações do SNICT, temos as políticas de informação.

Relacionadas ao conceito de políticas públicas, as políticas de informação, acompanham a construção e o desenvolvimento das agendas públicas, com a adição de um atributo, a informação. O ciclo da política apresentado por Howlett e Ramesh (1995), pelo *Improved Model*, compreende as etapas de montagem de agenda, formulação da política, tomada de decisão, implementação e avaliação em um processo cíclico. Tal ciclo tem, ainda, como objetivo, identificar e resolver as problemáticas sociais, a partir do desenvolvimento de políticas orientadas pelas teorias e conceituações científicas, almejando solucionar e/ou controlar as ações e intervenções políticas (PARSONS, 1995).

Assim, com esta ideia de um modelo cíclico, podemos perceber os diferentes momentos no processo de construção de uma política pública (SOUZA, 2006). Segundo o autor, as políticas públicas como o campo do conhecimento, buscam,

ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Pertencentes a este contexto de elaboração de ações e programas, bem como de sistemas que regem o fazer sociocultural, os profissionais da informação,

assim como outros, acabam submetidos a estas diretrizes, desenvolvidas pelos mais diversos grupos de interesse, durante a criação das agendas. Acreditamos que a informação, tida como elemento central na discussão de poder durante os séculos XX e XXI, compõe os signos e símbolos que construíram e constroem a identidade destes profissionais.

O conceito de política pública pode ser ainda compreendido através de outra abordagem, apresentada por Smith (2002) em quatro tipos sendo: (a) distributivas, quando visam à distribuição de novos recursos; (b) redistributivas, quando visam à modificação da distribuição de recursos existentes; (c) regulatórias, quando visam à regulação e ao controle de atividades – este tipo apresenta os benefícios de visualização mais lenta, requerendo alta especialização quando de sua formulação e implementação –; e (d) constituintes, destinadas ao tratamento de bens comuns, não renováveis.

As políticas de informação são compreendidas pelo domínio de construção das ações sociais alicerçadas na transferência e na recuperação da informação. González de Gómez (1996) aborda o conceito a partir da ótica dos estudos da informação, galgada na construção sistêmica entre a informação da informação e o metac conhecimento. Para a autora “se não se conhecem as regras de estruturação da informação, o documento pode estar em frente de nós, como hieróglifos olmecas, e não dizer nada” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1996, p. 59 apud RENDOM ROJAS, 1996, p.27). Diante do cenário nacional, a autora pondera ainda que:

Em suas realizações, o modelo do [SNICT] sofreu de fato as reformulações dos critérios diferenciais e seletivos que exibiam, ao longo do tempo, as linhas preferenciais dos regimes de governo, assim como das mudanças econômicas, sociais, tecnológicas e outras (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1996, p. 60).

O Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT), inserido no corpo sistêmico do CNPQ, objetivava “planejar e coordenar, em âmbito nacional, os trabalhos de informação científica e tecnológica”, estabelecendo assim “uma rede nacional de cooperação e intercâmbio, para assegurar o aproveitamento integral dos conhecimentos adquiridos no País e no estrangeiro” (SNICT 1973, p.69). Ele possuiu um importante papel na construção da identidade dos profissionais de informação, visto que o IBBD realizava uma tarefa de apoio como o centro referencial (cf. Capítulo 3, seção 3.3).

A construção do conceito de política de informação perpassa um processo histórico, que surge bem anteriormente às Grandes Guerras Mundiais. No ano de 1766, surgem, na Suécia, os primeiros indícios de normatização legal sobre o acesso universal a informações. Um centenário depois, surge nos EUA a Lei de Liberdade de Informação, conhecida como FOIA (*Freedom of Information Act*) (CGU, 2011).

Podendo ainda serem institucionalizadas nos níveis global, nacional ou local, estas políticas podem ser abordadas a partir da dimensão que trata a informação como um atributo necessário à democratização do acesso na administração pública, ou mesmo como as diretrizes que subsidiam os fazeres profissionais de determinada categoria. Componentes do que denominamos Sociedade da Informação ou Era da Informação – período onde as TIC's influenciam diretamente no fluxo, processo, armazenamento, acesso e compreensão da informação – as políticas de informação podem também serem compreendidas a partir de

[...] premissas (sustentadas por Weiberg) que estabelecem, para a política de informação, uma relação estrutural e intrínseca entre uma ordem política que a autoria considera “estadocêntrica” e a ordem informacional, teriam sido substituídas por novas premissas. Essas seriam baseadas na concepção das redes e infra-estruturas de informação (com ênfase na institucionalização da Internet e na universalização do acesso a suas aplicações), que afirmam a relação estrutural com a tecnologia e a economia (JARDIM; SILVA; NARRHELUGA, 2009, p. 7).

Vale ressaltar que no Brasil, após a década de 50, a ciência toma exponencial importância, visto que encontrava-se atrelada à modernização da estrutura produtiva nacional. Isso impactou não somente a área econômica, mas também a área científica, ambas centradas em um desenvolvimentismo, onde a informação era a questão central. Segundo Pinheiro (2010, p. 117), a partir da década de 50, “graças ao desenvolvimento originado nos estados mais desenvolvidos do Ocidente, tem início a construção de políticas de informação voltadas para o avanço científico e tecnológico [...]”.

Esta institucionalização das políticas de informação pode ser analisada, pelos mais díspares vieses, como atrelada à perspectiva memorialística (a) com fins de preservação da memória institucional, a partir da regulamentação e procedimentalização das regras e observâncias dos arquivos, bibliotecas e museus; e outra, à luz das políticas públicas de estado (b). Para Magnani e Pinheiro (2001, p. 596), “(...) a noção de política de informação está muito ligada à definição e

posicionamento político no tratamento de qualquer questão que envolva processos e fluxos de informação na sociedade". E deve "[...] ser um instrumento que integre a sociedade aos avanços científicos e tecnológicos, de forma participativa. Assim praticada, ela contribui para a melhoria do nível educacional, cultural e político, elementos básicos para o exercício pleno da cidadania" (SILVA, 1991, p. 12).

Política de informação pode ser compreendida, ainda, como:

[...] um conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos interrelacionados que orientam a supervisão e gestão do ciclo vital da informação: a produção, coleção, organização, distribuição/disseminação, recuperação e eliminação da informação. Política de informação compreende o acesso à, e uso da informação (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 9).

A política de informação representa níveis de decisão, bem como atores na elaboração de ações, programas e escolhas, baseadas em metas institucionalizadas pelo seu campo determinístico ou pelos seus grupos de interesse (ARAUJO, 2016). Entretanto, torna-se complexo o entendimento de ambas as perspectivas¹³ - memorialística e estatal -, quando não compreendida a estrutura basilar de construção das políticas públicas, se pensarmos nas políticas de informação como tais. O que devemos ter claro, e que nenhuma política, tem como objetivo dar conta de todas as problemáticas e discussões do campo ou instituição tratada. Pode também ocorrer em nível macro a nível nacional, ou a um nível micro, mesmo em uma instituição privada.

A relação entre a identificação profissional e a construção de seu perfil é focalizada a partir da interferência dos fatores sociais, econômicos, políticos e culturais. Nessa perspectiva, as políticas de informação assumem, inicialmente, atributos essencialmente necessários às práxis dos profissionais que têm as bibliotecas e centros de documentação como lugares de memória e cultura.

¹³ Com o mesmo intuito, o acesso à informação e as políticas de informação sob a lupa de ambientes corporativos e organizacionais, não foi abordado nesse trabalho, por questões metodológicas. Entretanto, reconhecemos a importância de estudos elaborados nas mais diferentes áreas como de Senra (2005), Silva (1991) e demais.

3.2 DO IBBD AO IBICT: DESDE A CRIAÇÃO ÀS MUDANÇAS POLÍTICAS E NOMINAIS

Com a criação dos institutos de informação desde a década de 30 do século passado (c.f 3) e, os investimentos nas políticas de C&T no Brasil, o IBBD foi consolidando seu desenvolvimento ao longo dos anos, ante algumas outras iniciativas. O primeiro instituto nacional voltado às preocupações informacionais que circulavam nas esferas pública e privada, foi o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), inaugurado no ano de 1938 por meio do Decreto Lei Nº579 de 30 de julho. Vale ressaltar que logo após a sua criação, vimos o surgimento do Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC), em 1942 pelo DASP, passando anos depois para a Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1954. Um outro importante instituto de informação científica e pesquisa, foi o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), um dos responsáveis pela criação, aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 1954, após sugestão da UNESCO, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.

Conforme apresentado no documento intitulado Programa normal da Unesco – Projeto do Centro de Bibliografia Nacional do Brasil (195-), nos primeiros anos da década de 50, foi apresentado ao CNPq, um modelo de implantação do Centro Bibliográfico Nacional, demonstrando quais os papéis da Unesco e do Brasil no processo de criação. O projeto foi dividido pelos três anos de implantação. Segundo a Unesco (195-) o projeto se estenderia, em princípio, aos cinco primeiros anos, em que a Unesco prestaria assistência financeira e também organizaria o centro com sua expertise. Após cinco anos, o centro deveria ser financiado e dirigido exclusivamente pelo governo brasileiro, a menos que outros acordos fossem realizados. Entretanto, o projeto aborda somente os três primeiros anos do IBBD.

No primeiro ano de implantação (1952), concernia à UNESCO ([195-], p.1 tradução nossa), “recrutar profissionais estrangeiros qualificados (diretor, diretor adjunto e técnicos); obter o maquinário de reprodução de fichas para a publicação das bibliografias e ainda, obter uma coleção limitada de obras de referencia”. Já o Brasil, ficou responsável por

colocá-los em local selecionado, fornecer as instalações do mobiliário de escritório necessário, realizar um trabalho bibliográfico recrutando candidatos para os cargos que serão criados, estabelecer contatos com

instituições que cooperam na obra do Centro ou que irá beneficiar, e tomar outras medidas necessárias para iniciar o segundo ano sem interrupção. UNESCO ([195-], p.1 tradução nossa)¹⁴.

Em 1953, no segundo ano de implantação do IBBD, segundo a resolução numero 2 da Conferência Bibliográfica da UNESCO, realizada em novembro de 1950 (UNESCO, [195-], p.1, tradução nossa), “a atividade do centro bibliográfico brasileiro, será concentrada para começar, em torno da bibliografia nacional. Entre as bibliografias mencionadas nesta resolução, recomenda-se especialmente”:

uma lista de livros publicados comercialmente no Brasil, de publicações oficiais, teses, mapas e atlas, sociedades acadêmicas e publicações científicas; um índice de artigos publicados em revistas brasileiras [...]; a distribuição fichas de catálogos correspondentes às bibliografias produzidas, em primeiro lugar de graça, depois cobrando. A realização de um catálogo coletivo de periódicos estrangeiros e brasileiros para a composição de bibliotecas e centros de documentação (UNESCO, [195-], p. 1-2).¹⁵

No terceiro e último ano apresentado no projeto, temos como responsabilidade do Centro a “continuação e expansão do trabalho realizado durante os anos anteriores. Espera-se que uma segunda etapa amplie as atividades do Centro [...], graças talvez à assistência técnica” (UNESCO, [195-], p. 2)¹⁶. Após recebidos esses apontamentos e com o apoio do CNPQ, a FGV, conforme entendimentos iniciados com Paulo B. Carneiro e César Lattes em dezembro de 1950 e Adsesheah em fevereiro de 1951,

criaria, em cooperação com a Unesco, um centro brasileiro de documentação científica. As responsabilidades de tal centro seriam:

1. Promover a coordenação da documentação periódica na área a ser alcançada (D. Federal, S.Paulo e adjacências). A Unesco assumiu os seguintes compromissos: US\$2.500,00 para a aparelhagem de microfilme e para completar coleções de periódicos; assistência técnica na organização do serviço auxílio à manutenção em pessoal;

¹⁴“Mettre en état les locaux choisis, meubler ce locaux du mobilier de bureau nécessaire a un travail bibliographique, recruter des candidats pour les postes qui devront être créées. Établir les contacts avec les institutions qui coopéreront a l'oeuvre du Centre ou qui en bénéficieront, et prendre toutes autres mesures nécessaires permettant de démarrer la seconde année sans perte de temps”.

¹⁵ “Une liste: des ouvrages publiés dans le commerce au Brésil, des publications officielles, des thèses, des cartes et atlas, des publications de sociétés savantes et scientifiques; Un index des articles publiés dans les revues brésiliennes [...]; La distribution de fiches de catalogues correspondant aux bibliographies produites, abord gratuitement, ensuite payantes; La mise en train d'un catalogue collectif de périodiques étrangers et brésiliens possédés par les bibliothèques et centres de documentation.

¹⁶ Continuation et extension des travaux entrepris au cours de l'années precedente. on espère qu'une seconde étape, élargissant les activités du Centre, pourra être entreprise en 1954, grâce peut-être à l'assistance technique.

2. manter um serviço de informação sobre a existência de periódicos nas bibliotecas dos centros de estudos científicos do Distrito Federal São Paulo e adjacências;
3. manter tanto quanto possível em dia e completas as coleções de periódicos dos tais centros;
4. fornecer ou providenciar o fornecimento em original ou em microfilme, da documentação periódica que lhe for solicitada pelos pesquisadores;
5. catalogar analiticamente as revistas científicas brasileiras procurando o preparo de resumos, através de especialistas dos órgãos de estudos específicos; (FGV, [s.d])
6. traduzir os artigos escritos em língua estrangeira, conforme as requisições que forem feitas e,
7. Criar um Centro Latino-Americano de Documentação Científica (México) para o qual enviaria o material catalogado e resumido.

Essas competências tidas como mote de existência do IBBD, partem de uma discussão que surge após a década de 40 do século passado. Com o fim das grandes guerras mundiais, o mundo se viu impactado pelo poderio fornecido e também pactos trazidos pelas bombas nucleares. Isso ocasionou grandes preocupações ligadas à segurança nacional por todo mundo, fato esse que repercutiu no desenvolvimento da área de C&T. Assim, surge a necessidade da criação de um órgão que pudesse gerenciar e coordenar a produção, circulação e disseminação das informações científicas no país.

Muitos obstáculos financeiros, políticos e culturais, foram encontrados até a criação do IBBD. Em ofício (numero 318) datado em 4 de abril de 1952, ao Excelentíssimo Presidente da FGV, Doutor Luiz Simões Lopes; o então presidente em exercício do CNPQ, Armando Dubois Ferreira, retoma contato com a fundação a fim de lembrar que, em dezembro de 1951, fora realizada uma reunião, que objetivava a criação de um Centro Nacional de Bibliografia (CNPQ, 1952).

O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), por sugestão do delegado do Brasil junto à UNESCO, Prof. Paulo Estevão de Berredo Carneiro, promoveu, em 18 de outubro de 1952, uma Reunião de Estudos, na qual se fizeram representar várias instituições culturais e científicas, para discussão das bases em que deveria ser organizado o Centro Bibliográfico de que cogitavam a UNESCO, o Conselho Nacional de Pesquisas e a Fundação Getulio Vargas, entre outras entidades (SAMBAQUY, 1957, p. 2).

Entretanto, até a data desse ofício, nenhuma decisão havia sido tomada para criação do referido centro bibliográfico. Desta forma, Armando Ferreira sinaliza que

caso venha a ter prosseguimento satisfatório os entendimentos já iniciados para criação do referido centro bibliográfico, este conselho terá grande interesse em participar das negociações, com o objetivo de oferecer colaboração no que diz respeito à bibliografia científica e ao intercâmbio de documentação científica (CNPQ, 1952, p.1-2).

Durante a reunião de 1952, fora composta uma Comissão para estudar a forma jurídica a ser dada à nova instituição, bem como a sua regulamentação. Idealizado pela FGV em convênio com a Unesco e o CNPq, o IBBD foi presidido em sua primeira gestão por Lúcia de Queiroz Sambaqui, tendo como seu vice-presidente o professor Mário Viana Dias. Estiveram presentes na primeira reunião¹⁷ o Almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva, Lúcia Sambaqui, Mário Viana Dias, Joaquim da Costa Ribeiro, José Maria de Araújo Cavalcanti, Rafael Xavier, Jorge Oscar de Melo Flores, Benedito Silva e Octacílio Pinto Cordeiro de Souza. Abaixo apresentamos alguns marcos históricos contextuais, de criação do IBBD.

¹⁷ Informações retiradas da Ata da primeira (1ª) reunião do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, realizada no dia 5 de abril de 1954 (Documento pertencente ao compêndio de atas do arquivo permanente localizado na sede IBICT Brasília sob a notação de localização física MT001 v.1 002363).

1942 – Criação do Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC)

1944 – Criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC)

1947 – Mediante acordo com o DASP, a FGV torna-se a principal responsável pelo SIC.

Quadro 1: Marcos Históricos de criação do IBBD

1950 – Realização da Conferência sobre Melhoramento dos Serviços Bibliográficos pela UNESCO.

Surge a iniciativa de criação do Centro Bibliográfico Nacional por intermédio do delegado brasileiro na UNESCO Paulo Carneiro.

1951 – Aprovada a resolução para estabelecer um centro bibliográfico nacional modelo no Brasil durante a 3ª Conferência Geral da UNESCO.

Posteriormente é realizada em São Paulo a Conferência sobre o Desenvolvimento dos Serviços de Bibliotecas Públicas da América Latina, com patrocínio da UNESCO.

É criado o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) que, em seu primeiro ano, já cria uma rede de bibliotecas no país.

O Centro Brasileiro de Pesquisas por meio de seu diretor científico César Lattes, integra o corpo de colaboradores pela fundação do centro brasileiro de bibliografia.

Lydia Sambaquy e Jannice Monte Mór (SIC e FGV, respectivamente), iniciam os estágios e visitas a bibliotecas americanas, canadenses e europeias com investimentos da UNESCO.

1952 – São aprovadas pelo CNPq as negociações da FGV com a UNESCO para a criação do Centro e a escolha pela UNESCO do Brasil à sede na FGV, do Centro Bibliográfico.

O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), cria uma comissão para discutir a criação do centro bibliográfico a ser de responsabilidade do CNPq.

A UNESCO envia um especialista, Victor Penna, para discutir com as autoridades brasileiras o início do projeto.

1953 – Em 28/05 o Conselho Deliberativo inicia discussões acerca do Projeto de Lei que versa sobre a criação do centro junto ao CNPQ e a FGV e, em 30/07, o Conselho aprova a resolução autorizando o CNPQ a criar o IBBD. Este não é reconhecido pelo presidente do CNPQ, Coronel Álvaro Alberto, que estava em viagem internacional e manda revogar a criação e desenvolver um projeto em parceria com Simões Lopes a ser enviado à Presidência da República.

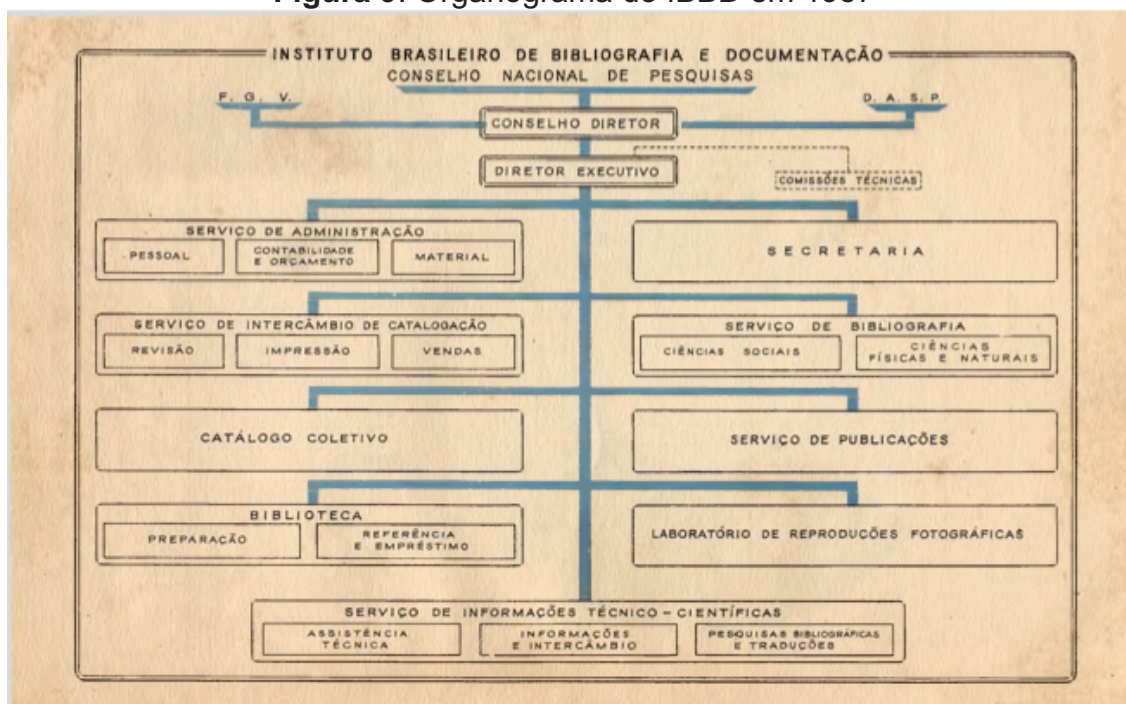
1954 – Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro, é criado o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.

Fonte: Elaboração própria (2016).

Sua estrutura contava com os seguintes serviços (9): Serviço de Informações Técnico-científicas (SITC); Serviço de Bibliografia (S.B); Catálogo Coletivo (C Co.); Serviço Intercâmbio de Catalogação (SIC); Biblioteca (BT.); Serviços de Publicações (SP); Laboratório de Reprodução Fotográfica (LRF); Serviço de Administração (AS) e Conselho Diretor (IBBD, 1961). Contudo, conforme apresentado abaixo, para

Sambaquy (1957), a organização as atividades do IBBD, se dava a partir da seguinte estrutura,

Figura 9: Organograma do IBBD em 1957



Fonte: IBBD (1957, p. 12)

Contido nos dois modelos estruturais, o SITC teve como atribuição fundamental,

auxiliar os estudiosos e suas pesquisas bibliográficas, realizar trabalhos de assistência técnica às bibliotecas especializadas e aos serviços de documentação, promover as relações públicas do Instituto e divulgar os seus trabalhos (IBBD, 1961, p. 3).

Era composto por três seções: a de Informações Intercâmbio (SII) responsável por promover a organização da 26ª Conferência Geral da Federação Internacional de Documentação (FID) e das reuniões da Comissão Brasileira de Classificação Decimal Universal (CDU) bem como outras comissões; a Secção de Pesquisas Bibliográficas e Traduções e a Secção de Assistência Técnica.

Responsável pela promoção de acordos e reuniões e pela representação do Instituto em solenidades, conferências etc., a SII organizou diferentes exposições, editou folhetos de propaganda, respondeu por escrito e oralmente as informações solicitadas ao Instituto e recebeu e orientou pessoas que desejavam conhecer pessoalmente os serviços do Instituto. Os serviços prestados pelo IBBD dependiam

diretamente das solicitações realizadas pelos pesquisadores, visto que, até então, não havia uma agenda específica de atendimento, no exercício de 1960 (IBBD, 1961).

Cabia ainda ao SITC a divulgação dos serviços do Instituto. No ano de 1960, foram distribuídos uma série de folhetos com os seguintes assuntos: a Conferência da FID, realizada no Rio de Janeiro, que contou com um curso avulso de Informação Científica, ministrado pelo professor Bruno Balbis; a Conferência do professor JJ Grannek sobre “Cooperação entre as bibliotecas da Grã-Bretanha”; os serviços oferecidos pelo IBBB (folhetos em português e inglês); o Curso de “Pesquisas Bibliográficas em Tecnologia”, incluindo o programa geral do curso e por fim, uma visita a Brasília com a história da cidade e o mapa, para distribuição aos Delegados da Conferência (IBBD, 1961).

Dentre as exposições realizadas para divulgar os serviços prestados, estavam localizadas no térreo da instituição, temáticas de “Informação sobre a Energia Nuclear”; “Equipamento para a Documentação”; “Publicações Periódicas Latino-americanas”; “Artes Gráficas Holandesas”; “26ª Conferência Geral da FID”; “A Ciência a Serviço da Indústria” e “Publicações do IBBB”. Um fator de grande importância na sessão de Pesquisas Bibliográficas e Traduções do SITC, foi a busca pela instalação de um equipamento denominado Filmorex.

A mecanização da informação bibliográfica, pelo uso do Equipamento Filmorex será, naturalmente, uma experiência de grande interesse para o desenvolvimento dos trabalhos de documentação. Devido ao número extraordinário de informações disponíveis em todos os setores do conhecimento, os Centros Bibliográficos modernos, existentes em diferentes países, estão estudando processos mecânicos para registro e seleção das informações e dados. Para esse fim, o IBBB adquiriu, em 1960, o equipamento FILMOREX. Inicialmente, planeja o Instituto experimentar a utilização da mecanização bibliográfica **registrando patentes de interesse para a investigação científica e informações e documentos sobre Energia Nuclear** (IBBD, 1961, p. 12-13, grifo do autor).

De acordo com o relatório anual, outro importante dado foi o pioneirismo do Instituto, acerca do trabalho de controle sistematizado das traduções científicas, realizadas pelos diferentes centros de formação bibliográfica do país e do estrangeiro (IBICT, 1960). Já a terceira seção, denominada Assistência Técnica, possuía dois setores: o Curso de Pesquisas Bibliográficas e a assistência técnica às bibliotecas. Até o ano de 1960 os cursos de pesquisa bibliográficas,

[...] têm obtido os melhores resultados. De um modo geral, todos bibliotecários que seguiram esses Cursos, em sua maioria bolsistas da Capes, provenientes dos diferentes Estados, estão bem aproveitados e vêm trabalhando em estreita cooperação com o IBBD. Até o presente, foram diplomados pelos cursos de Pesquisas bibliográficas 101 bibliotecários. [...] Em colaboração com a Capes e com auxílio financeiro do ministério de Educação e Cultura, o IBBD realizou o curso de Pesquisas bibliográficas em tecnologia. Matricularam-se nesse curso 60 alunos dos quais apenas 48 tiveram frequência a integral e obtiveram certificado de conclusão (IBBD, 1961, p.10).

O Curso de Pesquisa Bibliográfica em Tecnologia, realizado no ano de 1961, contou com 319 aulas, 19 conferências e 8 visitas técnicas. Entre as 319 aulas, os assuntos abordados foram: “história da ciência”; “catalogação e classificação”; “pesquisa bibliográfica aplicada”; “técnicas de pesquisa bibliográfica” e, “serviços técnicos de biblioteca e centro de documentação”. As 19 conferências foram apresentadas a partir das temáticas de: “organização de empresas”; “cibernética”; “conforto acústico”; “tecnologia”; “eletrônica”; “metalurgia e sua bibliografia”; “mecânica dos solos”; “televisão”; “indústria petroquímica”; “marinha mercante”; “telecomunicações”; “aplicação da energia nuclear”; “problemas telefônicos”; “conforto luminoso”; “conforto térmico”; “auxílios à navegação”; “centro francês de documentação”; “Conselho Nacional de Pesquisas” e, “Federação Internacional de Documentação” (IBBD, 1960).

Confirmamos, a partir da temática apresentada por essas 19 conferências, uma preocupação que já vinha crescendo, desde a década de 50 do século passado, em torno do desenvolvimento científico e tecnológico nacional, voltado para as indústrias de metalurgia e de grande porte, bem como a área de energia nuclear. Ressaltamos que conferências que circundam as áreas temáticas “militares”, foram fornecidas por professores do quadro fixo das Forças Armadas Brasileiras. Quanto às voltadas para a mecânica do solo, a eletrônica e a indústria petroquímica, elas acompanhavam uma discussão nacional acerca da produção, exploração e distribuição do petróleo no Brasil, visto que no ano anterior à criação do IBBD – no dia 8 de outubro de 1953 – foi instituída a Petrobras.

Após a Segunda Guerra Mundial novas preocupações surgiram acerca da soberania nacional sobre as matrizes energéticas brasileiras e ainda sobre a industrialização do país no governo Vargas. Oito (8) visitas técnicas, também foram realizadas nos seguintes locais: a Usina da Companhia Siderúrgica Nacional; a Companhia Nacional de Alcalis; ao Computador Eletrônico da IBM; a Companhia

Telefônica Brasileira e ainda, a partir de uma excursão a São Paulo, ao Instituto Astronômico e Geofísico; à Biblioteca da Escola Politécnica; ao Instituto de Eletrônica; ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas e à Associação Brasileira de Cimento.

O SITC realizou, ainda, outros quatro cursos ministrados por professores estrangeiros. Além do curso de Pesquisas Bibliográficas em Tecnologia, promoveu “Curso sobre Informação Científica” com professor Bruno Balbi, Diretor do Centro Nacional de Documentação Científica do Conselho Nacional de Pesquisa Científica da Itália; o curso sobre “Cooperação entre bibliotecas da Grã-bretanha” com colaboração do Conselho Britânico, ministrado pelo professor JJ Graneek, bibliotecário da Queen’s University e, por solicitação do Itamaraty, um curso de “Introdução à Biblioteconomia” ministrado pela professora Teresina Arantes Ferraz da Universidade central do Equador (IBBD, 1961).

Todos esses cursos possuíam status de cursos de especialização. Segundo Maria Lucia Garcez, em consultoria prestada ao IBICT (CNPQ, 1979, p. 32), o IBBBD, “iniciou um curso de especialização, inicialmente denominado Pesquisa Bibliográfica e posteriormente Curso de Documentação Científica (CDC), [...] com duração média de seis meses, a graduandos em Biblioteconomia e outras áreas”.

A segunda função realizada pela seção de assistências técnicas era a assistência técnica direta às bibliotecas. Ainda dentro de seu programa de assistência técnica recebeu o Instituto por meio da comissão Nacional de Energia Nuclear, a convite da Agência Nacional de Energia Nuclear, para colaborar na organização de um grupo de estudos sobre informação em energia nuclear para bibliotecários da América Latina que trabalhavam em coleções especializadas no assunto. Esta reunião de estudos foi adiada Sine die, por motivos particulares daquela agência, para 1961. A organização dos estados americanos programou uma reunião de estudos do mesmo gênero sob os auspícios da comissão Nacional de Energia Nuclear para bibliotecários brasileiros. Para organização dessa reunião também foi solicitada a colaboração do IBBBD que vem sendo prestada (IBBD, 1960).

O terceiro setor denominado CCo. tinha por finalidade facilitar aos estudiosos a localização de obras e periódicos nas diferentes bibliotecas do país e do estrangeiro. O trabalho de construção do Catálogo Coletivo Nacional (CCN) envolveu as tarefas de: (a) alfabetação das fichas recebidas para inclusão no

catálogo no catálogo; (b) elaboração de fichas de identidade para registro de pesquisa correspondente aos dados relativos aos autores das obras; (c) elaboração de fichas remissivas para eliminar as entradas dos nomes dos autores não adotados pelo catálogo; (d) recorte de títulos constantes de relações fornecidas pelas bibliotecas e montagem desses títulos em fichas para inclusão no catálogo; (e) cópias diretas em datilografia, em caso de relações que não podem ser recortadas; (f) identificação de fichas para anotar a procedência, isto é, a que biblioteca pertencem, quando isso já não é assinalado pelas próprias bibliotecas; (g) revisão das entradas das fichas recebidas para atingir uniformização e; (h) correção de fichas como decorrência do trabalho de revisão dos catálogos e a datilografia das fichas (IBBD, 1960).

Vale ressaltar que o setor de catálogo coletivo, além de estruturar e operacionalizar a confecção dos catálogos, utilizava-se também destes para auxílio nos trabalhos de pesquisas bibliográficas. O quarto setor, SIC, tinha por finalidade “auxiliar o trabalho de catalogação e classificação das coleções existentes nas bibliotecas do país ampliando o intercâmbio de informação entre elas e racionalizando os trabalhos de organização dos seus acervos” (IBBD, 1961, p. 16).

O setor da Biblioteca foi compreendido, até o ano de 1961, por quatro coleções de obras de referência, que incluíam:

bibliografia de todos os tipos; guias de instituições científicas, dicionários especializados etc.; a coleção de obras sobre Energia Nuclear; a coleção de publicações que constituíam antiga Biblioteca do Conselho Nacional de Pesquisas e que lhe foi entregue para guarda e tratamento; e, finalmente obras de biblioteconomia e documentação (IBBD, 1961, p. 17).

No ano de publicação desse relatório, a biblioteca do IBBBD publica o catálogo da Biblioteca de Energia Atômica, já com 4 volumes e, os sumários de Energia Nuclear, que são distribuídos entre os estudiosos do assunto para que tivessem conhecimento das coleções ali existentes e das suas novas aquisições.

Voltando um pouco atrás, dois anos após a criação do IBBBD, com o curso de Pesquisas Bibliográficas idealizado por Celia Zaher, surgem, na visão de Oddone (2005), as primeiras preocupações com o ensino na área de CI no Brasil. Entretanto, Cristovão (1995) aponta que as primeiras preocupações com o ensino da área surgem em 1955, com o Curso de Documentação Científica (CDC), antigo curso de Pesquisa Bibliográfica, também denominado Curso de Especialização em Informação e Documentação. Mesmo em funcionamento, somente após 1964 o

curso foi ministrado com mandato universitário da UFRJ. Durante os primeiros anos de funcionamento, algumas outras iniciativas surgiram a fim de dar prosseguimento à urgente lacuna de qualificação e formação de profissionais habilitados a trabalhar em centros de documentação científica.

Os cursos de pesquisa bibliográfica, assim como antes já haviam sido os cursos preparatórios de bibliotecários do DASP e o treinamento em serviço oferecido pelo SIC, exerceram uma influência decisiva na propagação do novo modelo profissional proposto pelo IBBB para a biblioteconomia (ODDONE, 2006, p. 50).

Nesse período, as maiores dificuldades encontradas para a criação e manutenção dos cursos de Pesquisa e Bibliografia Especializada, foram, para Zaher (2017), a ausência de investimento governamental e também o idioma. Para Gomes (1974), a criação dos cursos de pesquisa bibliográfica foi uma notável ideia, principalmente ao garantir a entrada de profissionais de outras áreas, senão biblioteconomia.

[...] O Curso de Bibliografia Especializada [...], apesar do nome, incluía em seu currículo outros tópicos que não eram ministrados nas escolas de graduação, como a própria bibliografia especializada, normalização da documentação, mecanização de serviços técnicos, etc. Todas essas matérias foram incluídas posteriormente nos programas das escolas, com nomes diversos. [...] (GOMES; ZAHER, 1972, p. 315-316).

Em pleno funcionamento e com grande destaque nacional, o curso capacitava inúmeros profissionais de todo país na área de informação e documentação científica. Entretanto, com o passar do tempo, segundo Zaher (2017) o curso logo se tornou obsoleto, devido à composição do corpo docente ser a mesma dos cursos de graduação de biblioteconomia da UNIRIO e do curso da UFF. Desta forma, os egressos das escolas de graduação já entravam no CDC com grande parte dos conhecimentos já agregados em seu processo de formação. Assim, surge a proposta do primeiro curso de Pós-Graduação em nível de mestrado em CI. Vale ressaltar que com a criação do primeiro mestrado em CI, o que para muitos era denominado e tido como de Biblioteconomia, representou desde de então uma luta (dialética), ainda existente, entre o campo profissional e científico.

Aferindo então, aos seus egressos o diploma de Cientista da Informação, o programa visava preparar os profissionais da área a trabalharem em serviços especializados (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1975). Disponibilizando em sua matriz curricular, disciplinas díspares da graduação e do CDC, o mestrado demonstrou, ao

longo dos anos, sua capacidade de agregar outros saberes, fornecidos pelas trocas interdisciplinares entre outros profissionais participantes do programa. O curso de mestrado em CI, tinha como objetivos:

- (a) Fornecer docentes capazes de preparar profissionais de informação segundo as necessidades de suas regiões;
- (b) Formar pesquisadores e desenvolver pesquisas cujos resultados sirvam de subsídios à formulação da política científica e tecnológica do país;
- (c) Preparar profissionais capazes de atuar em sistemas de informação científica e tecnológica (IBICT, 1982, p. 2).

O curso contava, ainda, como um corpo técnico¹⁸ que se dividia em professores efetivos, professores convidados e apoio administrativos. Em seu quadro de docentes e pesquisadores estavam: Hagar de Espanha Gomes; Anna Maria Marques Cintra; Gilda Maria Braga; Marisa Barbar Cassim; Nice Menezes de Figueiredo; Aldo de Albuquerque Barreto; Antonio Miranda; Cecília Alves Oberhofer; Heloisa Tardin Cristovão; Jandira Baptista Assunção; Maria de Nazaré Freitas Pereira; Regina Marteleto; Salvador Luiz Silva Pizani; Elza Lima e Silva Maia; Gilda Olinto do Valle Silva; Eloisa Príncipe; Ida Maria Cardoso Lima e Maria Aparecida Bastos Prederigo. Os professores convidados eram Eduardo da Silva; José Luiz Werneck da Silva; Hilton Japiassu e Victor Vicente Valla. Por fim, contava com o apoio administrativo de Abeneser da Silva Cunha; Esther Ferreira Baptista; Maria José Virginia de Sandes; Sebastião Neves da Silva; Solange Rial Pessôa e Sonia Regina Bruno Azevedo (IBICT, 1982, p. 12). O principal objetivo do curso era,

Permitir que os funcionários do órgão tivessem acesso aos conhecimentos e às competências profissionais que [...] a partir da segunda metade dos anos 1960, com a entrada em cena dos primeiros equipamentos eletrônicos, eram exigidos no desempenho de suas funções especializadas (ODDONE, 2006, p. 45)

Seu primeiro programa de curso tinha como áreas de concentração: planejamento de sistemas e processamento da informação. Foi estruturado com cinco disciplinas obrigatórias: “Organização de serviços de informação; Catalogação avançada; Sistemas de classificação; Técnicas de indexação e resumo; e Processamento de dados na documentação” (GOMES, 1982; NEVES, 1992 apud

¹⁸ Estas informações foram retiradas do Programa de Curso no ano de 1982. Desta forma, devemos levar em conta que desde a criação do Programa, no ano de 1970, outros profissionais podem ter integrado o quadro funcional que descrevemos. Entretanto, acreditamos ser de suma importância apresentar, mesmo doze (12) anos após a criação, a listagem de alguns profissionais que por ali passaram, a fim de expandir o referencial teórico da área.

PINHEIRO; LOUREIRO, 1995, p. 12). Notamos nessa primeira edição uma forte tendência tecnicista ligada ao processamento técnico. O curso ainda possuía sete (7) disciplinas optativas, a saber: programação, epistemologia, didática, teoria dos conjuntos, metodologia da pesquisa, lingüística e teoria da comunicação.

No ano de 1976, o curso sofre algumas mudanças configurando-se com duas áreas de concentração, que possuíam cinco (5) disciplinas obrigatórias e quatorze (14) eletivas¹⁹. Para a conclusão dos créditos necessários, o alunos deveria completar trinta e um (31) créditos, somadas as disciplinas cursadas, conforme tabela abaixo.

Figura 10: Matriz Curricular do PPGCI Mestrado em 1982

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DISCIPLINAS	ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO		TRANSFERENCIA DA INFORMAÇÃO	
	OBRIGATÓRIA	ELETIVA	OBRIGATÓRIA	ELETIVA
Fundamentos da Ciência da Informação	x (2 cré.)		x (2 cré.)	
Teoria e Sistemas de Classificação	x (2 cré.)		x (2 cré.)	
Indexação e Tesouros		x (3 cré.)		x (3 cré.)
Automação de Sistemas de Informação/Doc.		x (3 cré.)		x (3 cré.)
Metodologia Científica		x (3 cré.)		x (3 cré.)
métodos Quantitativos		x (2 cré.)		x (2 cré.)
Linguística		x (2 cré.)		x (2 cré.)
Lógica		x (2 cré.)		x (2 cré.)
Estudo de Problemas Brasileiros		x (1 cré.)		x (1 cré.)
Bibliometria		x (2 cré.)		x (2 cré.)
Estudo de Usuários		x (2 cré.)		x (2 cré.)
Desenvolvimento Científico/ Tecnológico		x (2 cré.)		x (2 cré.)
Teoria da Comunicação		x (2 cré.)	x (2 cré.)	
Recuperação da Informação		x (3 cré.)	x (3 cré.)	
Comunicação Científica		x (3 cré.)	x (3 cré.)	
Avaliação de Sist. De informação/Doc.	x (3 cré.)			x (3 cré.)
Administração de Sist. De informação/Doc.	x (2 cré.)			x (2 cré.)
Planejamento de Sist. De informação/Doc.	x (3 cré.)			x (3 cré.)
Epistemologia		x (2 cré.)		x (2 cré.)
Didática		x (2 cré.)		x (2 cré.)

Fonte: IBICT (1982, p. 2).

Segundo Zaher (2017) o governo brasileiro não forneceu subsídios para à vinda de nenhum dos professores que desenvolveu o primeiro mestrado em Ciência da informação no Brasil. Todos os recursos financeiros foram fornecidos pelos consulados britânicos, americanos e outros. O programa contou em sua primeira edição, com professores estrangeiros

[...] conhecidos e reconhecidos internacionalmente, destacamos Frederick Wilfrid Lancaster, Tefko Saracevic, LaVahn Marie Overmyer, Bert Roy Boyce, Jack Mills, John Joseph Eyre, Ingetrout Dahlberg e Suman Datta. Até 1981, esses professores também exerceram o papel de orientadores:

¹⁹As ementas das disciplinas oferecidas

Lancaster, com 34 orientações; Tefko Saracevic, 13; Lavan Overmyer, 3; Jack Mills e Bert Boyce, ambos responsáveis por duas orientações. A presença de estrangeiros também ocorreu através de conferências, como as de Derek de Solla Price, físico e especialista em história da ciência, cujas obras são fundamentais sobretudo para os estudos de comunicação científica (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995, p. 11)

Alem das dificuldades enfrentadas para a realização do curso, outro problema assolou o programa em seus primeiros anos: a emissão do diploma pela capes. Os primeiros diplomas não foram emitidos como nível de mestrado e sim, como curso especial. O reconhecimento do curso como nível de mestrado ocorreu após a vinculação do programa, até então independente, à Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1983 (ZAHHER, 2017). Todavia, de acordo com o Relatório de atividades do IBICT, que tratava do período entre 1975 e 1979, o convênio com a UFRJ ocorreu antes da data apresentada pela pesquisadora acima, capacitando inúmeros profissionais conforme apresentado abaixo.

Tabela 1: Quantitativo de alunos dos cursos de Pos Graduacao em CI

FORMAÇÃO DE	1975	1976	1977	1978	1979	Total
RECURSOS HUMANOS						
Matriculados no CDC	11	22	18	22	21	94
Concluintes do CDC	11	20	17	17	21	88
Indice de Evasao CDC	0%	9,09%	5,55%	22,72%	0%	6,38%
Matriculados no Curso de Mestrado	14	15	17	17	26	89
Concluintes do Curso de Mestrado	10	14	13	10	12	59
Dissertacoes defendidas	05	04	10	10	12	41
Indice de Evasao do Curso de Mestrado	64,28%	66,66%	41,17%	41,17%	53,84%	53,93%
					%	

Fonte: Adaptado de IBICT (1980, p. 21)

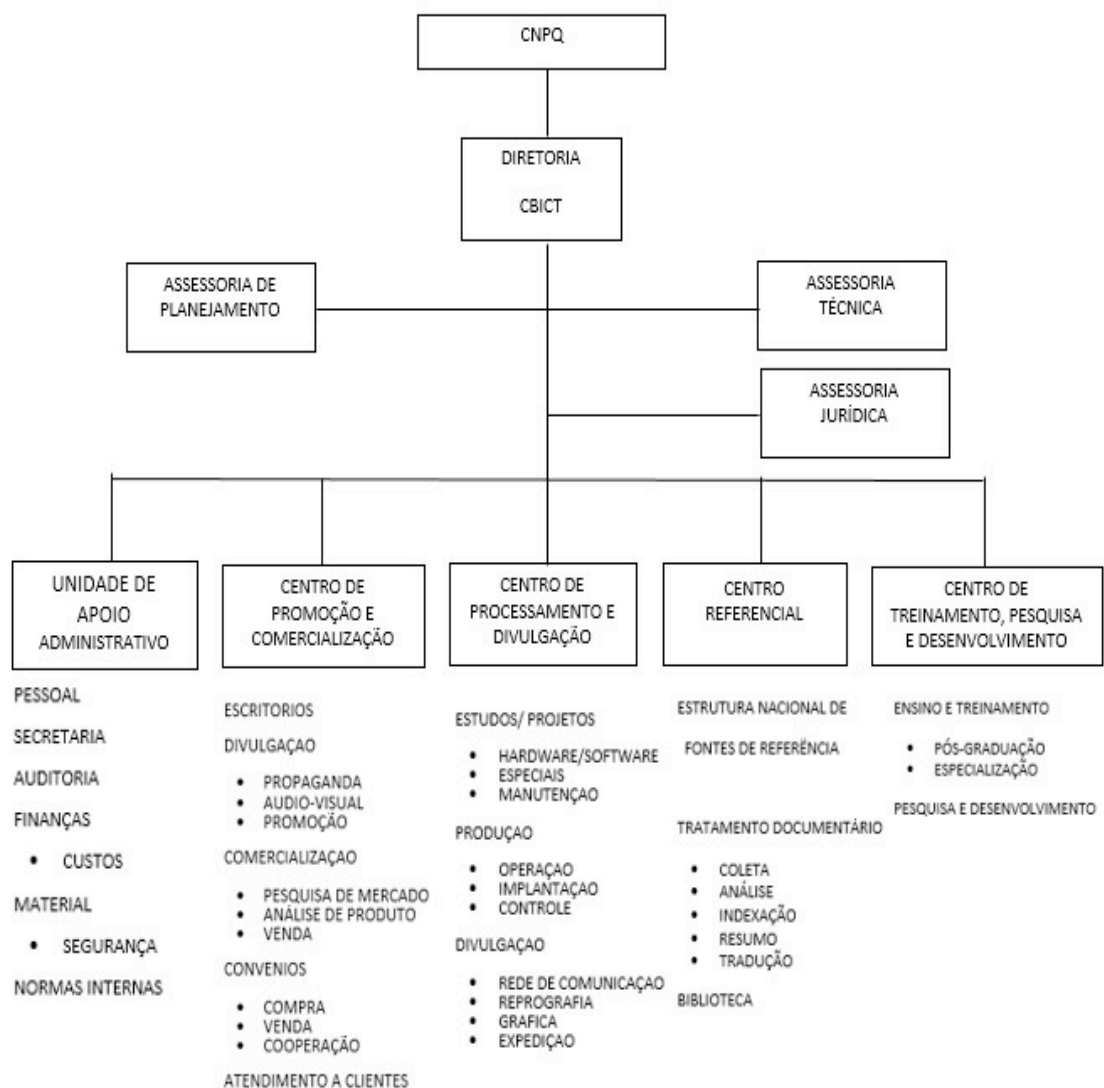
Contudo, antes do credenciamento do curso na CAPES, no ano de 1975, uma mudança significativa ocorreu no IBBD: sua extinção e incorporação ao então criado Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT).

O IBICT, unidade subordinada ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, criado como um desenvolvimento natural das atividades do IBBD, tem como objetivo básico preencher uma lacuna no Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT), no que tange ao fornecimento de informações em Ciência e Tecnologia à comunidade. Assim, deverá estruturar-se num esquema amplo,

promovendo convênios e acordos com entidades que utilizam informações em Ciência e Tecnologia (ITC), desenvolvendo uma verdadeira rede de informação e garantindo um efetivo processo de transferência de conhecimento, a nível nacional e internacional (CNPQ, 1976, p. 2)

Durante sua fase de projetos, em conjunto com a FGC, CNPQ e sociedade civil, sua estrutura foi planejada e continha uma (1) diretoria e três (3) coordenações. Seu núcleo operacional, de ensino e de pesquisa central, foi composto por cinco (5) centros, como podemos ver abaixo.

Figura 11: Proposta de Organograma IBICT



Fonte: IBBD (1976, p. 21).

Vale ressaltar que a proposta de organização administrativa do IBICT, analisada a partir do organograma, se manteve a mesma no documento final, Resolução Executiva 20/76 de criação do IBBD, alterando somente na descrição da

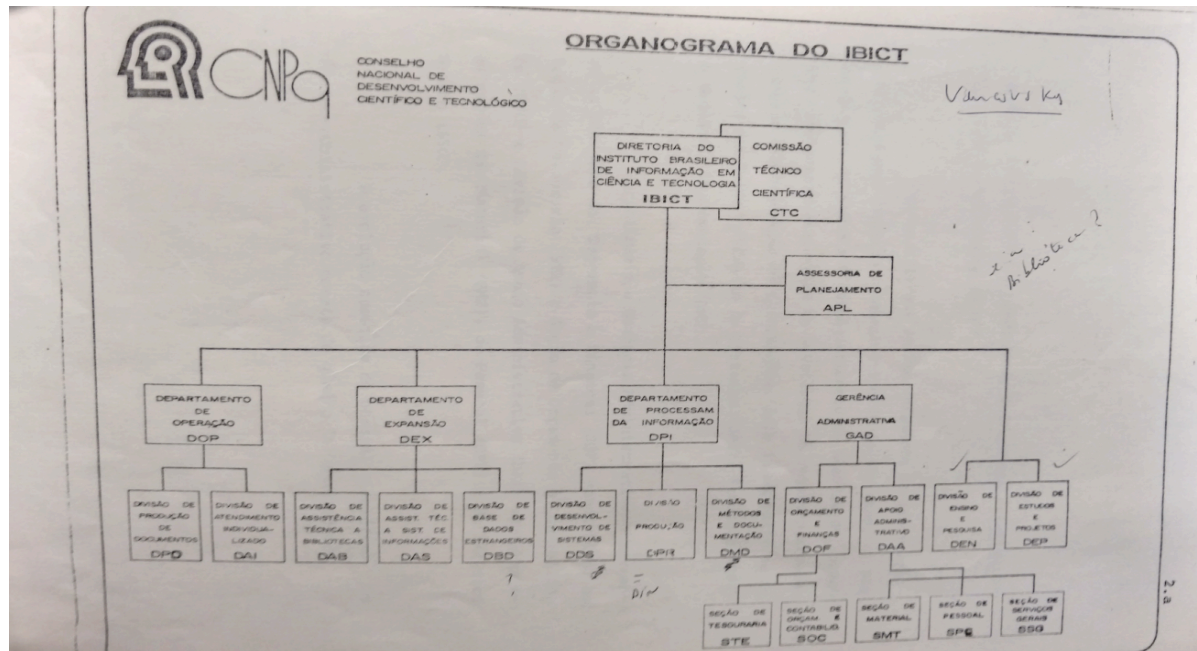
Diretoria, a sigla, que passou de CBICT para IBICT. Segundo o Relatório de atividades de 1978 (IBICT, 1978) os recursos dedicados aos Instituto nesse ano, permitiram somente a manutenção das atribuições do IBBD. O documento ainda pontua a completa manutenção das atividades de seu antecessor e do SSI. Podemos assim perceber que, o IBICT possuiu as mesmas competências funcionais do IBBD nos primeiros anos.

O projeto CBICT (1976) que serviu de base para sua criação, apresenta uma série de pontos interessantes,

como ampliação da rede de coleta de disseminação de ICT, coordenação do processamento da informação científica e técnica produzida e existente no país, aquisição/processamento de bases de dados estrangeiros nas várias áreas do conhecimento. Foi prevista a expansão dos produtos de referência [...], o reforço e a complementação dos acervos existentes em Ciência e Tecnologia, e o apoio à imprensa científica e técnica (CNPQ, 1979, p. 12).

Contudo, a estrutura criada acabou se distanciando do planejado. De acordo com seu relatório quadri-anual (IBICT, 1980), sua estrutura administrativa era composta pela Direção, Comissão Técnico Científica, uma Assessoria de Planejamento, e as atividades fins eram realizadas pelos Departamentos de Operação (DOP), de Expansão (DEX) e as Divisões de Ensino e Pesquisa (DEN) e de Estudos e Projetos (DEP). As atividades meio, estavam a cargo do Departamento de Processamento da Informação (DPI) e da Gerencia Administrativa (GAD), conforme segue abaixo.

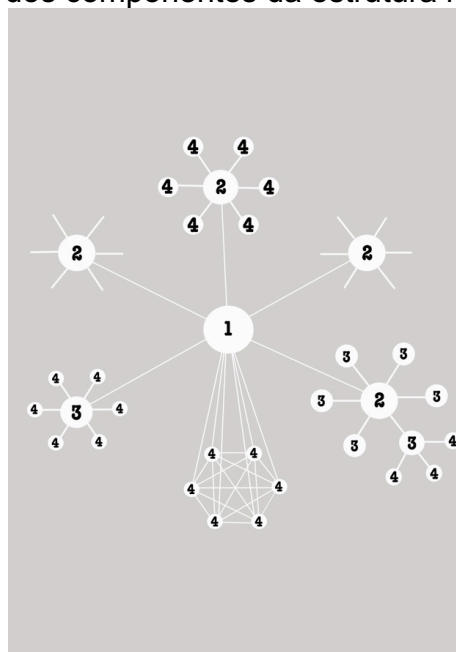
Figura 12: Organograma do IBICT em 1980



Fonte: IBICT(1996, , p. 2.a)

Inseridos em uma agenda de cooperação regional, o IBICT possuía um importante papel na estruturação das redes científicas no país, gerenciando todo o fluxo de informações, fornecendo capacitação e materiais necessários à pesquisa, desde sua sede ao usuário final, conforme demonstrado a seguir.

Figura 13: Esquema dos componentes da estrutura nacional de informação



Fonte: IBICT (1976, p. 21)

*Legenda: 1 – CBICT; 2 – Agenda de Cooperação Regional; 3- Unidade Fonte de Informação e 4 – Usuário.

Entretanto, pela leitura de Maria Lucia Garcez de seus primeiros relatórios, o IBICT “vem desempenhando atividades de controle, referência e acesso a ICT, de forma restrita, mais ou menos nos moldes do antigo IBBD” (CNPQ, 1979, p. 12), quando deveria ampliar seu escopo de atuação. Segundo Yone Chastinet, no ano de 1982, o IBICT realizou 32 cursos de atualização para profissionais da área de informação, dando, conforme já apresentado por Garcez, continuidade às atividades de capacitação técnica de recursos humanos, advindas do DASP e do IBBD, sucessivamente (IBBD, 1972). Assim,

tudo indica que a instituição não assumiu de forma efetiva a coordenação da ICT no país, pois não teve apoio político e econômico compatível com as funções de um Centro Nacional de Informação em Ciência e Tecnologia (CNPQ, 1979, p. 13).

Conforme aqui apresentado (c.f. 2), a Informação Científica e Tecnológica (ICT), por seus diferentes suportes e canais, é fundamental para transferência de tecnologia bem como para toda a comunicação científica e tecnológica. As iniciativas governamentais nesse setor refletem-se na inclusão da ICT no PBDCT e na criação do IBICT. Entretanto, para a existência dessas políticas de informação no país, necessita-se de pessoal qualificado e do mapeamento dos sistemas de centros e unidades de documentação e informação, para averiguar a demanda de capacitação. Em visita ao Brasil para analisar a rede de dados de informação, Lancaster apresenta em seu Relatório de atividades, que até a data de finalização do estudo,

parece não haver registro do número de profissionais vinculados às atividades científicas e tecnológicas no Brasil. Estimativas devem ser feitas. Uma possibilidade seria contatar associações profissionais em química, física, medicina, engenharia etc., e averiguar se possuem registros dos seus afiliados para um período de 10 anos. O crescimento das associações profissionais poderia ser tomado como um indicador do crescimento em ciência e tecnologia. Não é necessário que estas associações representem todos os campos da Ciência e Tecnologia (LANCASTER, 1978, p. 11).

O mapeamento proposto por Lancaster (1978) auxiliaria as atividades de divulgação e ampliação das atividades de ICT no Brasil, visto que, para Pinheiro (2007, p. 3),

O IBICT foi o laboratório para experiências pioneiras em informação científica e tecnológica – ICT e para formação de recursos humanos na nova área, com o curso de especialização e de mestrado, bem como abriu a discussão nacional para questões de Ciência da Informação. Portanto, o IBICT assumiu o papel de criador e gestor de atividades pioneiras de ICT e

de ações políticas e de coordenação, contribuindo para a implantação de outros órgãos e cursos no Brasil e mesmo na América Latina.

Nos primeiros anos da década de 80 do século passado, o IBICT, sediado até então na cidade do Rio de Janeiro, realoca suas atividades para Brasília, desmembrando seu acervo e encerrando algumas atividades existentes. Para Pinheiro (2017), a ida do IBICT para Brasília representou uma grande perda para a Ciência da Informação e foi dramático para o curso, fragilizando a área no Brasil. A autora relembra, ainda, que a separação ocorreu em um tempo, diferente do atual, onde as redes não existiam e estavam consolidadas como hoje.

Doze anos após a sua ida para a capital, o IBICT inaugura, no ano de 1992, seu Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na modalidade de Doutorado, conforme apresentado no sistema Sucupira, logo após a criação dos mesmos pela UFMG e pela UNB. Entretanto, entre os pesquisadores, discuti-se que o primeiro programa de doutoramento na área da CI no país, foi criado pela USP. Desde então o Programa vem realizando trabalhos voltados para a área de pesquisa e divulgação científica a partir de seu periódico Ciência da Informação, lançado em 1972. Segundo seu Regimento, o IBICT tem por finalidade “promover a competência e o desenvolvimento de recursos e infraestrutura de Informação Científica e Tecnológica para a produção, a socialização e a integração do conhecimento científico-tecnológico” (IBICT, 2006, art. 4) e tem como competências:

I - propor ao MCT políticas para orientação do setor de ICT, colaborando com a sua implementação; II - apoiar, induzir, coordenar e executar programas, projetos, atividades e serviços na sua área de competência; III - estabelecer e manter cooperação e intercâmbio com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais; IV - apoiar e promover a formação e capacitação de recursos humanos, com perfis profissionais que respondam às demandas da área de informação em ciência, tecnologia e inovação tecnológica no País; V - apoiar e promover a geração, difusão e absorção de conhecimento e tecnologia para a informação em ciência, tecnologia e inovação tecnológica; VI - criar mecanismos de produção e capacitação de novos recursos financeiros e ampliar as receitas próprias (IBICT, 2006, art. 4).

O instituto está estruturado, conforme apresentado em seu Regimento, (2006) com uma Diretoria, apoiada pelo Conselho Técnico-Científico, sete coordenações e uma Divisão (de Relações Internacionais). A (a) Coordenação de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, gerencia a Divisão de Acompanhamento Institucional. As coordenações de (b) Editoração e (c) de Ensino e Pesquisa em Ciência e Tecnologia da Informação não possuem departamentos vinculados.

Compondo ainda a estrutura institucional, temos a (d) Coordenação de Administração que conta com as divisões de Orçamento, Finanças e Contabilidade; de Material e Patrimônio; de Apoio Administrativo; de Recursos Humanos; e, com o Setor de Qualidade de Vida. A quinta coordenação, denominada de (e) Coordenação-Geral de Tecnologias de Informação e Informática, possui a Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas; a Divisão de Produção e Redes; Divisão de Suporte Técnico e a Divisão de Revisão.

Já a (f) Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento de Novos Produtos; integra as os seguintes setores, Coordenação de Articulação, Geração e Aplicação de Tecnologia; Coordenação de Redes e Serviços de Informação de Novos Produtos; Divisão de Projetos de Inovação; Coordenação de Tecnologias Aplicadas a Novos Produtos e a Divisão de Desenvolvimento e Inovação de Produtos de Informação; e a última coordenação geral de (g) Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados conta com a Coordenação do Laboratórios de Metodologias de Tratamento e Disseminação da Informação; Divisão de Pesquisa, Atualização e Manutenção de Produtos Especiais; Coordenação de Atendimento à Comunidade; e Setor de Biblioteca.

Atualmente o IBICT tem desenvolvido atividades direcionadas a três dimensões informacionais; Informação para a Sociedade, Informação para a Pesquisa, e Informação para a Gestão de Ciência Tecnologia e Inovação (CT&I)²⁰. Para atender às demandas sociais de informação, realiza e integra os seguintes serviços e programas:

- ✓ O Programa de Aprendizagem Informacional;
- ✓ Programa Brasileiro de Avaliação do Ciclo de Vida;
- ✓ O serviço de divulgação científica desde 2002, a partir do Canal Ciência;
- ✓ O Mapa da Inclusão Digital (MID) no Brasil (também assessora e transfere tecnologia aos estados para a elaboração do seu próprio Mapa da Inclusão Digital);
- ✓ A Rede Brasileira de Informação dos Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral (RedeAPLMineral);

²⁰ Para maiores informações sobre os serviços e atividades realizadas pelo IBICT, sugerimos a pesquisa no site institucional.

- ✓ Tem assento no Comitê Gestor e nos GT temáticos do Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas (SBRT) e,
- ✓ O Projeto Saberes do Cerrado.

No eixo de Informação para Pesquisa, possui os seguintes serviços disponibilizados para auxiliar na área da pesquisa científica:

- ✓ A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD);
- ✓ A Biblioteca do IBICT;
- ✓ O CCN (Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas);
- ✓ O ISSN (*International Standard Serial Number*), sigla em inglês para Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas;
- ✓ Latindex (*Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*);
- ✓ Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (Diadorim); Diretório Luso-Brasileiro;
- ✓ O Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica – oasisbr;
- ✓ O Portal do Livro Aberto em CT&I;

Programa de Comutação Bibliográfica (Comut);

- ✓ Os repositórios digitais (RDs);
- ✓ O serviço Revistas no SEER e,
- ✓ A Rede Bibliodata.

Para atender às demandas do mercado de trabalho em Ciência e Tecnologia, o IBICT conta com o eixo de Informação para Gestão em Ciência Tecnologia e Inovação. Apresenta ainda, sete (7) sistemas que auxiliam e colaboram com a disseminação e organização de dados e informações científicas e bibliográficas como: a Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital Cariniana; o Sistema Eletrônico de Administração de Conferências (SOAC); o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER); Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e

Dissertações (TEDE); Sistema para Construção de Bibliotecas Virtuais Temáticas (BVT); o Sistema para Construção de Repositórios Digitais (DSpace) e, por fim, o Software de Gerenciamento de Tesouros (TECER)

Após todo seu percurso histórico, hoje o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI IBICT, tem como Área de Concentração “Informação e Mediações Sociais e Tecnológicas para o Conhecimento”, que se divide nas Linhas de Pesquisa: Comunicação, Organização e Gestão do Conhecimento e da Informação, e Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação. O programa conta com vinte e sete (27) professores em seu quadro, dezessete (17) grupos de pesquisa e cinco (5) núcleos.

4 A IDENTIDADE DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA NO SÉCULO XXI

Alicerçadas sob a égide da teoria da sociologia das profissões, a construção da identidade profissional além de ser, ao nosso ver, constituída por linhas de força que a compõem como planos, programas, políticas e ações, tem também algumas dimensões sociais, profissionais, acadêmicas e políticas. Compreender como se dá o processo de construção da identidade profissional e suas interações, bem como os fatores que dão vida a esta imagem, se faz necessário.

A construção da identidade profissional da informação é, em certo sentido, a faceta social (individual) da identidade institucional, da imagem institucional, da memória institucional que é erigida no âmbito do cenário informacional científico brasileiro, após a década de 50. Esse processo histórico de formação profissional e de suas ocupações, demonstra a partir do surgimento dos cursos técnicos, de graduação, dos programas de pós graduação, pela perspectiva legal regulamentada pelos Decretos de instituição da área e da profissão e ainda, pela a Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho, como o processo de transformação e construção dessa rede de instituições ligadas à informação no Brasil, afetou o processo subjetivo, identitário dos sujeitos que trabalhavam ou viriam a trabalhar com informação.

Perpassaremos assim, pelos conceitos de profissionalização, o que na teoria sociológica remete ao termo de profissionalismo, à luz da teoria da sociologia das profissões, a fim de entender onde e como surge a imagem do profissional, para assim entendermos os contextos de delimitação da identidade profissional que aqui se estuda. Assim, vale ressaltar, que não compreendemos o conceito de profissionalismo como algo que induza a uma maior ou menor amplitude acerca de quaisquer atributos qualitativos da prática profissional.

Entendemos assim, que o conceito de profissão está circunscrito ao conceito sobre trabalho. Assim, para além da ideia de trabalho, discutimos aqui, a formação de um determinado quadro quais seriam os elementos, históricos, culturais e socio técnicos, que podem contribuir para a colimação, ou seja de ajustamento de foco, para um perfil específico de trabalho, aqui o profissional da informação em Biblioteconomia. Não pretendemos assim, realizar uma reflexão crítica a cerca da precarização do trabalho, mas buscar compreender como esse quadro profissional

se burila, no recorte histórico escolhido e, trabalhar com o conceito de profissão, nos auxilia na delimitação desse profissional.

4.1 DISCUTINDO A PROFISSIONALIZAÇÃO PELA SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES

Durante o período Carolíngio²¹, tínhamos o trabalho visto pela ótica de duas divisões teóricas: uma galgada na lógica e no discurso e outra, nas “ciências” matemáticas; *trivium* e *quadrivium*, respectivamente. Mas foi com o surgimento das universidades e do desenvolvimento das técnicas de trabalho, bem como das tecnologias, que se desenvolveram as teorias ou abordagens que fundamentam a Sociologia das Profissões, aqui apresentadas por quatro abordagens, sendo elas: (a) teorias funcionalistas; (b) teorias histórico-comparativas; (c) teoria do interacionismo simbólico; e, (d) novas abordagens pós 1970.

A abordagem funcionalista (a), surgiu em meados da década de 30 do século passado nos Estados Unidos da América (EUA) e foi apresentada pelos teóricos²² Parsons (1939, 1951, 1982) e Bernard Barber (1993). Para eles, a profissão é um modelo superior aos de ofício e de ocupação, visto que implica em uma preocupação com a manutenção dos sistemas de associativismo. Esses autores abordam a construção da profissão a partir de alguns elementos constituintes do perfil dos indivíduos e descrevem, em seus estudos, as diferenças entre a profissão (um conjunto predeterminado de elementos específicos e precisos que constroem o fazer profissional) e o ofício.

A capacitação formal sobrepõe-se à manualidade nesta abordagem. Isto é identificado a partir de elementos que compõem o modelo de profissionalização (GOODE, 1960 apud MENEGUETTI, 2009) como a padronização da educação; o processo de socialização adulta, após seu egresso da universidade; ao reconhecimento da prática profissional documentada por instrumentos reguladores legais; dentre outros.

Abordada por Angelin (2010, p. 2), a

²¹ Esta divisão proposta do período Carolíngio (800-924 d.C.) pode ser melhor compreendida a partir da leitura Le Goff (1977).

²² Além dos teóricos norte-americanos acima apresentados, Rodrigues (1997) ainda destaca três autores de suma importância para o entendimento desta primeira abordagem, Johnson (1972), Freidson (1970; 1998) e Larson (1977).

Separação entre as artes liberais e artes mecânicas só ocorreu com a expansão e fortalecimento das universidades, gerando, por fim, uma oposição entre profissões – que surgiram das artes liberais e que eram ensinadas na universidade e estavam ligadas ao conhecimento técnico-científico, e os ofícios que surgem das artes mecânicas [...].

O conceito funcionalista de profissão traz consigo a concepção da profissão como um “modelo ideal” (FREIDSON, 1998, p. 40). Ela emerge quando uma quantidade definida de pessoas, começa a praticar determinada técnica definida e fundamentada em uma formação **especializada** (CARR-SAUNDERS; WILSON, 1933 apud MENEGETTI, 2009, p. 11 grifo nosso). Para Diniz (2001), para uma ocupação ou ofício se caracterizar como uma profissão, ela necessita estar precedida da

[...] existência de um corpo de conhecimento suficientemente abstrato e complexo para requerer um aprendizado formal prolongado; uma cultura profissional sustentada por associações profissionais; uma orientação para as necessidades da clientela e um código de ética (DINIZ, 2001, p. 20).

Cunha (1976, p.179) apresenta que “uma profissão exige conhecimentos especiais, uma preparação longa e intensiva, transformando-se assim, em ocupação especializada”. Esta necessidade de especialização formal, integra a especialização de serviços, a criação de associações profissionais, a sistematização da evolução do trabalho manual e do profissionalismo (DUBAR, 2005). Temos assim, o abandono das práticas artesanais para a utilização do trabalho, dito intelectual, este normatizado, por uma instituição formal: as universidades. Para a estruturação cognoscível da abordagem funcionalista, Parsons (1982) apresenta dois elementos institucionalizados pelo corpus de cada profissão, que caracterizam suas práxis; a orientação coletiva e a especificidade funcional.

A orientação coletiva “distinguiria os papéis profissionais dentro do sistema ocupacional [...], especialmente em contraste com o mundo dos negócios” e a especificidade funcional seria fundamentada em sua competência técnica (MENEGETTI, 2009, p. 11).

Além dos atributos acima apresentados como a orientação coletiva e a especificidade funcional, outros elementos trazidos por William Goode (1957, 1960) compõem os elementos caracterizadores das profissões. A partir do conceito de comunidade profissional, o autor apresenta as relações estruturais entre o processo

de socialização e de controle social da formação da identidade profissional. Para Goode (1957, apud MENEGETTI, 2009, p. 13), cada profissão é uma comunidade sem lócus físico e tem como características:

- (1) os membros são ligados por um senso de identidade; (2) eles compartilham valores em comum: existência de um código de ética profissional; (3) dentro de suas áreas de ação, existe uma linguagem comum, que é apenas parcialmente entendida por pessoas externas à profissão; (4) a próxima geração é “produzida”, não biologicamente e sim socialmente, através do controle sobre processos de seleção, treinamento e socialização; (5) a comunidade tem poder sobre seus membros

Estas características que compõem a construção do perfil profissional também são direcionadas por meio das práticas e políticas de representação socioprofissional. As associações profissionais possuem um importante papel na proteção e na manutenção das profissões, assegurando a autorregulação e a autonomia dos profissionais (ANGELIN, 2010, p. 4).

Outras teorias consideram o contexto social, histórico e cultural como elementos de importância na construção da identidade profissional. A segunda abordagem, então identificada como teorias sócio-históricas (b), apresenta alguns pontos em comum entre vários elementos que são tidos como antagônicos à teoria funcionalista. A administração pública e o poder estatal têm grande influência nesta linha teórica, quando considerada a possibilidade de interferência na autonomia profissional. Aqui, os “jogos de poder” do Estado possuem grande destaque no processo formativo.

De fato, ao voltarmos os olhares para este processo de interferência estatal, esbarramos nas interações, conflitos e recursos utilizados para a construção identitária, o que nos leva à terceira abordagem da sociologia das profissões, surgida na Escola de Chicago: o interacionismo simbólico (c). Para Meneguetti (2009, p. 16), os interacionistas “não estão preocupados em definir o que é uma profissão, pois consideram mais importante identificar as circunstâncias nas quais as ocupações se transformam em profissões [...]”.

Nesta abordagem o principal teórico é Everett Hughes, que apresenta em seus estudos dois elementos que autenticam o status quo da atividade enquanto profissão: o diploma e o mandato. Como exemplo, para um bibliotecário ser reconhecido como tal, necessitaria de um diploma, que pode ser entendido como um

documento ou licença que afere as competências e saberes para o exercer da função biblioteconômica e documentalista.

Contudo, a existência de uma instituição que autentica este documento, também é, segundo Dubar (2005 apud ANGELIN, 2010), de suma importância. Vimos aqui novamente, a importância da figura das entidades de representação profissional como os Conselhos²³, Associações²⁴ e Sindicatos²⁵, no processo de formação social e profissional deste egresso. Esta tese também é defendida nas abordagens anteriores (a e b).

Após a década de 70, surgem algumas novas correntes alicerçadas no desenvolvimento das Tecnologias de Comunicação e Informação; ou mais baseadas nas teorias que circundam discussões de poder e controle estatal; ou no conceito de desprofissionalização²⁶, de proletarização; ou, ainda, as características que compõem a profissão como postuladas e premissas; são apresentadas por Toren (1975), Freidson (1996), Haug (1975), Oppenheimer (1973) e Gyarmati (1975); respectivamente²⁷.

4.2 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL PELOS VIESES SOCIAL, COLETIVO, CULTURAL E POLITICO

Com o desenvolvimento das teorias da sociologia das profissões, principalmente a teoria do interacionismo simbólico, as identidades adquirem sentido a partir dos sistemas de representação. Acreditamos, sob os auspícios da autonomia profissional e da contextualização social, que o conceito de identidade está construído por um complexo e fluido sistema, que aqui denominamos de dimensões.

²³ Segundo o Conselho Federal de Biblioteconomia, até esta defesa, existem quinze (15) Conselhos Regionais de Biblioteconomia, estando estes, quatro (4) na região Nordeste, três (3) na região Sul, três (3) na região Norte, três (3) na região Nordeste e um (1) na região Centro-Oeste.

²⁴ De acordo com a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), existem no Brasil, quinze (15) associações profissionais, sendo seis (6) na região Nordeste, três (3) na região Centro-Oeste, duas (2) na região Sudeste, três (3) na região Sul e um (1) na região Norte.

²⁵ Com a inexistência de um órgão nacional de orientação e coordenação sindical, nossa pesquisa em base aberta (google) retornou 13 resultados, três (3) na região Sudeste, três (3) na região Sul, dois (2) na região Centro-Oeste, três (3) na região Nordeste e dois (2) na região Norte.

²⁶ O conceito de desprofissionalização é apresentado na teoria da Sociologia das Profissões por Haug (1975). Ele perpassa a perda de controle sobre o domínio do conhecimento, devido ao aumento dos níveis educacionais, à sofisticação do público, às TIC's e às novas configurações do trabalho. Ressalta-se ainda o trabalho crítico de Freidson (1984) quanto a esta corrente (MENEGUETTI, 2010).

²⁷ Levantamento obtido a partir de revisão de literatura dos autores Angelin (2010) e Meneguetti (2009).

Estas dimensões nada mais são do que permutas vistas pelos vieses social, coletivo, cultural e político.

Compreendendo a identidade a partir de sistemas de classificação, os quais representam características que categorizam atributos, signos ou símbolos, de forma que agrupe as semelhanças e também ressalve os excludentes (fortalecendo, assim, as diferenças), podemos abordar o conceito de diferença como algo relacional. A discussão entre identidade individual e identidade coletiva é mantida pela própria conceituação da identidade, a qual, segundo envolve o exame dos sistemas classificatórios que mostram como as relações sociais são organizadas e divididas. Por exemplo, a identidade é sempre dividida em ao menos dois grupos em oposição: nós e eles.

Precedida pela compreensão da não existência de uma identidade homogênea, o conceito de **identidade social**, trata de um produto social, fruto da interação entre o sujeito e suas relações com os órgãos representativos e associativos de classe e com os demais campos sociais, como a família, a religião e a mídia, assim como pela sua construção profissional. A identidade também pode ser vista a partir de fundamentos culturais, onde estão inseridos os aportes culturais e a identidade psicossocial ou como identidade coletiva (que abordaremos abaixo) pela correlação com a consciência coletiva.

Este conceito de identidade depende diretamente do perfil do sujeito, o que envolve seus princípios morais, seu modo de ser, suas emoções, pelos signos e símbolos culturais que compõem a forma como se identifica e ainda, seu processo de inclusão em um determinado universo cultural (WOODWARD, 2004). Simbolicamente construídos a partir das dimensões e atributos que lhes são apresentados pelo campo social em que estão inseridos,

Os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas são também capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras. O equilíbrio entre sujeito 'efeito' ideológico e o sujeito agente é uma variável que depende das condições sociais (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121).

Assim, o processo de socialização adulta do egresso nos é apresentado por Hughes (1958 apud MENEGUETTI, 2009) por meio da imersão em uma nova cultura e da conversão do indivíduo a uma nova identidade. A partir de uma percepção de mundo, isso ocorre por três mecanismos específicos: a submersão na cultura

profissional, a dualidade entre o modelo ideal e a prática da profissão e o ajuste da concepção de si, após abandonar essa dualidade.

Ampliando essa percepção sobre a construção da identidade, temos o indivíduo como um elemento componente de um grupo, ou de uma dimensão mais macro. Trazemos então, para elucidar a compreensão dos fatores que corroboram a composição da imagem do profissional, a discussão sobre identidade coletiva. De acordo com Candau (2011), o conceito de **identidade coletiva** traz consigo uma diferenciação da análise individual, visto que, quando abordamos a discussão de identidade aplicada a um grupo, não se deve tratar as recorrências como algo indicativo de um atributo identitário. Ou seja, o fato de algum símbolo se repetir ou compor o processo de diferentes indivíduos de um mesmo grupo, não caracteriza a identidade coletiva. Cada indivíduo, pode atribuir significações dispares, de um mesmo símbolo. Esta concepção de identidade coletiva, esta ligada com a memória que o indivíduo ou grupo, possuem dos símbolos e representações que lhe foram fornecidas ao longo do processo de formação.

A partir de duas abordagens pontuadas por Crippa (2010), a memória coletiva transversaliza o desenvolvimento e os arranjos sociais ao longo da história, assegurando a continuidade social. Em “Sociedades não Históricas” a memória privilegia a lembrança atemporal ligada aos rituais e aos mitos, alicerçados nas tradições da oralidade e da visualidade. Estas tradições permitem, através da apropriação de um objeto imagético, reconstruir locais que recuperem determinadas memórias (lugares de memória). A autora discorre, ainda, sobre a segunda abordagem (histórica) galgada nas tradições da escrita, podendo utilizar a História enquanto opção para tradução cronológica e documentária.

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre (...). É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número uma maioria que deles não participou (NORA, 1993, p. 21-22).

Essas memórias apontadas como coletivas pela autora nem sempre são abordadas a partir desta dimensão ligada a poética da informação. Segundo Maurice Halbwach (2006) a memória coletiva é uma memória compartilhada com um grupo seja ele familiar, religioso, social, étnico ou até mesmo uma nação. Já Nora (1993, p.398) define memória como elementos “mais ou menos conscientes de uma experiência vivida ou mitificada por uma comunidade, cuja identidade é parte integrante do sentimento do passado”.

Sendo assim, para compreendermos a relação da memória entre os sujeitos de determinados campos sociais ou o compartilhamento de memórias entre campos distintos, Jedlowski (2005, p. 91) descreve essa última relação, como memória comum, ou seja, aquela que não é entendida como a memória de um grupo é “a memória de um agregado de pessoas que não se conhecem e que não interagem. Entretanto, elas se recordam das mesmas coisas porque as viram na televisão ou no cinema, porque leram sobre elas nos jornais ou as escutaram no rádio”. Notamos assim a importância que a informação, como um elemento de poder, possui no processo identitário.

Para Berque (1970, p. 471 apud CHEBEL, 1998, p. 75, tradução nossa)²⁸, “o ressurgimento de identidades coletivas [é] um fenômeno que caracteriza a era moderna [...]”. É uma concepção que faz, da identidade coletiva, o fruto da ação humana, dessa ação que constitui o objeto mas também o sujeito da história, sem que ela rompa definitivamente com os níveis subjetivos da consciência de grupo”. (CHEBEL, 1998)²⁹.

Em sua discussão sobre a identidade coletiva ser ou não um estado, Candau utiliza-se de ideias de Ernest Gellner ([s.d] apud CANDAU, 2011, p. 26) para apresentar a existência de um “substrato cultural”, que exerceria o papel de núcleo memorial e histórico de determinado grupo. Esse substrato seria o denominado “capital cognitivo fixo”,

compartilhado por uma maioria dos membros de um grupo e que confere a este uma identidade dotada de uma certa essência. Entretanto, nota-se a complexidade do entendimento das fronteiras que demarcam o conceito de identidade coletiva. Parece-nos abusivo utilizar as expressões “identidade cultural” ou “identidade coletiva” para designar um suposto estado de um grupo inteiro quando apenas uma maioria dos membros desse grupo

²⁸“La résurgence d'identités collectives, phénomène caractérisant l'époque moderne [...]”.

²⁹“C'est une conception qui fait de l'identité collective, le fruit de l'action de l'homme, de cette action qui constitue l'objet mais aussi de sujet de l'histoire sans qu'elle rompe définitivement avec les niveaux subjectifs de la conscience de groupe”.

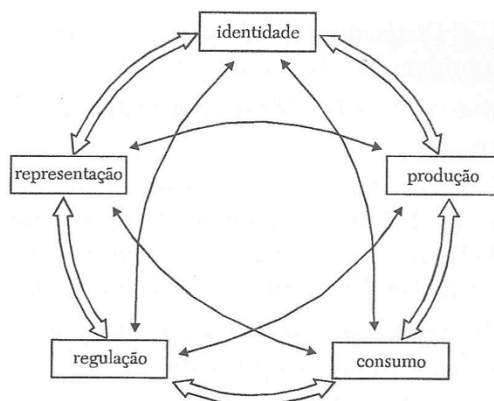
compartilha o estado considerado: de fato, mesmo que nos limitássemos a um estado exclusivamente “protomemorial”, descarto a possibilidade de que todos os membros do grupo compartilhem esse estado. Por outro lado, é reducionista definir a identidade de um grupo a partir unicamente da protomemória, pois as estratégias identitárias dos membros de uma sociedade consistem em jogos muito mais sutis que o simples fato de expor passivamente hábitos incorporados (CANDAU, 2011, p. 26-27).

Segundo Silva (2004, p. 90), inseridos nos sistemas de classificação, que possuem como mote, representar as diferenças e as identidades, os indivíduos, tem a representação, como um conceito que devido a sua trajetória histórica, lhe confere “uma multiplicidade de significados”. Na história da filosofia ocidental, a ideia de representação está ligada à busca de formas apropriadas de tornar o ‘real’ ‘presente’. O autor apresenta, ainda, duas dimensões do conceito de representação identidade: a externa, apresentada pela linguagem ou pela pintura, por exemplo, e a interna ou mental, que seria a representação da realidade ou do que é real em nossa consciência.

Inseridos nesta perspectiva, nota-se a importância que tem o conceito de diferença, quando estudamos a construção identitária de um grupo ou de um indivíduo. O processo de identificação do profissional de informação em Biblioteconomia, objeto desse estudo, perpassa, ainda antes de seu ingresso nos cursos de bacharelado ou de licenciatura³⁰, pela identificação. Estudado pelos teóricos de Estudos Culturais, o processo de identificação do indivíduo representa nossa identificação com os outros, seja a partir das similaridades ou das diferenças e/ou de sua consciência da existência desta.

Desta forma, nos deparamos com o que podemos chamar de uma espécie de cultura profissional, a qual determina as diretrizes, regras, valores, normas e até os símbolos que regem um determinado grupo. A **identidade cultural** de determinado grupo, composta pelas suas similaridades e também pelas diferenças, perpassa alguns dos outros processos culturais como os de produção, consumo, regulação, representação e, por fim, pela identidade individual. O que de fato constrói as características e símbolos de um grupo X, são suas diferenças em relação ao grupo Y.

³⁰Desde o ano de 2010, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) tem em seu quadro, o curso de Licenciatura em Biblioteconomia.

Figura 14: O circuito da cultura

Fonte: Gay et al (1997 apud SILVA, 2000, p. 69).

A questão das semelhanças e diferenças é facilmente notada quando observamos que a globalização e a indústria capitalista possuem grande influência na composição desse circuito da cultura. A homogeneização dos artefactos culturais está cada vez mais latente, visto que os contextos transnacionais são fortalecidos com o desenvolvimento da Sociedade da Informação. Para Miranda (2000, p. 79), a

Disseminação de padrões culturais globalizados vem assumindo proporções sem limite. Tal situação tem se acentuado principalmente porque o modo de produção industrial capitalista tornou-se hegemônico na produção e distribuições de produtos intelectuais e, através de seus mecanismos de distribuição – as *media* em geral -, interfere poderosamente nos processos económicos, políticos e culturais das sociedades nacionais.

Rememorando as discussões apresentadas nos capítulos anteriores, vemos novamente, assim como o cenário de criação das políticas de C&T no Brasil nas décadas de 50, 60 e 70 do século passado, o papel de poder que o Estado possui na criação dessas agendas políticas, bem como na elaboração dos planos e programas. Vemos uma retirada progressiva do Estado, almejando cada vez mais o Estado mínimo, o que beneficia a acumulação de capital e mercantiliza as unidades de informação e cultura (MIRANDA, 2000). O controle e a disseminação da produção, do consumo, da regulação e da representação dos atributos e símbolos culturais, estão, como diria Barreto (1994), estruturados a partir dos conteúdos e informações que são produzidas e circuladas em nosso país, modificando de vez, nossos estoques informacionais.

Estas modificações impactam diretamente a construção de nossa identidade cultural, que se correlaciona com a nossa identidade profissional. Nota-se que a

figura do profissional da informação em Biblioteconomia, tem uma grande importância, visto que este profissional seria o responsável não só pela guarda e armazenagem dos estoques (bibliotecas e centros de documentação), mas também pelo desenvolvimento das estruturas necessárias para a criação de uma política de informação nacional.

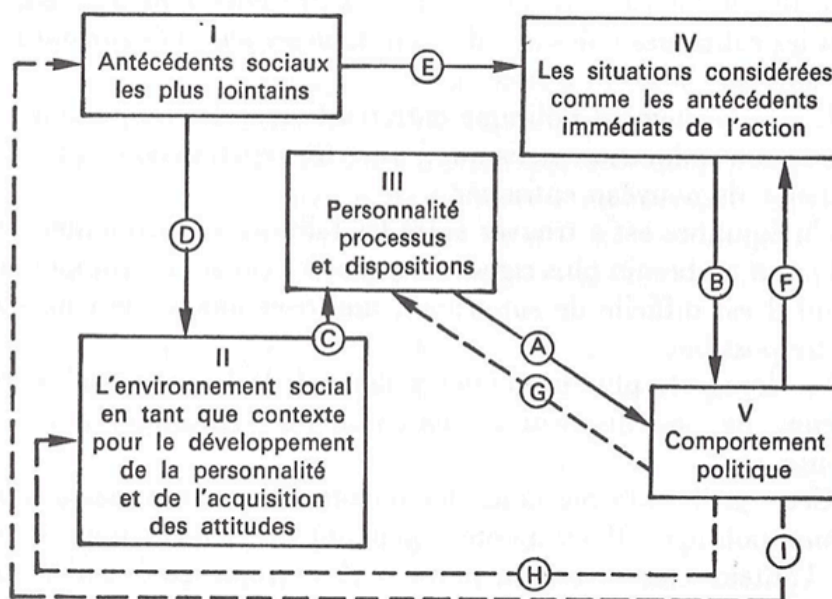
Entramos agora em uma complexa discussão. Como formar a identidade política do profissional de informação em biblioteconomia? Como já apresentado, sabemos que a identidade profissional do bibliotecário é construída a partir da correlação de seus aspectos sociais, culturais, coletivos e também políticos. Mas seria a identidade política, movida tão somente pelas aspirações e atitudes do profissional?

Segundo Chebel (1998), comparada com a identidade psicológica, **identidade política** é uma resultante ativa de influências externas, como a socialização, o exercer de uma função política, a realização de uma posição dominante e outras influências conjunturais ou históricas. Assim, “a identidade política seria a capacidade individual, adquirida lentamente nos períodos iniciais de socialização e participação, visando a eficácia da ação no contexto de uma situação sócio-política” (CHEBEL, 1998, p. 149-150, tradução nossa)³¹.

Esta identidade política ainda está, segundo o autor, alicerçada ou integrada pelo processo de socialização política, a consciência e sua percepção, a autoridade e a liderança, e a predisposição aos fatores conjunturais como a língua, a cultura, a religião e a consciência de classe. Para Bourdieu (2000, p.244) o “campo do poder é o espaço das relações de força entre agentes e instituições que têm em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos (econômico ou cultural, especialmente)”. A figura abaixo nos apresenta os componentes essenciais da personalidade que são influenciados por fatores políticos.

³¹ L'identité politique serait donc la capacité individuelle, acquise lentement pendant les périodes initiales de socialisation et de participation, et visant l'efficacité de l'action dans le contexte d'une situation socio-politique.

Figura 15: A construção do processo de personalidade



Fonte: Brewster (1972, p.40 apud CHEBEL, 1998, p. 99)

A partir da figura acima, o autor coloca os processos de personalidade como o componente central desta discussão, nos fornecendo a compreensão que as disposições que a circundam, podem diferenciar um indivíduo do outro. Este ciclo se inicia (I) com os antecedentes sociais mais longínquos que agem sobre nossa vida, desde a nossa base identitária, logo, mostra o ambiente social como um contexto para o desenvolvimento de nossa personalidade e da aquisição de atitudes (II), chegando assim nos processos e disposições de personalidade (III). As situações consideradas como os antecedentes imediatos da ação (IV), também integram o ciclo em um quarto momento, culminando assim, na construção do comportamento político (V).

Assim, a identidade política pode ser analisada a partir dois tipos de governança estatal: a ditadura e a democracia. Como já anteriormente visto, os sistemas de governança moldados sob a égide do controle e do autoritarismo podem reduzir as possibilidades de construção da identidade do indivíduo, visto que a redução dos símbolos de representação, e ideologias, bem como de outros atributos culturais que podem moldar essa construção, minimiza a fluidez com que incorporamos estes.

De fato, as políticas públicas possuem grande importância no processo identitário, ainda mais quando tratamos sobre **identidade profissional**.

A identidade não é um dado imutável. Nem externo, que possa ser adquirido. Mas é um processo de construção do sujeito historicamente situado. A profissão de professor, como as demais, emerge em dado contexto e momento históricos, como resposta a necessidades que estão postas pelas sociedades, adquirindo estatuto de legalidade. Assim, algumas profissões deixaram de existir e outras surgiram nos tempos atuais. Outras adquirem tal poder legal que se cristalizam a ponto de permanecerem como práticas altamente formalizadas e significado burocrático (PIMENTA, 1996, p. 75).

Notamos, assim, a importância da criação do IBBD na década de 50 do século passado, período de grande investimento nos setores da ciência e tecnologia no Brasil, para atender às demandas de pesquisa científica e de implantação do sistema burocrático estatal, conforme já elucidado. Essa identidade profissional, de que falamos, está situada entre dois espaços de poder: um que podemos chamar de espaço social, onde estão localizados os indivíduos e suas representações, e outro, o campo multidimensional, onde coexistem os grupos que constituem e possuem os capitais econômico, cultural, social e simbólico³² que alicerçam os demais atributos que compõem a construção das identidades culturais, sociais, coletivas e profissionais.

Além dos campos de poder constituídos pela ótica da discussão social, temos também as universidades e espaços de formação profissional, como um importante agente na delimitação do que se enquadra ou não em cada categoria profissional. A discussão sobre a profissionalização nos demonstra o universo de atuação do corpo docente, dos entes representativos de classe (associações, conselhos e sindicatos) e ainda dos que capitaneiam o exercer da profissão, neste processo. Para Pimenta (1996, p. 76),

Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão; da revisão das tradições. Mas também da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas que resistem a inovações porque prenes de saberes validos as necessidades da realidade. Do confronto entre teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias.

Em seu trabalho sobre as identidades profissionais, Claude Dubar (2005) apresenta, ao longo do seu quadro teórico-analítico, subdividido em quatro capítulos, as categorias de trabalhadores e a discussão sobre os sistemas de emprego. O

³² Bourdieu (1983, 2000) aborda, em seus estudos, a temática do campo social e dos fatores, bem como das posições de cada indivíduo nestes campos, que circundam e moldam as características, regras e valores de cada grupo.

autor categoriza o processo identitário a partir do viés biográfico, onde os indivíduos constroem a identidade para si e o processo identitário relacional, que “são as identidades associadas aos saberes, competências e imagens de si propostos e expressos pelos outros indivíduos nos sistemas de ação” (DUBAR, 2005 apud MENEGETTI, 2009, p. 50), e a identidade para o outro. Para Dubar (2005, p. 330 apud MENEGETTI, 2009, p.51),

As identidades sociais e profissionais típicas não são nem expressões psicológicas de personalidades individuais nem produtos de estruturas ou de políticas econômicas impostas de cima, mas sim construções sociais que implicam a interação entre trajetórias individuais e sistemas de emprego, de trabalho e de formação [....].

Assim, o processo identitário é composto por um sistema de representação simbólico, que ocorre nas esferas culturais, sociais e profissionais de forma coletiva ou ainda, individual. Se analisarmos de forma segmentada, poderíamos sim, afirmar e dialogar sobre cada uma destas esferas ou como alguns autores denominam, dimensões. Entretanto, o Bibliotecário, assim como os demais profissionais, são como quebra-cabeças, no sentido menos literal possível, onde cada peça possui uma singularidade, contornos específicos e díspares dos demais. Este olhar atribui significância e importância a cada transformação e aquisição destas peças (atributos) ao longo do jogo da vida.

Para Almeida Júnior (2000), a conceituação do específico fazer desse profissional, representa uma disputa na área, onde se opta por ser bibliotecário, ou profissional da informação, sendo um atuante de espaços escolares, públicos e comunitários e, outro lotado em unidades especializadas de conhecimento, respectivamente. Entretanto, alinhado a abordagem apresentada por Dubar (2005), temos o Bibliotecário, como um ator responsável pela transformação de seu ponto de vista sobre a natureza e âmbito de suas atividades, ocasionada pela difusão e transformação das TICs, devendo preservar a integridade de seu fazer profissional (FOSKETT, 1980).

Definir a profissão da Biblioteconomia, não é uma tarefa muito simples, visto que existem inúmeras definições na literatura científica, nas legislações e em muitas outros instrumentos como na própria CBO. Para Cunha (1976) caracterizada devido seu fazer interdisciplinar, podemos considerá-la como uma metaciência, ou servidora da ciência. Entretanto, hoje, novas perspectivas relacionadas as TICs, alicerçam o fazer biblioteconômico, o saber que antes estava

contido em livros e suportes impressos, hoje encontra-se em diversos suportes bibliográficos, passando pelos blog's, bases de dados, redes digitais de conteúdo e muitos outros. Acreditamos aqui, que o Bibliotecário, ou Profissional da Informação em Biblioteconomia, sempre deverá manter suas raízes, independentemente dos avanços e transformações trazidas pela ciência.

Compreender o espaço-tempo em que se coloca esta discussão será necessário para a conclusão deste trabalho. Ter a informação como um elemento chave, de poder, neste cenário é de suma importância para compreendermos como se deu o surgimento da identidade profissional do bibliotecário no Brasil, bem como dos campos (instituições) que corroboraram suas diretrizes de fomento.

4.3 OS PROFISSIONAIS DE INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

Precursor na America Latina e o terceiro curso do mundo, antecedido somente pela Ecole des Chartes e do Columbia University, o curso de Biblioteconomia no Brasil, foi criado em comemoração ao primeiro centenário da Biblioteca Nacional, em outubro de 1910 (SA, 2013). Segundo autor, o curso de Biblioteconomia, possuía de acordo com o Decreto 8.835, de 11 de julho de 1911, as seguintes disciplinas estruturadas em sua matriz curricular: Bibliografia, paleografia e diplomática, iconografia e numismática; o que se assemelhava ao primeiro currículo francês da Ecole des Chartes, que tinha em sua formação as disciplinas de historia, arqueologia e historia da arte, paleografia, diplomática, sigilografia e ainda, numismática.

Por motivos diversos, a instalação e o funcionamento do primeiro Curso de Biblioteconomia somente se verificaram no ano de 1915, quatro anos depois de sua estruturação. Os jornais do dia 10 de abril de 1915 abriram espaço para a notícia da inauguração do Curso (O "Imparcial" e "Correio da Manhã"), fato que obteve grande repercussão nos meios educacionais da Capital Federal. Ao ato que foi presidido pelo Diretor Dr. Manoel Cícero Peregrino, participaram todos os chefes de seção da Biblioteca, tendo sido orador o senhor Constâncio Alves. Presente à cerimônia, como convidado de honra, tomou lugar à mesa o Conselheiro Ruy Barbosa que assim, de acordo com suas altas tradições de homem público, devotado à causa da cultura, fazia questão de prestigiar uma iniciativa de inegável valor cultural (DIAS, 1956, apud UNIRIO, 2015, p. 18)

Nesse período, destacamos o importante papel que Manoel Cícero da Peregrino da Silva³³, teve na construção da identidade profissional nas décadas de 00, 10 e 20, ligada a questão teórica, multidisciplinar e de pesquisa científica em C&T. Idealizado por Manoel Cícero, o curso técnico em Biblioteconomia visava a capacitação do corpo técnico de bibliotecários e sub-bibliotecários (auxiliares) da área pública em suas atividades laborais. Funcionando de forma regular durante os anos 1915-1922, 1931-1962 e 1962-1969, o curso era ministrado pelos próprios funcionários da instituição (WEITZEL, 2012). Cabia aos Bibliotecários e auxiliares da Biblioteca Nacional e chefes de seção,

encarregar-se do ensino das materias que constituem o curso de biblioteconomia, organizar os respectivos programmas e funcionar como examinadores, não só daquellas materias, como tambem das que são objecto do exame de admissão (BRASIL, 1911, art. 10, §10).

Com algumas dificuldades enfrentadas para compor a primeira turma, o curso deu inicio as suas atividades, somente no ano de 1915, cessando suas atividades oito anos depois. Após o surgimento do segundo curso de biblioteconomia, desta vez em São Paulo,

a Biblioteca Nacional obtém o reestabelecimento do curso de biblioteconomia mantendo praticamente as mesmas disciplinas do curso de 1911 – bibliografia, paleografia, diplomática e cronologia – acrescentando as duas disciplinas idealizadas por Barroso no curso técnico: história literária e cartografia (SA, 2013, p. 53)

Para Weitzel, (2009), o curso não possuía em suas primeiras décadas, características tecnicistas, devido ao forte veio de cunho humanístico trazido por alguns profissionais como Constancio Alves, Mario Behring e Aurelio Lopes. Entretanto, após o falecimento desses profissionais, a abordagem técnica foi fortalecida, deixando de lado a formação baseada no modelo erudito francês. Em suas primeiras edições, o corpo docente era integrado por Constancio Antonio Alves, Jose Carlos de Carvalho, Joao Gomes do Rego, Aurelio Lopes de Sousa e Mario Behring; todos diretores de seção da Biblioteca Nacional (WEITZEL, 2009, apud UNIRIO, 2015, p. 84).

³³ Além de Diretor da Biblioteca Nacional no período de 1900 a 1924, ocupou importantes cargos como prefeito interino do Distrito Federal cerca de um ano; reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro de 1926 a 1930 e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entre nos anos de 1938 a 1939.

Em paralelo ao ensino técnico fornecido pela Biblioteca Nacional, desde o final da década de 30, o DASP já realizava inúmeros cursos que objetivavam atualizar os bibliotecários. Mas foi na década de 40, que surge um curso com veio mais tecnicista de curta duração. De acordo com o art. 2, §3 do Decreto Lei n 6.416, "sempre que possível, a instrução [devera ser] feita em caráter prático, no decorrer dos trabalhos de bibliotecas e outros serviços, podendo ser utilizadas, para esse fim, bibliotecas oficiais ou particulares".

Fica instituído, junto ao Departamento Administrativo do Serviço Público (D. A. S. P.), o curso de preparação a que se refere o artigo anterior e que terá por objetivo aperfeiçoar o conhecimento dos funcionários nas seguintes disciplinas: 1) Catalogação e Classificação; 2) Administração e organização de bibliotecas; 3) Bibliografia e referência. (BRASIL, 1940, art.2)

Weitzel (2013, p. 6), ainda nos apresenta em seus estudos que as décadas de 40 e 50, a Biblioteca Nacional possuía além do Curso Superior em de Biblioteconomia, um curso de formação básica, titulado Curso Fundamental de Biblioteconomia, para formar pessoal habilitado a exercer serviços técnicos. Desde a década de 20, as áreas que hoje conhecemos como subáreas da Ciência da Informação (Arquivologia e Biblioteconomia) – conforme Quadro de Áreas da Capes –, já caminhavam de forma conjunta, a partir dos cursos de diplomática e demais estudos ligados a identificação e tratamento dos documentos. Segundo Sa (2013, p.52),

a não concretização do curso técnico [pelo Arquivo Nacional] suscitou um problema de ordem institucional para a questão da capacitação dos funcionários do Arquivo, da Biblioteca e do Museu Histórico Nacional. Mesmo não tendo continuidade, constituía um entrave uma vez que continuava tendo existência legal nos decretos de 1922 e de 1923 que regulamentavam seu funcionamento nas três instituições envolvidas. Por uma década paralisaram-se as propostas de cursos e somente no início dos anos de 1930 foram retomadas e viabilizadas na Biblioteca Nacional e no MHN. No Arquivo Nacional, o processo foi mais longo e somente após trinta anos é que o curso foi restabelecido e estabilizado de forma permanente.

Além dos cursos fornecido pelo DASP e pela Biblioteca Nacional, o Instituto Nacional do Livro (INL), teve grande importância na capacitação de recursos humanos no Brasil.

O Serviço de Assistência Regional da Seção de Bibliotecas do Instituto Nacional do Livro (I.N.L) sob a segura orientação do bibliotecário Hélio Gomes Machado, promoveu, em vários Estados da União, onde não se havia registrado nenhuma iniciativa no sentido da formação profissional do bibliotecário, uma série de Cursos Intensivos de Biblioteconomia. [...] No panorama geral do ensino da biblioteconomia no Brasil, a iniciativa do

Instituto Nacional do Livro representa uma contribuição de notável relevância, procurando lançar as sementes de formação profissional do bibliotecário em regiões ainda não atingidas por iniciativas próprias (DIAS, 1956, apud UNIRIO, 2015, p. 25)

Ainda com status de curso técnico, o curso de biblioteconomia, tinha como principal objetivo, durante seus 50 primeiros anos de funcionamento, como já visto, capacitar tecnicamente os profissionais das instituições de guarda do patrimônio nacional. Mas, foi a partir da década de 60, com a instituição do curso de Biblioteconomia como nível superior, que a área ganha um novo status científico. Podemos aqui dizer que o ano de 1962, pode ser tido como um marco para a mudança de status da área. Aos 30 dias do mês de junho deste ano, foi decretada a regulamentação da profissão de bibliotecário, pela Lei 4.084, no mês de novembro do mesmo ano no dia dezesseis, a partir do Parecer 326, o curso de Biblioteconomia é reconhecido pelo MEC, como de nível superior. O

nome Profissional Bibliotecário [...] foi inserido pela primeira vez [no Brasil] em um CBBDD [Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação], no vigéssimo realizado em Fortaleza no ano 2002, em uma mesa de Debates e ali se propôs e foi acatada a recomendação de que este tema tivesse a ampliação de sua discussão pelo País. (SOUZA, 2004, p. 92).

De acordo com a legislação vigente³⁴ (Decreto N. 56.725, de 16 de agosto de 1965) o perfil de formação do profissional de informação em Biblioteconomia, deve dar cabo das seguintes competências:

I. demonstrações práticas e teóricas da técnica biblioteconômica em estabelecimentos federais, estaduais ou municipais; II. padronização dos serviços técnicos de Biblioteconomia; III. inspeção, sob o ponto de vista de incentivar e orientar os trabalhos de recenseamento, estatística e cadastro de bibliotecas; IV. publicidade sobre material bibliográfico e atividades da biblioteca; V. planejamento de difusão cultural, na parte que se refere a serviços de biblioteca; VI. organização de congressos, seminários, concursos e exposições nacionais e estrangeiras, relativas à Biblioteconomia e à Documentação ou representação oficial em tais certames (BRASIL, 1965, art. 9)

Assim, inúmeros cursos desde então, vem sendo criados por todo Brasil, o que representa hoje, quarenta e três (43) cursos de graduação nas áreas da Ciencia da Informacao, compreendida pelos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciencia da Informacao e Gestao da Informacao, conforme tabela abaixo.

³⁴ Ressaltamos o importante papel que a luta social teve para a implementação da legislação que alicerça a práxis do Bibliotecário no Brasil. Entretanto, por ausência de tempo, não foi possível abordar esta faceta neste trabalho, o que acreditamos ser de suma importância para a continuidade desta pesquisa.

Quadro 2: Cursos de Graduação em Ciência da Informação³⁵

Instituição	Arquivologia		Biblioteconomia	Ciência da Informação	Gestão da Informação
Centro Universitário Assunção - UNIFAI	X		X		
Centro Universitário de Formiga - UNIFOR			X		
Centro Universitário Teresa D'Ávila - UNIFATEA			X		
Faculdades Integradas Coração de Jesus - FAINC			X		
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESP/SP			X "e Ciência da Informação"		
Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG	X		X		
Instituto de Ensino Superior da FUNLEC – IESF			X		
Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-CAMPINAS			X		
Universidade de Brasília - UnB	X		X		
Universidade de São Paulo - USP			X		
Universidade de São Paulo – USP/Campus Ribeirão Preto			X "e Ciências da Informação e da Documentação"		
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC			X "Habilitação em Gestão da Informação"		
Universidade Estadual de Londrina - UEL	X		X		
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp	X		X		
Universidade Federal da Bahia – UFBA	X		X		
Universidade Federal da Paraíba - UFPB	X		X		
Universidade Federal de Alagoas - UFAL			X		
Universidade Federal de Goiás - UFG			X		X
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	X		X		
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE			X		X
Universidade Federal de Rondônia - UNIR			X		
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	X		X	X	
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	X				
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar			X "e Ciência da Informação"		
Universidade Federal de Sergipe - UFS			X "e Documentação"		
Universidade Federal do Amazonas - UFAM	X		X		
Universidade Federal do Cariri - UFCa			X		

³⁵ constam nesse quadro somente os cursos em funcionamento, indicados pela ABECIN. A listagem esta em ordem alfabética por instituição.

Instituição	Arquivologia		Biblioteconomia	Ciencia da Informacao	Gestao da Informacao
Universidade Federal do Ceará - UFC			X		
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	X		X		
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	X		X		
Universidade Federal do Maranhão - UFMA			X		
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT			X		
Universidade Federal do Pará - UFPA	X		X		
Universidade Federal do Paraná - UFPR					X
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ			X "e Gestão de Unidades de informação"		
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN			X		
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	X		X		
Universidade Federal Fluminense - UFF	X		X "e Documentacao"		
Universidade Estadual do Piauí – UEPI			X		

Fonte: ABECIN (2016)

Podemos ainda compreender o surgimento do ensino da Biblioteconomia no Brasil a partir dos estudos de Castro (2000), divididos em cinco fases. A primeira (1879-1928), é caracterizada a partir da fundação: Movimento da Biblioteconomia no Brasil, com fortes influências da matriz humanística francesa. A segunda fase (1929-1939), contou com a predominância do modelo pragmático americano, díspar do modelo anterior e a terceira fase (1940-1961), foi a consolidação e expansão do modelo pragmático americano.

Já a quarta fase (1962-1969), teve para o autor, a padronização das matrizes e conteúdos pedagógicos pelo país e também a regulamentação da profissão de Bibliotecário e, por fim, a quinta fase (1970-1995) foi representada pela estagnação de surgimento dos cursos de graduação e crescimento dos cursos de pós-graduação. Entretanto, nem todos os cursos de pós-graduação, surgiram como cursos de Biblioteconomia, no que se refere à nomenclatura.

Nascida nos EUA no mesmo ano em que a Biblioteconomia no Brasil, tornou-se um curso superior, a Ciência da Informação, surge também em 1962, em uma reunião do Georgia Institute of Technology. Entretanto, em um contexto global, seus primeiros indícios surgem já na década de 40.

O estagio incubatorio [...], começou nos anos 30 e foi intensificada na década de 40 com as ideias e sugestões de que a moderna tecnologia de tratamento da informação deveria ser aplicada para controlar e pesquisar a literatura científica e técnica como uma resposta aos problemas da 'explosão de informação' (SARACEVIC, 1978, p. 3-4).

Shera (1977, apud PINHEIRO, 2002), retorna um pouco mais ao apresentar as bases que fundamentam o surgimento da Ciência da Informação no mundo. Para ele, essa história inicia no ano de 1895, com a criação do Instituto Internacional de Bibliografia - IIB, por Paul Otlet e Henri la Fontaine, resultante da 1ª Conferência Internacional de Bibliografia, realizada em Bruxelas. Apresenta ainda, outros quatro (4) marcos que constituíram a área: em 1931, a transformação do IIB em Instituto Internacional de Documentação; em 1935 a publicação de obra pioneira de Paul Otlet: "Traité de Documentation"; em 1937, a fundação do American Documentation Institute - ADI, depois ASIS; e em 1938, a nova denominação do IIB para Federação Internacional de Documentação.

Diferentemente da visão apresentada por Shera (1977), onde a criação dos institutos bibliográficos, representavam o alicerce de fundamentação da área da CI no mundo, no Brasil, a literatura nacional, considera que o principal marco de surgimento da área no país, foi a criação do primeiro Programa de Pós Graduação stricto sensu, na modalidade de Mestrado, em Ciência da Informação. Não seria aqui também a criação do primeiro instituto de informação o marco de fundação da área?

Entretanto, cerca de quinze (15) anos antes da criação do mestrado em CI, surge também por iniciativa do IBBD o Curso de Pós Graduação lato sensu, titulado "Documentação Científica", criado em 1955. Possuiu forte projeção internacional e consolidou para Cristovão (1995), a área de ensino de CI no Brasil.

Após os grandes investimentos nas áreas de ciência e tecnologia no Brasil, durante os anos 50, outra área se formalizava nos anos 60,

a de Política de Ciência e Tecnologia, que veio a manter crescente interface com a ciência da informação a partir dessa mesma década, em parte significativa pela publicação de duas obras: a primeira, em 1963, do livro desenvolvimento da ciência, do físico e historiador da ciência inglês Derek de Solla Price; a segunda, em 1972, pela National Science Foundation (EUA) com a assessoria do mesmo autor (CRISTOVAO, 1995, p.3)

No início da década de 70, surge o primeiro Mestrado em CI do país. A implantação de um programa de pós graduação, para Brandão (1971, apud

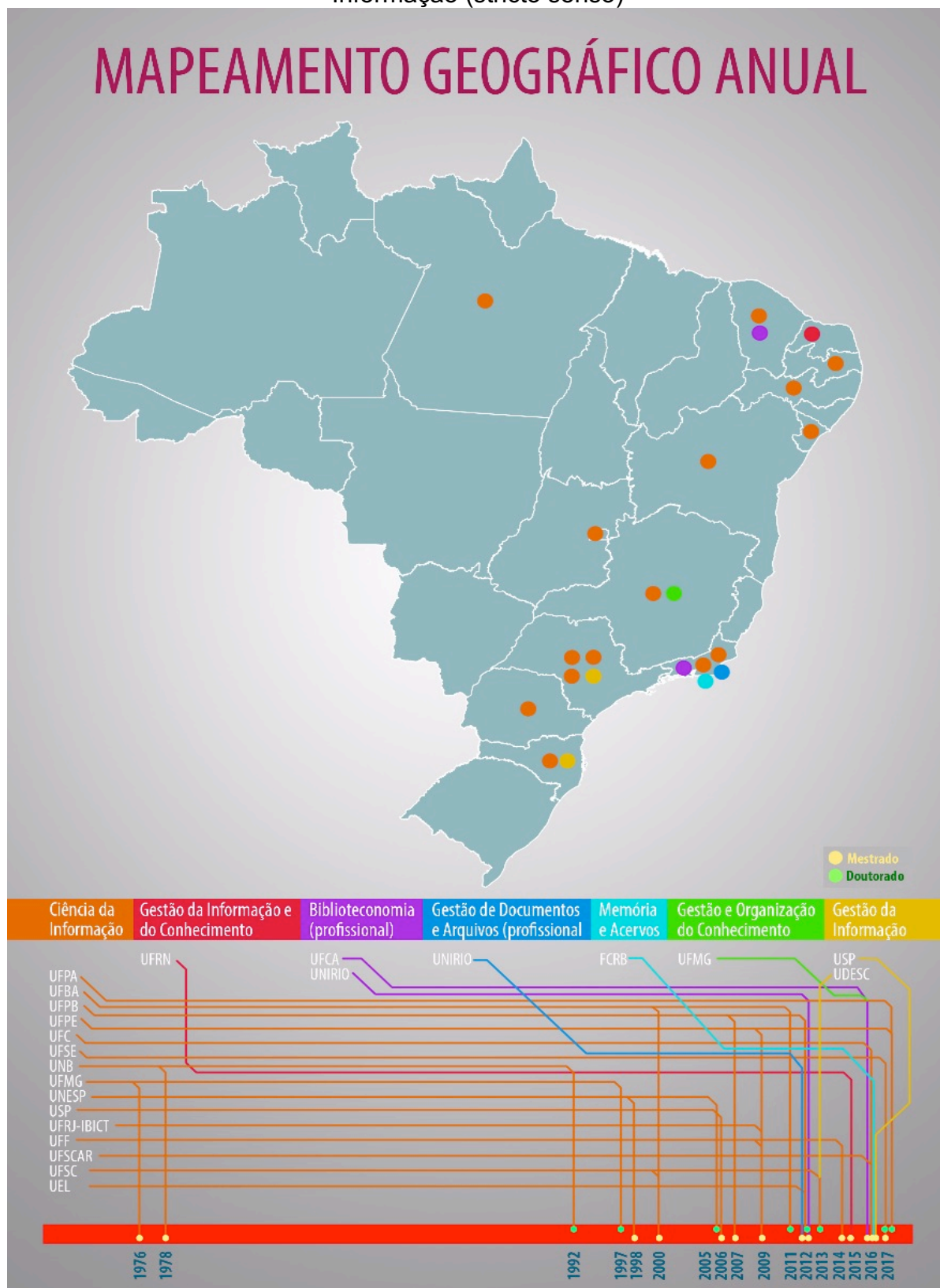
GOMES, 1974, p. 17), age como um mecanismo de formação de pesquisadores e docentes de nível universitário; por outro lado, tem função de especializar mão de obra de alto nível para um mercado com alta demanda específica”. Quando pensamos o processo identitário de socialização profissional, que envolve os órgãos representativos de classe e ainda a formação acadêmica, vemos que os graduandos,

de um determinado agregado ocupacional, isto é, um conjunto de especializações profissionais contíguas, mais ou menos como hoje entendemos a noção de “área” de profissionalização, tem, com os cursos de pós graduação, uma oportunidade de se transferirem a um outro ramo profissional (GOMES, 1974, p.17).

Surge então um questionamento, quem seria então este profissional da informação em Biblioteconomia, após o surgimento da área da CI no Brasil e da criação do primeiro mestrado na área?

Dentro da discussão sobre a formação identitária e profissional do Bibliotecário, temos as questões sociais trazidas pelo fazer profissional. Contudo, ressaltamos que essas discussões não se destacam das questões ligadas à formação acadêmica dos Bibliotecários. Assim vimos em paralelo a surgimentos dessas categorias profissionais os cursos de pós graduação em CI no Brasil, conforme apresentado abaixo.

Figura 16: Cronologia dos cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação (stricto sensu)



Fonte: Elaborado a partir de dados extraídos da Plataforma Sucupira (2017)

*disciplina duplicada para facilitar a compreensão das aproximações temáticas

Diferentemente das datas apresentadas pela Plataforma Sucupira, identificamos que as datas de início de alguns programas não conferem com o apresentado logo acima. Isto se deve ao processo de (re) credenciamento dos programas na CAPES. Acreditamos ser trivial ao trabalharmos com estes dados, levar em consideração estes fatores burocráticos e instrumentais das plataformas governamentais, pois os dados apresentados podem se diferir da realidade. Segundo Pinheiro (2007), o PPGCI IBICT, iniciou suas atividades nos anos de 1970 na modalidade mestrado e 1994 com o Doutorado, estando nesse período, vinculado a UFRJ. Todavia, devido a peculiaridade do IBICT, em não estar associado a nenhuma unidade de ensino (universidade), no ano de 2004, recredenciou seu curso em ambas modalidades na UFF, retornando a UFRJ no ano de 2009³⁶.

Após compreendido o processo histórico de formação identitário do profissional da Informação em Biblioteconomia, a partir do surgimento dos cursos técnicos, das escolas de graduação e dos cursos de pós-graduação, temos ainda, como um importante fator a ser considerado na formação do Bibliotecário, o surgimento das Associações, Conselhos e Sindicatos de Biblioteconomia no Brasil.

Para o Sindicato de Bibliotecários do Estado do Rio de Janeiro (SINDIBRJ) (2012, p.1), possui como finalidade, “unir os trabalhadores em sua luta para manter seus direitos, melhorar as condições de vida e trabalho, bem como promover o processo de transformação da sociedade brasileira em uma sociedade democrática e sem classes. Já as associações profissionais possuem um papel diferente dos sindicatos, possuem como missão,

promover a excelência dos serviços de biblioteca, por meio do aperfeiçoamento e do reconhecimento da profissão de bibliotecário, contribuindo para dignificar a classe e para democratizar a informação para a sociedade (ABDF, 2017, *online*).

Por fim temos o papel desempenhado pelos conselhos de classe no Brasil, que possuem viva orientar e fiscalizar o exercício da profissão de Bibliotecário, no âmbito de sua jurisdição, bem como contribuir para o desenvolvimento biblioteconômico regional (CRB7, 2004, p. 2).

³⁶ O processo de recredenciamento de um programa, interfere diretamente em seus índices de avaliação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo percurso histórico da evolução das técnicas de trabalho, vimos as transformações ocorridas nas abordagens mercadológicas, que abrangem desde as práticas mecanizados e manualizadas, passando pelas automatizadas e industriais, até a discussão da informação como o elemento mais importante do trabalho: o capital imaterial e cognitivo. De fato, o capitalismo em todas as suas fases (física, financeira, humana, informacional ou cognitiva) teve importante influência na modificação e na transformação dessas técnicas e dos meios de produção. Passamos, ao longo desse percurso histórico, por práticas de manutenção da vida social, para as que almejam a obtenção de lucros e a maximização da produção.

Os profissionais em geral possuem um importante papel nesse processo de acumulação de capital, representando inúmeras variáveis. Entendemos aqui, a partir de nosso estudo, que a relação patrão-empregado, a capacitação dos recursos humanos e outros fatores que constroem as competências dos profissionais, compõem as configurações dos arranjos sociais, científicos e políticos.

As atividades de Informação Científica no Brasil, desde seus auspícios na década de 30 do século passado, foram determinantes para o desenvolvimento nacional, não só na esfera científica e educacional, mas também na esfera econômica. As pesquisas científicas nas áreas de energia e de modernização da estrutura produtiva do Brasil impulsionaram outras áreas científicas, como as TICs, a Biblioteconomia, Arquivologia e claro, a Ciência da Informação.

Percebemos a influência internacional de órgãos como a UNESCO, no desenvolvimento da indústria nacional a partir de programas de apoio e de investimento em ciência e tecnologia. Acreditamos ser um tanto complexo utilizarmos um modelo desenvolvido por países de outro hemisfério, visto que o simples espelhamento não atende, em um segundo momento, às especificidades políticas, científicas e informacionais do país. Todavia, o apoio da UNESCO no desenvolvimento do projeto básico e ainda nos investimentos realizados, foram de suma importância para a exequibilidade deste projeto na década de 50.

Este período foi marcado por um grande crescimento urbano e industrial, a partir do intervencionismo estatal e da implantação do sistema capitalista industrial. A partir de então, surgiram iniciativas acerca do controle da informação científica no Brasil

após 1950. A primeira delas foi o Programa Estratégico de Desenvolvimento, criado em 1967, que mencionava as áreas estratégicas a serem desenvolvidas, estão inserida o diálogo sobre a Tecnologia. Com a análise dos documentos fundadores do IBBD, não conseguimos identificar uma nitidez estrutural na relação do instituto com os sistemas e programas desenvolvidos pelo poder estatal nesse período. Entretanto, vale lembrar a dificuldade e limitações de acesso que tivemos ao buscar nossas fontes primárias de pesquisas, visto que o setor de Documentação do IBICT Brasília, estava passando por uma fase de migração de acervo, impossibilitando nossa pesquisa nas bases e sistemas de dados.

Talvez, após a disponibilização de todo acervo arquivístico permanente, denominado Memória Técnica, possa ser reconstruída essa relação do IBBD com os órgãos de elaboração de políticas e demais diretrizes nacionais de informação. Não havendo nenhuma base ou repositório para que pudéssemos pesquisar os documentos fundadores que pudessem alicerçar a nossa pesquisa, nos foram entregues os documentos tidos como mais importantes e mais pesquisados pelos profissionais que ali atuam, conforme apresentado em nossos procedimentos metodológicos. Mesmo com essas limitações, identificamos o importante papel que o IBBD e também o IBICT, tiveram no âmbito das políticas nacionais de informação no país, sendo o principal responsável pela organização, sistematização e disseminação das informações e das redes de bibliográficas e técnicas.

Um importante fator na formação do processo de construção da identidade profissional do bibliotecário no Brasil, foi a institucionalização do primeiro curso de curso de Biblioteconomia, no nível de graduação. Entretanto, a criação da Especialização em Documentação Científica (CDC) em 1955 e, ainda, do mestrado em Ciência da Informação em 1970, modificou o status da área, que deixou de ser unicamente voltado para a organização bibliográfica, para ampliar seus estudos focados na organização e no processo de disseminação da informação científica.

Durante o levantamento de dados sobre a data de criação dos cursos que compõem a área da Ciência da Informação, identificamos alguns problemas. Quanto aos cursos de Graduação, utilizamos como fonte de coleta, a ABECIN, que relacionou quarenta e três (43) cursos na área da CI. Já para o nível de mestrado e doutorado, nossa pesquisa foi realizada a partir da plataforma Sucupira, que apontou a existência de sete (7) áreas científicas que compõe a macroárea da

Ciência da Informação. Outro dado interessante dessa busca foi a relação dos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação, apresentadas pela Associação Nacional de Pesquisa e pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB).

De acordo com a ANCIB, atualmente temos no Brasil, dezesseis cursos de pós-graduação de CI, incluindo os programas de CI, Museologia e Patrimônio e de Memória Social. Entretanto para a CAPES, a Museologia corresponde a uma área distinta da CI e a Memória Social à área Interdisciplinar. Notamos aqui um problema no processo de identificação das áreas no Brasil. Enquanto os programas categorizados como integrantes da macroárea da CI no Brasil, pela ANCIB, compreendem apenas dezesseis (16) cursos incluindo as áreas de Museologia e Memória Social, para a CAPES, existem vinte e três (23) cursos de mestrado (estando dois destes em fase de projeto) e onze (11) cursos de doutorado (um deles em estágio também de elaboração). A Memória Social e a Museologia, para a CAPES, representam áreas diferentes da Ciência da Informação em sua tabela de área.

Ainda sobre a criação dos cursos de Especialização (CDC) e de mestrado em CI, e após analisar os dados coletados, identificamos como apresentado na subsecção 3.2, uma evasão de 53,93% do curso de mestrado, informação essa, não localizada em nosso levantamento bibliográfico. Desta forma, cabe nos refletir sobre quais os possíveis motivos desse alto índice de desistência e abandono do primeiro curso de mestrado da área, que segundo a teoria, representou um marco para a consolidação da área no Brasil.

Algumas hipóteses plausíveis de serem traçadas perpassam inicialmente pelo escopo espaço/tempo no qual se localizava o curso. Tratamos do período ditatorial, onde repressões, perseguições e assassinatos, eram recorrentes, além da vigilância realizada pelos sistemas governamentais como o SNI e suas Assessorias Regionais (Aesis), instaladas no interior das principais instituições educacionais e culturais da época. Falamos de dois anos após a implementação do AI-5 (1968), período onde o medo rondava a área científica, apesar de grandes investimentos estarem sendo direcionados ao desenvolvimento da C&T, culminando assim na criação e ampliação das atividades do IBBD e IBICT, como anteriormente visto. Todavia no que tange ao investimentos aplicados a área de C&T, existe uma discordância dos atores participantes desse processo com os documentos oficiais, onde os primeiros relatam

pouco ou nenhum investimento, entretanto a documentação por eles produzida, descreve amplo apoio e investimento.

Outro fator que poderia ter causado tão grande evasão poderia ter sido a morosidade e atraso na certificação do curso no nível de mestrado, junto à CAPES, conforme apresentado também no item 3.2. Talvez o status de curso livre nos seus quase dez primeiros anos de funcionamento não fosse atrativo para os profissionais que ali buscavam a titulação e a docência, visto que na década de 70, ocorreu o *boom* dos cursos de graduação e pós-graduação no país. O idioma também pode ter corroborado com a saída dos discentes, visto que grande parte do conteúdo fora, nesse primeiro momento, oferecido no idioma inglês.

Um ultimo fator que possivelmente pode ter consolidado tal evasão, foi o nível de capacitação do corpo docente nacional. Vale lembrar que em suas primeiras edições, o programa contou com a participação de inúmeros pesquisadores e professores de grande expressão no exterior como Tefko Saracevic, Wilfrid Lancaster, LaVahn Marie Overmyer, Bert Roy Boyce, Jack Mills, Derek Langridge, John Joseph Eyre, Engetraut Dahlberg, Suman Datta, além de Derek de Solla Price. Todavia, conforme apontado por Maria Lucia Garcez (CNPQ, 1978, p. 35) em seu relatório a CNPQ, no ano de 1978^o corpo docente do IBICT era formado por onze (11) docentes, dos quais um (1) possui doutorado, um (1) em andamento, cinco (5) mestres e quatro (4) professores com outra qualificação. Já o programa da UFMG, no mesmo ano, também contava com o mesmo numero de docentes, sendo destes dois (2) doutores, dois (2) doutorandos, quatro (4) mestres e um professor com livre docência. A UNB contava com nove (9) docentes, sendo dois (2) doutores, três (3) doutorandos, um (1) mestre e um profissional com livre qualificação.

Destacamos aqui que o processo de compreensão da evasão pode ser um tanto subjetivo, se ausente a formalização dos dados. Apresentamos acima, somente hipóteses que, ao nosso ver, se cristalizam como plausíveis em nossa análise, mas que no entretanto, podem não representar a realidade. E ainda, o importante papel das mulheres no surgimento e desenvolvimento da área científica da CI no país, onde quinze (15) dos dezenove (19) professores e pesquisadores do quadro fco do Ibict na década de 70, eram mulheres.

Na análise dos documentos fundadores do IBBD e no trabalho de aproximação de representação do contexto temporal de sua criação, identificamos uma espécie de distopia acerca do espólio do IBBD, pela memória de origem da CI

no Brasil. Os atores participantes desse processo apresentam, nas entrevistas, perspectivas distintas sobre a memória política do IBBD e da CI no Brasil, na figura das instituições e de alguns atores que lá orbitaram e que auxiliaram na construção dessas instituições e de suas memórias institucionais. Outro fator perspectível em nosso trajeto, foi a ausência de pesquisa histórica sobre a área da CI no Brasil. Ressaltamos que ainda hoje, notamos que o idioma pode caracterizar um problema para o desenvolvimento da área.

Notamos que os interesses do capital intelectual, está ligado à participação originária, mas devido à ausência de uma memória sobre o campo, não podemos fazer tal afirmação. Talvez exista uma espécie de ausência de motivação política para a disponibilização dessa memória, o que, ao nosso ver, ocorre por conta do imediatismo e do atual sistema produtivista do país, ligado às áreas de pesquisa científica. Durante nossa pesquisa, identificamos um personagem, que se apresentou a partir de escritos dele e sobre ele, como fundamental para a criação dos institutos de informação no Brasil. Pouco apontado na literatura da CI, Luiz Simões Lopes, criou o DASP e a FGV, incorporando os serviços do primeiro ao segundo após sua extinção. Ele teve um papel significativo na capacitação e na estruturação dos serviços ligados à Bibliografia e à Documentação desde 1950, apoiando a precursora do DASP, Sylvia Queiroz, e posteriormente a sua irmã e sucessora, Lydia Sambaquy Queiroz.

Outro critério que compôs a dimensão social da construção profissional do bibliotecário no século XXI, foi creditar à informação um elemento de poder, que embasou a criação de sistemas, políticas, programas e ações, como o SNICT, PBDCT, PND e até os institutos de informação propriamente ditos, que possuíam o papel de capacitação dos recursos humanos para viabilizar seu funcionamento e sua implementação.

Assim, esta dimensão social do projeto governamental de desenvolvimento nacional está atrelada à composição da identidade desse profissional bibliotecário, quando a informação, desde as grandes guerras, se tornou um elemento central na discussão de poder. A informação foi o elo e a peça motriz na criação desses institutos, bem como de suas políticas. No que concerne ao desenvolvimento das políticas de informação no Brasil, notamos a ausência de uma política que norteasse o funcionamento e a existência dos centros e unidades ligados à informação. Faz parte a natureza de uma política pública ser explícita, declarada e não percebemos

uma nitidez nas diretrizes apontadas a partir dos documentos fundadores. Vimos a existência de inúmeros sistemas, que tinham como mote a implantação da política nacional, que em nenhum momento foi apontada de forma suficiente definida para nossa compreensão.

Quanto aos fatores culturais que permearam a criação do IBBD e do IBICT, e que compuseram a construção da identidade do profissional da informação em Biblioteconomia, esses se mostraram ligados à questão tecnológica. Os avanços relacionados à globalização nos direcionam ao entendimento de como nossa identidade tende a homogeneizar-se a partir dos símbolos de representação social e cultural, importados a cada instante. Vemos que o futuro está relacionado diretamente com as aplicações tecnológicas que envolvem a produção, estocagem, tradução, disseminação e uso das informações: uma cultura moldada sobre uma rede digital onde os produtos e informações apresentados são cada vez mais commoditizados.

Hoje a questão da memória se faz cada vez mais presente. Afinal, como compreender e se aproximar do processo de construção dessa identidade profissional, abandonando o principal atributo de construção identitário: a representação que os sujeitos fazem de si e como se vêem ao longo do espaço/tempo a partir de recursos historiográficos e de memória?

Por fim, acreditamos que este estudo, mesmo após longa discussão e análise, não foi suficiente para nos aproximarmos do objetivo desse estudo, que teve como proposta, apresentar o contexto de criação do IBBD e de seu sucessor IBICT, devido à ausência de memória da área, bem como da disponibilização do fundo histórico do IBBD em sua completude. Mesmo com esses limites, acreditamos ter, senão avançado, pelo menos recolocado essas questões na atualidade das discussões acadêmicas sobre as origens e o futuro do profissional bibliotecário no Brasil.

Com o desenvolvimento do Projeto Memórias Científicas da CI no Brasil, coordenado pelo Professor Doutor Ricardo Pimenta, nosso orientador, esta aproximação se tornará mais fácil. Esse projeto “atividade de produção de fontes e referências por meio da História Oral voltado para os atores sociais que construíram e ainda compõem o cenário da Ciência da Informação no Brasil” (IMeS, 2017).

Acreditamos ainda, que um novo estudo mais exaustivo sobre as políticas de informação que fundamentaram a criação desses institutos seria necessário. Assim, deixamos aqui algumas inquietações para que, algum dia, um novo sonhador possa

percorrer o passado a fim de tentar se aproximar dessa história tão rica. Esperamos que tal sequência possa, de fato, alicerçar nosso hoje e os próximos sonhos que virão.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL. **Missão**. 201-. Disponível em: <http://www.abdf.org.br/index.php/institucional/missao.html>. Acesso em: 10 maio 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCACAO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Relação de cursos. 201-. Disponível em: <http://www.abecin.org.br/relacao-de-cursos/>. Acesso em: 10 maio 2017.

AGLIETTA, Michel. **Regulation et crises du capitalisme**. Paris: Editions Odile Jacob, 1976.

AGUIAR, Afrânio Carvalho. Coordenação de uma rede nacional de informação em ciência e tecnologia: um plano prioritário do IBICT. **Ciência da Informação**, v.9, n.1, p.83-88, 1980.

_____. **Informação, saber vivo e trabalho imaterial**. In: ALBAGLI, Sarita (Org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, 2013, Cap. 5.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. Informação, poder e política: a partir do Sul, para além do Sul. In: _____. **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de Almeida. Profissional da informação: entre o espírito e a produção. In: VALENTIM, Marta Pomim (Org.). **Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Ed. Polis, 2000. Cap. 2, p. 31-51.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

ANGELIN, Paulo Eduardo. Profissionalismo e profissão: teorias sociológicas e o processo de profissionalização no Brasil. **Revista Espaço de Dialogo e Desconexão**, v.3, n.1, jul. / dez. 2010. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/viewFile/4390/3895%3E>. Acesso em: 12 maio 2017

ARAUJO, Carlos Alberto Avila. Políticas de informação em centros de memória universitários: questões praticas e implicações epistemológicas. In: **GESTAO da Memoria** (RONCAGLIO, CYNTIA; SIMEAO, Elmira (Org.)). Brasília: UnB, 2016.

ARIENTI, Wagner Leal. Teorias da regulação capitalista, objeto e método: além do economicismo, estruturalismo e funcionalismo. **Textos de Economia**, v. 9, p. 38-60, 2006.

ASSIS, Taina Batista; ALVAREZ, Lilian maria Araújo de Rezende. A biblioteca do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a disseminação das atividades em ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, DF, v.8 n.1, p.32-41, jul. /dez., 2014. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/viewFile/3024/2765>>. Acesso em 03 dez. 2016.

BARBER, Bernard. **Constructing the social system**. New Brunswick, New Jersey (EUA): Transaction Publishers, 1993.

BARBOSA, M. L. O. As profissões no Brasil e sua sociologia. **Dados**, v. 46, n. 3, p. 593-607, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26342718_As_profissoes_no_Brasil_e_sua_sociologia. Acesso em: 19 nov. 2016.

BARRETO, A. de A. **A questão da informação**. São Paulo em Perspectiva, v. 8, n. 4, p. 3-8, 1994.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BERLINCK, Manoel Tosta; SANT'ANNA, Vanya M. A evasão de cérebros brasileiros para os Estados Unidos da América análise da situação sugestões para uma política de retorno. **Revista Administração e Empresa**, v. 12, n. 2, p.13-23, abr./jun. 1972. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v12n2/v12n2a02.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

BERQUE, Jacques. Qu'est-ce qu'une identite collective? In: **ECHANGES et communications, Melanges offerts a Claude Levi-Strauss**, reunis par J. Pouillon et P. Miranda, t.1. Paris –La haye: Mouton, 1970.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez & Latino**: aulico, anatomico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **FUNTEC**: 10 anos de pesquisa. Rio de Janeiro: BNDES, 1974.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 13. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2007.

BORDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-81

_____. Algumas propriedades do campo In: _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

_____. Espíritos do Estado: gênese estrutura do campo burocrático. In: _____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, São Paulo: Ed. Papirus, 1996.

_____. **As regras da Arte**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

_____. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk; São Paulo: Edusp, 2008.

BRAMAN, Sandra. A economia representacional e o regime global da política de informação. In: MACIEL, M.L.; ALBAGLI, S. (Org). **Informação, conhecimento e poder**: mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BRANDAO, Maria D. Azevedo R. Programas e currículos de pós-graduação; uma tentativa de definição. **Universitas**, n. 8/9: p. 159-73, jan. /ago. 1971.

BRASIL. **Classificação Brasileira de Ocupações CBO**: Bibliotecário. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. **Decreto N. 56.725, de 16 de agosto de 1965**. Disponível em: <http://www.crb7.org.br/Legislacao/Decreto-56725-16agosto1965.pdf>. Acesso em: 12 maio 2017.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 jul. 2016.

_____. Decreto-lei nº 579, de 30 de julho de 1938. Organiza o Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Seção 1. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930->

1939/decreto-lei-579-30-julho-1938-350919-publicacaooriginal-126972-pe.html>. Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-norma-pe.html>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

_____. Decreto 14.343, de 7 de setembro de 1920. Institui a Universidade do Rio de Janeiro. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <www.procuradoria.ufrj.br/legislacao-1/legislacao-da-ufrj/decreto-no-14-343>. Acesso em: 18 jun. 2016.

_____. Lei nº 1310, de 15 de janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências. **Lex**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1310.htm>. Acesso em: 22 ago. 2016.

BREWSTER, Smith M. **The social psychology of political life**. Belmont, Duxbury Press, Wadsworth, 1972. p. 40-41.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **CAPES, 50 anos**: depoimentos ao CPDOC/FGV (Org.) Marieta de Moraes Ferreira & Regina da Luz Moreira. Brasília: DF: CAPES, 2002.

_____. **Plataforma Sucupira**. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativos.jsf?areaAvaliacao=31&areaConhecimento=60700009>>. Acesso em: 1 maio 2017.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.2).

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus Editora, 2000.

CHEBEL. Malek. **La formation de l'identite politique**. Paris: Petite Bibliotheque Payot, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Relatório de atividades do IBBD**. Rio de Janeiro, 1960.

_____. **Análise e conceituação de um Centro Brasileiro de Bibliografia e Informação Técnico Científica (CBICT)**. Rio de Janeiro, 1975.

_____. **Diretrizes básicas para a implantação do Sistema Nacional de Informação Científica, SNICT**. Documento elaborado pela Comissão de Redação do Grupo de Trabalho do SNICT, abril 1973. Rio de Janeiro, 1973.

_____. **Designação n.20-100.000-01/76** (Diretor do IBICT). Rio de Janeiro, 1976.

_____. **Projeto CBICT**. Rio de Janeiro, 1976.

_____. Resolução Executiva 20/76. Criação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT. Rio de Janeiro, 1976.

_____. **Avaliação e perspectivas**: ciência da informação, biblioteconomia e arquivologia. Brasília, 1978.

_____. **Informação Científica e Tecnológica**. (Elaboração de Maria Lúcia Garcez -Consultora). Rio de Janeiro, 1979.

_____; et al. Comissão de Convênio. A pós-graduação em ciência da informação na UFRJ. **Ciência da informação**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 112-24, jul./dez. 1987.

COBLANS, Herbert. National Bibliographical Centre in Brazil. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 19, n. 1, p.91-101, jan./jun. 1990. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/380/380>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

CPDOC (Rio de Janeiro). FGV (Ed.). **Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945)**: Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). 2015. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/DASP>>. Acesso em: 01 ago. 2016

CRB-7. **Regimento Interno**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.crb7.org.br/PDF/2011/RegimentoInterno.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2016.

CRIPPA, Giulia. Memória: geografias culturais entre história e ciência da informação. IN: MARANON, Eduardo Ismael Murguia (Org.). **Memória**: um diálogo para Arquivos, Bibliotecas e Museus. São Paulo: Compacta, 2010.

CHRISTOVÃO, Heloisa Tardin. A Ciência da Informação no contexto da pós-graduação do IBICT. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/607/609>. Acesso em: 12 abr. 2017.

CRONIN, Blaise. Esquemas conceituais e estratégicos para a gerência da informação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 19, n. 2, p. 195-220, Set 1990. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000001446/02be303c27c434d08dec70b8997d6391>. Acesso em: 19 jun. 2016.

CUNHA, Miriam Vieira; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões da informação. In: VALENTIM, Marta Lúcia (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. Cap. 2, p. 39-54.

CUNHA, Murilo Bastos. O bibliotecário brasileiro na atualidade. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, set. 1976.

DAGNINO, Renato; DIAS, Rafael. A política de C&T Brasileira: três alternativas de explicação e orientação. **Revista Brasileira de Inovação**. Rio de Janeiro, n. 6, jul./dez., 2007.

DINIZ, M. **Os donos do saber**: profissões e monopólios profissionais. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

DIRETRIZES Básicas para a implantação do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT). **Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, p.69-72, 1973. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/26>. Acesso em: 14 fev. 2017.

DUBAR, C. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. Trajetórias sociais e formas indenitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação & Sociedade**, SP, v. 19, n. 62, p. 13-30, abr. 1998.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed. UnB, 2001.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patrono público brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1958.

MANUEL FERNANDÉZ. J. **La noción de violencia simbólica en la obra de Pierre Bourdieu**: una aproximación crítica. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/CUTS/article/viewFile/CUTS0505110007A/7582>. Acesso em: 9 mayo 2016.

FOSKETT, D.J. et al. **Ciência da Informação ou Informática?**. Rio de Janeiro: Calunga, 1980.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento das prisões**. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

_____. Le jeu de Michel Foucault: entretien avec D. Colas; A. Grosrichard; G. Le Gaufrey; J. Livi; G. Miller; J. A. Miller; C. Millor e G. Wajeman. Ornicar? **Bulletin Périodique du champ freudien**, n.10, jul. 1977. p. 62-93. Disponível em: <[1libertaire.free.fr/MFoucault158.html](http://libertaire.free.fr/MFoucault158.html)>. Acesso em: 14 fev. 2017.

_____. Sobre a história da sexualidade. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243-27.

FREIDSON, E. Para uma análise comparativa das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 11, n.31, p.141-154, jun. 1996. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_08.htm. Acesso em: 21 jan. 2017.

_____. **Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política**. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. The changing nature of professional control. **Annual Review of Sociology**, v. 10, n. 1, p. 1-20, 1984.

FREITAG, Bárbara. Prefácio. In; MOREL, Regina. **Ciência e Estado: a política científica no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE/ASSOCIATION CANADIENNE DES SCIENCES DE L'INFORMATION, 23., 1995, Edmonton. **Electronic proceedings...** Disponível em <http://www.cais-acsi.ca/1995proceedings.htm> ou em <http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/actor.htm>. Acesso em: 20 set. 2016.

GOMES, Hagar de Espanha. Diretrizes básicas para a implantação do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnologia (SNICT). **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, 1973. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/26/26>. Acesso em: 03 fev. 2017.

_____. Experiência do IBBD em programas de pós-graduação. **Revista da Escola Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 13-26, mar. 1974.

_____; ZAHER, Celia Ribeiro. A experiência do IBBD na preparação de cientistas da informação. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO SOBRE PREPARAÇÃO DE CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO, 1., 1972, México. **Anais...** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1972. P. 315- 323.

GÓMEZ DE GONZÁLEZ, Maria Néida. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, n. 1, p. 67-93, abr. 1999.

_____. **A configuração temática de Ciência da Informação no currículo dos cursos do IBICT**: estudo do caso. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). UFRJ/ECO, CNPq/IBICT, Rio de Janeiro, 1982.

_____. Globalização e os novos espaços da informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.8-22, jan./abr. 2002.

_____. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, v.31, n.1, p.27-40, 2009.

_____. Regime de Informação: a construção de um conceito. **Informação e Sociedade**. v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376/8576>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

GOODE, W. J. Community within a community: the professions. **American Sociological Review**, v. 22, n. 2, p. 194-200, apr. 1957.

_____. Encroachment, charlatanism, and the emerging profession: psychology, sociology, and medicine. **American Sociological Review**, v. 25, n. 6, p. 902-914, dec. 1960.

GOUVEA, Fernando César Ferreira. A institucionalização da pós-graduação no Brasil: o primeiro decênio da Capes (1951-1961). **REVISTA BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO**. v. 9, n. 17, p. 373 - 397, julho de 2012. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/viewFile/312/294> >. Acesso em 01 ago. 2016.

GYARMATI, G. The doctrine of the professions: basis of a power structure. **International Social Science Journal**, v. 27, n. 4, p. 629-654, Nov. 1975.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HAUG, M. R. The deprofessionalization of everyone? **Sociological Focus**, Cincinnati, v. 8, n. 3, p. 197-213, agu. 1975. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2010/12/pdf_55cc575a2c_0013996.pdf>. Acesso em: 12 maio 2017.

HOWLETT, Michel; RAMESH, M. **Studying public policy: policy cycles and policy subsystems**. Canada: Oxford University Press, 1995.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO. **Ata da primeira (1ª.) reunião do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação realizada em 5 de abril de 1954**. Rio de Janeiro, 1954.

_____. **O IBBD e os Serviços que se propõe a prestar**. Rio de Janeiro, 1957.

_____. **Plano de Trabalho para o ano de 1961-1965**. Rio de Janeiro, 1961.

_____. **Projeto do Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT)**. Rio de Janeiro, 1976.

_____. **Relatório Memoria**. Rio de Janeiro, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Divisão de Ensino e Pesquisa. **Programação de pós Graduação – Mestrado em Ciência da Informação, (Programa de Curso)**. Rio de Janeiro: IBICT, 1982.

_____. **Relatório de atividades; (1975-1979)**. Rio de Janeiro, 1980).

_____. **Relatório de atividades; 1978**. Rio de Janeiro, 1978.

_____. **Página institucional**. 2016. Disponível em: <<http://www.ibict.br>>. Acesso em: 13 maio 2017.

_____. **Portal do Livro Aberto em Ciência, Tecnologia e Inovação (PLACT&I)**. 2016. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/>>. Acesso em: ago. 2016.

INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E SOCIEDADE. **Memórias Científicas**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.memoriaesociedade.ibict.br/memorias-cientificas/>. Acesso em: 10 out. 2017.

JAPIASSU, Hilton. A epistemologia do “novo espírito científico”: da criação científica ou da razão aberta. **Folhetim da Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1º de julho de 1984. p. 3-5.

_____. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro, Imago, 1976. (Logoteca).

JARDIM, Jose Maria; SILVA, Sergio Conde Albite da; NHARRELUGA, Rafael Simone. Analise de politicas publicas: uma abordagem em direção as politicas publicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.14, n.1, p.2-22, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n1/v14n1a02.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2016.

JEDLOWSKI. Paolo. Memoria e a midia: uma perspectiva sociologica. In: **MEMORIA, Imaginario e Representacoes Sociais** (SÁ, Celso Pereira de (Org.)). Rio de Janeiro, Museu da Republica, 2005.

JOHNSON, Terence J. **Professions and power**. studies in sociology. London: Macmilan, 1972.

KERR, Marta M. Processo de transformação das políticas de informação no estado informacional. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.3, n.1, p.113-126, jan./dez., 2010.

KRASNER, Stephen. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. **Revista Sociologia Política**, v. 20, n. 42, p. 93-110, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n42/08.pdf>. Acesso em: 18 maio 2016.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.

LAKOFF, Andrew; COLLIER, Stephen. On Regimes of Living. In: **GLOBAL assemblages: technology, politics, and ethics as anthropological problems**. Malden (USA): BLACKWELL Publisng Ltd, 2005. P. 22 – 39

LANCASTER, F. W. Plano para a coleta de dados para a construção de um conjunto de indicadores estatísticos da comunicação científica e tecnológica no Brasil. In: IBICT. **Estudos de indicadores da comunicação científica e tecnológica**. Rio de Janeiro, 1978.

LARSON, M.S. **The rise of professionalism: a sociological analysis**. Berkeley: University of California, 1977.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade fora**. São Paulo: UNESP, 2000.

LE GOFF, George. **Para uma outra idade média: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente**. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita (Org.). **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

MAGNANI, M.C. B; PINHEIRO, Marta Macedo. “Regime” e “Informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, v. 7, p. 593-610, 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/14910>. Acesso em: 23 jul. 2016.

MARAZZI, Christian. **O lugar das meias: a virada linguística da economia e seus efeitos sobre a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARCIANO, João Luiz Pereira. Bases teóricas para a formulação de políticas de informação. **Informação e Sociedade:Est.**, v.16, n.2, p.37-50, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/issue/view/46/showToc>. Acesso em: 06 ago. 2016.

MARTELETO, R. M. A Ciência da Informação no Brasil: marcos institucionais, cenários e perspectivas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. esp., p.19-40, 2009. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/915/605>. Acesso em: 30 de abr. 2016.

_____. Informação, rede e redes sociais: fundamentos e transversalidades. **Informação e Informação**, v. 12, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1785/1521>>. Acesso em: 08 ago. 2015.

MARTINS, Eduardo Vieira. O contexto político e o discurso da ciência da informação no Brasil: uma análise a partir do IBICT. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 1, p. 91-100, jan./abr., 2004.

MARX, Karl. **O Capital**. 3. ed. São Paulo, Nova Cultura, 1985. V. 1.

MATTERLART, Armand. **Sociedade do Conhecimento e controle da informação e da comunicação**. Disponível em: <http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/ArmandMattelartPortugues.pdf>. 2005. Acesso em: 08 ago. 2015.

MATTOS, Rosale; PIQUET, Rodrigo; LEITE, Bruno F. **Celia Zaher: entrevista** [mar. 2017]. Entrevista concedida ao Projeto Memórias Científicas: História Oral da Ciência da Informação no Brasil. Disponível em: <http://www.memoriaesociedade.ibict.br/grupo-imesibict-realiza-nova-entrevista-para-memoria-da-c-i-no-brasil/>>. Acesso em: 15 maio 2017.

MENEGUETTI, Gustavo. **Profissões e identidades profissionais um estudo sobre teorias e conceitos nas ciências sociais e no serviço social**. 2009. Mestrado em Serviço Social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92206/263942.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 dez. 2016.

MINAYO, Cecília; ASSIS, S.G.; SOUZA E. R (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005.

MIRANDA, Antonio. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ciência da Informação**, v.29, n.2, p.78-88, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a10v29n2.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2016.

MONTAGNER, M. A.; MONTAGNER, M. I. . A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura. **Tempus**: v. 5, p. 255-273, 2011. Disponível em: <http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/979/919>. Acesso em 11 de abr. 2016.

MOREL, R. L. M. **Ciência e Estado: a política científica no Brasil**. São Paulo: T.A.QUEIROZ, 1979.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAMER. Gérard. **Mémoire et société**. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.

NEVES, Teodora Marly Gomes de. **História e temática do Curso de mestrado em ciência da informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia**. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), UFRJ/ ECO, CNPq/ IBICT, Rio de Janeiro, 1992.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. v. 10, p. 7-28, 1993.

ODDONE, Nanci. **Ciência da Informação em perspectiva histórica: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930- 1970)**. Rio de Janeiro, 2004. 157 fls. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – IBICT/UFRJ/ECO, 2004. Disponível em: <<http://biblioteca.ibict.br/phl8/anexos/oddone2004.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2016.

_____. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil. **Ciência da Informação**, v.35, n.1, p.45-56, jan./abr., 2006.

ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

PARSONS, T. Estructura social y proceso dinámico: el caso de la práctica médica moderna. In: PARSONS, T. **El sistema social**. Madrid: Alianza Editorial, 1982. P. 399-444.

_____. The professions and social structure. **Social Forces**, North Carolina, v. 17, n. 4, p. 457-467, may 1939.

PARSONS, Wine. **Public policy**. An introduction to the theory and practice of policy analysis. Northampton, MA: Edward Elgar, 1995.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. **Revista Faculdade de Educação**, v.22, n.2, p.72-89, jul./dez. 1996.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Cenário da pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil, influências e tendências. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 8., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** 2007.

_____. Gênese da ciência da informação: os sinais enunciadores da nova área. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (Org.). **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2002. p. 87-99.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Políticas públicas de C&T, ICT e de pós-graduação e o surgimento da ciência da informação no Brasil. **Revista de Cultura do Pará**, Belém, v. 16, n. 1, p.93-130, jun. 2005. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/handle/123456789/29>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

_____. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/_repositorio/2010/03/pdf_28e741d75e_0008890.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2016.

RANGEL, Thayron; ISHIKAWA, Tatiana. A departamentalização da vigilância, de João Goulart à Dilma Rousseff: uma perspectiva historiográfica aplicada ao âmbito informacional. SIMPÓSIO INTERNACIONAL LAVITS, III: VIGILÂNCIA, TECNOPOLÍTICAS, TERRITÓRIOS. 3. , **Anais eletrônicos**. 2015. P. 652- 666. ISSN 2175-9596.

RATTNER, Henrique. Aspectos da política tecnologia nos países da América Latina. **Revista Administração e Empresas**, Rio de Janeiro, 1981. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v21n3/v21n3a02.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2017.

REIS, Daniel Aarão. A vida política. In: _____. **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010** (Org.) Rio de Janeiro: Objetiva; Madri: Fundación Mapfre, 2014.

RODRIGUES, M. L. **Sociologia das profissões**. 2. ed. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2002.

SÁ, Ivan Coelho de. História e Memória do Curso de Museologia: do MHN à UNIRIO. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 39, 2007, p. 10-48.

_____. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Acervo**, v. 26, 2013, p. 31-58.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. **O IBBD e os serviços que se propõe a prestar**. Rio de Janeiro: IBBD, 1957. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1003/1/SAMBAQUY.%20O%20IBBD%20eos%20servi%C3%A7os%20que%20se%20prop%C3%B5em%20a%20prestar.pdf> . Acesso em: 15 maio 2017.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. razão e emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SANTOS, Plácida L. V. A. da Costa; CARVALHO, Angela Maria G. Sociedade da informação: avanços e retrocessos no acesso e no uso da informação. **Informação e Sociedade**: Est. , v. 19, n.1, p. 45-55, jan./abr. 2009.

SARACEVIC, Tefko. Educação em Ciência da Informação na década de 1980. **Ciência da Informação**, v. 7, n. 1 p. 3-12, 1978. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/1782/2687>. Acesso em: 21 mar. 2016.

SETZER, Valdemar W. **Dado, informação, conhecimento e competência**. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez99/Art_01.htm>. Acesso em: 03 mar. 2016.

SHERA, Jesse H., CLEVELAND, Donald B. History and foundations of Information Science. **ARIST Annual Review of Information Science and Technology**, v. 12, p. 249-275, 1977.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. O Brasil no Mundo. In REIS, Daniao Aarao. **Modernizacao, Ditadura e Democracia: 1964-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da; RANGEL; T. R. **Lena Vania Ribeiro Pinheiro**: entrevista [out. 2016]. Entrevista concedida ao Projeto Memórias Científicas: História Oral da Ciência da Informação no Brasil. Disponível em: <<http://www.memoriascientificas.ibict.br/2017/01/10/lena-vania-ribeiro-pinheiro/>>. Acesso em: 10 jan. 2017. Rio de Janeiro: IBICT-RJ, 2016.

SILVA, Luiz Antônio Gonçalves da. **A institucionalização das atividades de informação científica e tecnológica no Brasil**: o caso do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). 1987. 226 fls. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade de Brasília, , Departamento de Biblioteconomia, 1987.

SILVA, Suely Braga da (Org.). **Luiz Simões Lopes**: fragmentos de memória. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

SILVA, Terezinha Elisabeth da. Política de informação na pós-modernidade: reflexões sobre o caso do Brasil. **Revista Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v.1, n.1, 1991.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade. In: HALL, Stuart; SILVA, SILVA, Tomaz Tadeu da . **Identidade e diferenca**. Petropolis: Vozes, 2004.

SINDICATO DOS BIBLIOTECÁRIOS DO RIO DE JANEIRO. **Estatuto**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.sindibrj.org.br/index.php/2012-10-26-00-38-31/estatuto>. Acesso em: 19 jul. 2017.

SMITH, Adam. **The nature and causes of the wealth of nations**. London: Cadele, 1811, v. IV, p.42.

SMITH, K. B. Typologies, taxonomies, and the benefits of policy classification. **Policy Studies Journal**, v. 30, n. 3, p. 379–395, Aug. 2002.

SNICT. Diretrizes básicas para a implantação do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT). **Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, p. 69-72, 1973.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 19 jul. 2015.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **O discurso construído no Brasil sobre o ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação**: processo sócio-histórico e

seus desdobramentos, a partir dos documentos da ABEBD. Florianópolis, 2006. Relatório de Pesquisa desenvolvida com apoio financeiro do CNPq - Processo nº 401507/04-1, de junho de 2005 a junho de 2006.

TARAPANOFF, Kira. A política científica e tecnológica no Brasil: o papel do IBICT. **Ciência da Informação**, v. 21, n. 2, p. 149-158, maio/ago. 1992. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/452>. Acesso em: 22 jan. 2017.

TASSEY, Gregory. Policy issues for R&D investment in a knowledge-based economy. **Journal of Technology Transfer**, v. 29, n. 2, p.153-185, apr. 2004. Disponível em: <<http://www.nist.gov/director/planning/upload/investment-JTT-2004.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

TEIXEIRA, A. A administração pública brasileira e a educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 25, n. 63, p. 03-23, 1956.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora UFPB, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Escolas de Biblioteconomia**. Disponível em: <http://www.ufpa.br/biblio/02/index.php?option=com_content&view=article&id=29&Itemid=46>. Acesso em: 12 maio 2017.

UNESCO. Centre Bibliographique National au Bresil. **Programme normal de l'Unesco, Projet**. Paris, [195-].

_____. **Constitución de la UNESCO**. 1945. Disponível em: <http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=15244&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 22 ago. 2016.

_____. **A chronology of UNESCO: 1947-1987**. 1987. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000790/079049eb.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Chronos**: publicação cultural da UNIRIO, v. 1, n. 10, 2009. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2015. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/eb/arquivos/Chronos-Biblioteconomia%20.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

VELHO, Lea. Conceitos de ciência e a política científica, tecnológica e de inovação. **Sociologias**, v. 13, n. 26, p. 128-153, jan/abr 201.

WAHRLICH, Beatriz M. de Souza. **Reforma administrativa na Era Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

WEBER, Max. "**A Política como vocação**". Em *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1993, P. 55-69; 104-124.

_____. **O que é burocracia**. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2015. Disponível em: <http://www.cfa.org.br/servicos/publicacoes/o-que-e-a-burocracia/livro_burocracia_diagramacao_final.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2016.

_____. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: CAMPOS, Edmundo (Org.). **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro, Zahar Editôres, 1966, p. 16. 48.

WEITZEL, Simone R. Origem e fundamentos do processo de desenvolvimento de coleções no Brasil: estudo de caso da Biblioteca Nacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Ideia Editora, 2009. p. 1900-1919.

_____. Os cursos de graduação em biblioteconomia da Escola Centenária da UNIRIO: tradição e inovação. In: ENCUESTRO DE DIRECTORES y DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 9. , 2012. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://rbm.eubca.edu.uy/sites/default/files/text/Ponencia%2055%20-%20Weitzel%2C%20Simone.pdf>>. Acesso em: 6 maio. 2017.

WOODWARD, K. Questions of identity. In: _____. (Ed.). **Questioning Identity: Gender Class, Ethnicity**. Londres, Routledge, 2004.

ANEXO A – Premissas para Criação do Centro de Bibliografia Científica

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

CENTRO BIBLIOGRAFIA CIENTÍFICA

Premissas

Conforme entendimentos iniciados com os Srs. Paulo B. Carneiro e Cezar Lattes em 12/50 e Adsesheah em 11/51, a Fundação criaria, em cooperação com a UNESCO, um Centro Brasileiro de Documentação Científica.

As responsabilidades de tal centro seriam:

- 1) (*)
 - 2) Manter um serviço de informação sobre existência de periódicos nas bibliotecas dos centros de estudos científicos do D.Federal, S.Paulo e adjacências.
 - 3) Manter um dia tanto quanto possível em dia e completas as coleções de periódicos dos tais centros.
 - 4) Fornecer, ou providenciar o fornecimento em original ou em microfilme, da documentação periódica que lhe for solicitada pelos pesquisadores.
 - 5) Catalogar analiticamente as revistas científicas brasileiras procurando o preparo de resumos, através de especialistas dos órgãos de estudos específicos.
 - 6) Traduzir os artigos escritos em língua estrangeira, conforme as requisições que forem feitas.
 - 7) Centro Latino Americano de Documentação Científica (México), para o qual enviaria o material catalogado e resumido.
- (*) 1) Promover a coordenação da documentação periódica na área a ser alcançada (D.Federal, S.Paulo e adjacências)
- A UNESCO assumiu os seguintes compromissos:
- 1) US\$ 2 500.00 para aparelhagem de microfilme e para completar coleções de periódicos
 - 2) Assistência técnica na organização do serviço
 - 3) Auxílio à manutenção, em pessoal.

MT
11/51

MT
11/51

ANEXO B – Ofício 318

P. R. — CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

Of. 318

Em 4 de março de 1952 ^{ahil}

Excelentíssimo Senhor Presidente:

O Dr. Paulo Carneiro, delegado do Brasil junto à UNESCO, teve oportunidade de entrar em contacto com Este Conselho, em dezembro do ano passado, a respeito da criação, mediante cooperação da UNESCO e de instituições brasileiras, de um centro nacional de bibliografia, assunto no qual está interessada essa Fundação.

2. Este Conselho tem projeto de iniciar em futuro próximo suas atividades no campo da bibliografia científica brasileira, em obediência ao disposto no artigo 7º de seu regulamento, do texto seguinte: "O C.N.Fq. promoverá um intercâmbio de informações bibliográficas pelos meios mais adequados, auxiliará o desenvolvimento das bibliotecas dos institutos de pesquisa e promoverá a formação de bibliotecas especializadas onde julgar conveniente".

3. Assim, caso venham a ter prosseguimento satisfatório os entendimentos já iniciados para a criação do referido centro bibliográfico, Este Conselho terá grande interesse em parti-

Ao Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Sinões Lopes
DD, Presidente da Fundação Getúlio Vargas
Praça do Botafogo 86
Rio de Janeiro, D.F.

OM/MC.

P. R. — CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

/1952/2.

participar das negociações, com o objetivo de oferecer colaboração no que diz respeito à bibliografia científica e o intercâmbio de documentação científica.

Sirvo-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e consideração.

Armando Dubois Ferreira -
Presidente em exercício

ANECO C – Carta 223



CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS
AVENIDA MARECHAL CÂMARA, 950
RIO DE JANEIRO, D. F.

*Parecer do
Prof. Costa
Ribeiro*

C/223

7 de abril de 1952.

~~Departamento de~~
Serviço de Intercâmbio de Catalogação
Ministério da Fazenda, 17º andar, sala 735
Rio de Janeiro, D.F.

Prezada Dona Haydêa:

Junto remeto cópia de ofício hoje dirigido pelo C.N.Pq. à Fundação Getúlio Vargas, a propósito da cooperação com a UNESCO para a criação de um centro de bibliografia.

Cabe acrescentar que, em sessão plenária de 31 de março, o Conselho Deliberativo resolveu aprovar o parecer do Prof. Costa Ribeiro, cuja conclusão é a seguinte:

"... julgo caber apenas ao Conselho Deliberativo manifestar-se em princípio favorável à ideia [da criação do Centro Bibliográfico em cooperação com a UNESCO], ficando o Setor Técnico, em colaboração com o Serviço de Documentação, autorizado a entrar em entendimentos com a Fundação Getúlio Vargas e outras instituições interessadas, no sentido de ser prestado pelo C.N.Pq. a necessária colaboração na parte referente à documentação e bibliografia científica".

Cordialmente,

O. Martins
Octávio A. L. Martins
Diretor técnico

(PROC. 434/52)
OM/eg o.

ANEXO D – Centre Bibliographique National au Bresil (UNESCO)

CENTRE BIBLIOGRAPHIQUE NATIONAL AU BRÉSIL

Annex (2)

C O P I A

(Programme normal de l'UNESCO)

Nota provisoria e pessoal

PROJET

Ce projet doit s'étendre en principe sur une période de cinq ans, pendant laquelle l'UNESCO en aura la direction, fournira une assistance financière, et pendant laquelle également le Centre sera organisé comme expérience-temoin. Après ces cinq années, le Centre sera financé et dirigé exclusivement par le Gouvernement brésilien, à moins que d'autres accords n'interviennent.

Dans les pages suivantes, on a pensé suffisant d'indiquer les grandes lignes des droits premières années.

Première Année (1952)

1. Un membre du Secrétariat se rendra à Rio. Il étudiera le projet avec les personnalités compétentes et les autorités. Il se mettra d'accord avec elles sur les buts à atteindre, et les moyens de les réaliser. Il signera, au nom de l'UNESCO, un accord avec le Gouvernement brésilien dans lequel les contributions respectives du Gouvernement et de l'Unesco seront indiquées avec précision. Aussitôt cet accord signé, les travaux préparatoires seront entrepris sans délai.

2. En ce qui concerne l'Unesco, il faudra:

- Recruter des experts étrangers (directeur, directeur adjoint, technicien)
- Procurer la machine pour la reproduction de fiches et (selon les crédits disponibles) pour la publication des bibliographies (multilith, onco, etc.)
- Procurer une collection limitée d'ouvrages de référence.

3. En ce qui concerne le Brésil, il faudra:

- Mettre en état les locaux choisis.
- Meubler ce locaux du mobilier de bureau nécessaire à un travail bibliographique.
- Recruter des candidats pour les postes qui devront être créés.
- Etablir les contacts avec les institutions qui coopéreront à l'œuvre du Centre ou qui en bénéficieront, et prendre toutes autres mesures nécessaires permettant de démarrer la seconde année sans perte de temps.

4. D'un commun accord, l'Unesco et le Brésil choisiront le candidat auquel sera offerte une bourse et qui devra prendre la place du Directeur étrangers lors de son départ. Si possible, cette bourse sera attribuée dès la première année, avant la mise en train du Centre.

<u>Dépenses</u>	<u>Unesco</u>	<u>Brésil</u>
Voyage d'un membre du Secrétariat de l'Unesco	x	
Machine à reproduire fiches et à mimeographier	x	
Ouvrages de référence	x	
Bourse	x	
Local (mise en état)		x
Mobilier (bureaux, tables, chaises, fauteuils, classeurs, fichiers, machines à écrire)		x

Deuxième Année (1953)

L'activité du Centre sera concentrée pour le début autour de la bibliographie nationale. (Voir la résolution No. 2 de la Conférence bibliographique de novembre 1950, UNESCO/CUA/5) Parmi les bibliographies mentionnées dans cette résolution, on recommande en particulier:

1. Une liste: des ouvrages publiés dans le commerce au Brésil, des publications officielles, des thèses, des cartes et atlas, des publications de sociétés savantes et scientifiques.

- 2 -

2. Un index des articles publiés dans les revues brésiliennes.
 D'autre part, dans le but de développer les travaux bibliographiques dans tout le pays et en étroite liaison avec les No. 1 et 2 mentionnées ci-dessus, il faudra organiser:
3. La distribution de fiches de catalogues correspondant aux bibliographies produites en 1, d'abord gratuitement (6 mois à peu près), ensuite payantes (par abonnement ou à la pièce).
4. La mise en train d'un catalogue collectif de périodiques étrangers et brésiliens possédés par les bibliothèques et centres de documentation.

<u>Dépenses</u>	<u>Unesco</u>	<u>Brésil</u>
<u>Personnel</u>		
Experts étrangers:		
Directeur	x	
Sous-Directeur	x	
Opérateur machine	x	
Voyage d'un membre du Secrétariat pour surveiller le projet	x	
Recruté sur place:		
Professionnels (catalogues, indexeurs, etc.)		x
Nom-professionnels (secrétaires, assistants)		x
<u>Fournitures</u>		
Fourniture de bureau		x
Papier pour publications		x
Livres et périodiques (ceux qu'il aura été impossible d'obtenir gratuitement)	x	
<u>Distribution des publications</u>		
Entretien des locaux et frais généraux		x

Troisième Année (1954)

1. Continuation et extension des travaux entrepris au cours de l'année précédente.
 2. On espère qu'une seconde étape, élargissant les activités du Centre, pourra être entreprise en 1954, grâce peut-être à l'Assistance Technique.
 Il s'agirait de créer un Centre de documentation scientifique et technique, semblable à celui de Mexico. L'importance du Centre ne peut être déterminée dès maintenant.
 Les caractéristiques de cette nouvelle phase seront:

- La préparation et la publication d'analyses de périodiques étrangers scientifiques et techniques.
- L'équipement d'un laboratoire de photocopie et organisation d'un service de reproductions photographiques.
- L'organisation d'un service de renseignements bibliographiques.

<u>Dépenses</u>	<u>Unesco</u>	<u>Brésil</u>
<u>Personnel</u>		
Experts étrangers:		
Directeur	x	
Sous-Directeur	x	
Chef de service d'analyse	x	
Chef du service Bibliographique	x	
Voyage du membre du Secrétariat d l'Unesco	x	

- 3 -

Recruté localement:

Professionnels	<u>Unesco</u>	x	<u>Brésil</u>
Non-professionnels		x	
Collaboration extérieure des spécialités, professeurs, savants, etc.		x	
Traducteurs		x	

Laboratoire de photocopie:

Appareils (prise de vue, développement, lecteurs, etc.)	x
--	---

Produits photographiques	x
--------------------------	---

Dépenses (suite)Fournitures

Fournitures de bureau	x
Papier pour publication	x

<u>Distribution de publications</u>	x
-------------------------------------	---

<u>Entretien des locaux et frais généraux</u>	x
---	---

C Ó P I A

1. PRINCIPE

Des services bibliographiques ont été prévus au titre de l'Assistance Technique (document 4C/9, Paris, Juillet 1949, p. 26, VA). Ce projet a été amplifié pour tenir compte des besoins soulignés par la Conférence Internationale sur l'Analyse de documents scientifiques, réunie à Paris du 20 au 25 juin 1949, et de la recommandation n° 7, NS/SAC/27.

On peut espérer que l'installation d'un petit nombre de services photographiques, 4 ou 5 par le monde entier dans les pays déshérités, satisferait les besoins de tous.

1.1. Services de périodiques et bulletin d'indexages

Pour atteindre ce but, il faudrait que chacun de ces centres bibliographiques régionaux reçoive d'une manière très complète toutes les publications périodiques: revues, rapports de laboratoire, séries de monographies, publiées dans la région au sens large du mot. Dès leur arrivée au centre, ces publications seraient dépouillées, (leur nombre étant très limité, l'ordre de 400 ou 500 au maximum) pour les centres bibliographiques situés dans les pays défavorisés, le travail de dépouillement serait facilement achevé moins de 15 jours après leur arrivée au centre. Pour chaque article, la liste indiquerait la référence bibliographique exacte et ajouterait au besoin un sous-titre, si le titre était insuffisamment explicite. Chaque centre pourrait envoyer immédiatement, par avion aux autres centres bibliographiques déjà installés, les références complètes des publications ainsi reçues.

De plus, chaque centre recevrait les périodiques étrangers les plus importants, environ 1.000 périodiques généraux, 3 ou 4.000 périodiques spécialisés concernant les problèmes posés à l'Assistance technique et les questions connexes, sans doute 4 ou 5.000 périodiques au total. Le centre publierait régulièrement tous les 15 jours ou tous les mois la liste totale des références relevées par lui, y compris les références envoyées par les autres centres.

1.2. Service de reproduction photographique

Au reçu bulletin de références, les usagers pourraient commander des reproductions photographiques, en particulier sur microfilms, des articles intéressants pour eux. Le centre pourrait alors fournir rapidement tous les microfilms, ou même les reproductions photographiques sur papier, des articles publiés dans la région et aussi des articles publiés dans les périodiques du monde les plus importants. Dans les autres cas, le centre bibliographique devrait s'adresser au centre bibliographique correspondant à la région productrice. Cela entraînerait un certain nombre d'échanges de microfilms. Mais dans les cas les plus nombreux, la documentation pourrait être entièrement fournie par le centre entièrement fournie par le centre sollicité initialement.

1.3 Service de consultations bibliographiques.

Pour compléter les services rendus par la bibliothèque, le bulletin des périodiques et les service de reproductions photographiques, on pourrait ajouter un service de consultations bibliographiques. Ce service, on utilise, les bulletins et les périodiques accumulés au Centre, pourrait répondre à des demandes d'informations précises et en particulier établir des bibliographies sur tout sujet demandé.

1.4 Service de traduction

Les centres bibliographiques étant prévus pour des pays où ni l'anglais

- 2 -

C O P I A

ni le français, ni l'allemand ne sont les langues principales, la traduction aait un rôle essentiel.

1.5 En se basant sur le travail fourni par le Centre National de la Recherche Scientifiques a Paris et controle par le fonctionnement d un centre de documentation prive installé l'an dernier dans la region parisienne, on peut estimer qu'il faudrait environ 40 personnes pour le service des periodiques et du bulletin d'indexage, 40 personnes pour le service de reproduction photographique, 10 personnes pour le service de consultations bibliographiques, et 10 personnes pour le service de traduction.

2. Estimation des Frais d'installations2.1. Installation de conduites d'eau et de l'électricité2.2 Mobilier

(Etat hôte):	rayonnages periodiques	\$ 2.000
	10 armoires	1.000
	50 bureaux	2.000
	50 tables	1.000
	80 chaises et fauteuils	1.700
	25 chaises dactylo	250
	20 tabourets de travail	150
	Appareils d'eclairage et de ventilation	1.000
	Total	\$ 9.100

(Assistance techniques):	25 machines a écrire	\$ 3.500
	25 classeurs a dossiers a 4 tiroirs	750
	25 classeurs a fiches	750
	30 tiroirs a microfilms	300
	Conditionnement d'air	5.000
	Total	\$10.000

2.3. Appareils photographiques (Assistance technique)

5 appareils de prises de vue sur microfilms	10.000
4 agrandisseurs	400
Appareils de developpement, séchage plus ou moins automatiques	5.000
1 appareil de tirage microfilm positif	200
500 appareils de lecture de microfilms au centre et ailleurs	40.000
Total	\$ 55.600

2.4 Frais de tranport (Assistance technique) \$ 1.0003: Estimation des crédits de fonctionnement3.1 Periodiques

Les periodiques devant être souvent payés en dollars, la somme à prévoir pour les abonnements devra être fournie par l'Assistance technique

\$1.000

- 3 -

Biblioteca
de I. B. B. D.Biblioteca
de I. B. B. D.3.2 Frais de papier et d'impression

Le CNRS, avec 4.600 périodiques par an, a publié 120.000 références en 1949, "Biological Abstracts", avec 2.500, périodiques, 20.000. Un centre bibliographique a son début, recevant 7.000 périodiques, pourrait oublier environ 150.000 références par an. Les dépenses à prévoir pour chaque référence serait plus faibles, puisque l'on publierait seulement les titres des articles, sans analyse.

Dépenses à prévoir pour l'année en frais de papier et de publication:

Assistance Technique	\$ 40.000
Hôte	40.000

3.3. Dépenses pour produits photographiques

(Hôte) Electricité et eau....	\$ 1.500	1.500
(Assistance technique) Films....	2.500	
papier...	1.500	
Produits chimiques...	500	4.500

En comptant l'amortissement des appareils et les frais de personnel, la page sur microfilm revient à 0.7 cent, si l'on photographie 5000 pages à la fois, la page sur papier de 151/2 x 31 revient à 7 cents.

3.42 Sur les 40 personnes du service photographique	
35 seraient payées par l'hôte	\$ 45.000 par an
et	
4 personnes très qualifiées payées	
par l'Assistance technique	20.000 par an
3.43 Sur les 10 personnes du service de consulta-	
tion:	10.000 par an
7 employés locaux	
et	
3 employés payés par l'Assistance	
Technique	20.000 par an
3.44 Sur les 10 personnes du service de traduction:	
7 employés locaux	15.000 par an
et	
3 employés payés par l'Assistance	
Technique	20.000 par an
3.45 Frais de voyage (Assistance technique)	30.000 par an

3.5 Frais de bureau et d'Entretien

Pour les quatre services réunis: par	25.000
l'hôte et réparation d'appareils pour	
l'Assistance technique	10.000

4. RECAPITULATION

4.1 Frais d'installation: (Hôte)	\$ 9.100
(Assistance Technique)	66.900
4.2 Frais de fonctionnement: (Hôte)	186.500
(Assistance Technique)	189.500

ANEXO E – Resolução Executiva de Criação do IBICT**CNPq**

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICOBIBLIOTECA
DO
IBICTINSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM
CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICTRio de Janeiro
1976MT
0022
ex. 3
002720



CNPq

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

RESOLUÇÃO EXECUTIVA 20/76

25.3.76

CRIAÇÃO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM
CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT

BIBLIOTECA
DO
IBICT

Considerando a necessidade de fornecimento de
Informações em Ciência e Tecnologia à comunidade para agilizar o
Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -
(SNDCT);

Considerando que o Instituto Brasileiro de Bi
bliografia e Documentação - IBBD vinha até o momento cuidando do
assunto pelos aspectos documentários e bibliográficos, e

Considerando que o aspecto da Disseminação da
Informação assume uma preponderância grande em função do estágio
em que se encontra a tecnologia, o Presidente do CONSELHO NACIO
NAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, resolve:

Criar o INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM
CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT como desenvolvimento natural do Ins
tituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação - IBBD.

Fica assim extinto o Instituto Brasileiro de
Bibliografia e Documentação - IBBD, cujos direitos e obrigações
passam para o INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E
TECNOLOGIA - IBICT.

José Dion de Melo Teles
Presidente do CNPq

	CNPq	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DESIGNAÇÃO nº 20-100.000-01/76		25.3.76
DIRETOR DO IBICT		
O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso de suas atribuições, resolve designar JOSÉ ADOLFO VENCovsky para a função de Diretor do INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT.		



CNPq

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

O IBICT, unidade subordinada ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, criado como um desenvolvimento natural das atividades do IBBD, tem como objetivo básico preencher uma lacuna no Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT), no que tange ao fornecimento de informações em ciência e tecnologia à comunidade.

Assim, deverá estruturar-se num esquema amplo, promovendo convênios e acordos com entidades que utilizam informações em ciência e tecnologia (ITC), desenvolvendo uma verdadeira rede de informação e garantindo um efetivo processo de transferência de conhecimento, a nível nacional e internacional.

As condições para um rápido e eficiente intercâmbio de informações pressupõem uma ação coordenadora e normalizadora, a nível nacional, por parte do IBICT.

Dada a importância de alguns núcleos de usuários da ITC no País, deverão ser criadas Agências de Coordenação, que poderão ser de âmbito regional ou em função de campos de especialização.

Os serviços de informação/documentação de entidades de pesquisa serão considerados Unidades-Fonte de Informação do IBICT, mediante convênios. Poderão ligar-se ao IBICT diretamente ou através das Agências de Coordenação.

O IBICT tem como principais finalidades:

- Coordenar e supletivamente executar os trabalhos de informação em ciência e tecnologia (ITC), a fim de assegurar o aproveitamento integral e a transferência dos conhecimentos adquiridos no País e no estrangeiro, em âmbito nacional, e garantir a racional utilização dos recursos alocados para essas atividades;
- Criar condições favoráveis à evolução e ao desenvolvimento inte



CNPq

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

3.

- Promoção e apoio técnico e financeiro dos serviços de informação/documentação das entidades que constituirão os componentes do IBICT;
- Promoção de treinamento necessário aos usuários e aos fornecedores da informação;
- Promoção de diretrizes para dinamização geral do setor editorial de ciência e tecnologia no País;
- Criação de um esforço de "marketing" amplo para garantir que a informação atinja plenamente a expectativa dos usuários.

ORGANIZAÇÃO

O IBICT, entidade de direito privado, tem a seguinte estrutura: Núcleo Central e outros componentes como as Agências de Coordenação e Unidades-Fonte de Informação.

A estrutura básica do núcleo central é a seguinte:

Diretoria
Assessorias Técnica, de Planejamento e Jurídica
Centro de Promoção e Comercialização
Centro de Processamento e Divulgação
Centro Referencial
Centro de Treinamento, Pesquisa e Desenvolvimento
Unidade de Apoio Administrativo

ÁREAS DE ATUAÇÃO

As atividades do IBICT abrangerão as diversas áreas da ciência e tecnologia, com ênfase em campos prioritários definidos em função de programas governamentais, demandas regionais e identificação de áreas carentes.



CNPq

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

4.

FONTES DE RECURSOS

Para o desenvolvimento de sua ação, o IBICT contará com recursos provenientes das seguintes fontes:

- Recursos consignados no Orçamento da União;
- Receitas provenientes das vendas de seus produtos e serviços;
- Receitas provenientes de fontes diversas tais como convênios, contratos, protocolos e doações.

PRODUTOS E SERVIÇOS

O IBICT deverá vender, entre outros, os seguintes produtos e serviços:

Produtos - revista especializada em Ciência da Informação, vocabulários controlados (thesauri); bibliografias por áreas de especialização (Química, Física, Agricultura, etc.); bibliografias por tipos de documentos (teses, traduções, etc.); Catálogos Coletivos, Listas de periódicos brasileiros especializados em ciência e tecnologia, repertórios de centros de documentação/informação e de serviços, a partir de outros levantamentos: instituições de pesquisa, de pesquisadores, de pesquisas em processo, de centros de traduções, de conferências, congressos, etc.

Serviços - serviço de disseminação seletiva da informação (SDI); busca retrospectiva, localização de documentos, reprodução de documentos, fornecimento de traduções, serviços de alerta e outros levantamentos específicos.

ANEXO F – Carta da UNESCO para o Delegado Brasileiro

Paris, 4 juillet 1952

Monsieur le Directeur général,

Depuis fort longtemps le Département des Sciences Naturelles de l'Unesco a pressenti nos institutions scientifiques sur la création éventuelle d'un Centre bibliographique national. Le Chef du Centre de Coopération Scientifique de Montevideo s'en est personnellement occupé il y a plus d'un an à Rio de Janeiro. Plusieurs plans ont été, à ce moment-là, esquissés et des devis établis. Plus tard, lors de mon voyage, au mois d'octobre 1951 au Brésil, j'ai eu des contacts avec le Conseil National de la Recherche Scientifique, la Bibliothèque Nationale et la Fondation Getulio Vargas, dans le même sens.

Mon Gouvernement serait très intéressé dans la création d'un tel Centre, couvrant en même temps les problèmes scientifiques, techniques et économiques du Brésil, avec la possibilité de rayonnement sur tous les autres pays de l'Amérique Latine.

L'institution brésilienne qui nous semble la plus à même de prendre en main le Centre Bibliographique National, en collaboration étroite avec les institutions scientifiques et techniques du pays, est la Fondation Getulio Vargas. Lors du passage à Paris de Mme Lydia Hambequy, Chef des Services Bibliographiques de la Fondation, j'ai eu l'occasion d'examiner le problème de plus près avec le Département des Bibliothèques de l'Unesco. Je vous revêts ci-joint une note préliminaire comme base d'étude pour la création du Centre Bibliographique National.

L'énorme étendue de l'Amérique Latine exige, en plus du Centre déjà existant à Mexico, qu'un nouveau Centre soit créé à Rio de Janeiro. Il serait impossible de réunir dans un seul point de notre continent les travaux qui s'imposent dans ce domaine.

Je vous suggère de bien vouloir appliquer à la création du Centre Bibliographique brésilien les ressources dont pourrait disposer à cette fin l'Assistance Technique. La Fondation Getulio Vargas ferait le son côté un effort financier et fournirait le personnel brésilien nécessaire aux services prévus. Les sommes actuellement appliquées par l'Assistance Technique en faveur de la Fondation Getulio Vargas pourraient être destinées, l'année prochaine, à la création du Centre en question. Il faudrait naturellement y ajouter des sommes plus considérables pour la bonne réussite d'un tel projet. J'aime à penser, Monsieur le Directeur général, que vous voudrez bien, une fois de plus, donner votre appui à cette proposition destinée à répondre à des besoins urgents de toute l'Amérique du Sud.

Je vous prie d'agréer, Monsieur le Directeur général, les assurances de ma très haute considération.

Pour Paulo E. de Berrêdo Caetano
Délégué du Brésil auprès de l'Unesco

Signé : V. Imbach
Secrétaire

Monsieur J. Torres Bodet
Directeur général de l'Unesco
Maison de l'Unesco
Paris 16ème

BRAZILIAN BIBLIOGRAPHIC CENTRE

The Brazilian Government requests Technical Assistance from the United Nations in the development of the services of the Fundacao Getulio Vargas, Rio de Janeiro, as a National Bibliographic Centre. In recent years, great progress has been made in Brazil in developing bibliographical services. Two librarian fellowships holders from Brazil have recently been able to study techniques of cooperative cataloguing and other bibliographical services in Europe. Their studies have largely helped to throw into relief the existing problems of bibliographical coordination and services in Brazil and to point the way to solutions; particularly the role of the Fundacao Getulio Vargas as a central and coordinating bibliographical authority has been clarified. Services of the kind now planned are entirely appropriate to the Fundacao Getulio Vargas and can be carried out in direct and close association with all the most important national economic, scientific and library organizations.

The services contemplated are recognized by the Brazilian Government and the authorities of the Fundacao Getulio Vargas to be essential to the economic development of the country. In this connection, the following features can especially be emphasized.

Fast progress in technical and scientific development in Brazil, increases the urgent necessity for an improvement in the services to Brazilian industry, education, administration and science, as well as all the other sides of Brazilian life of the latest information from abroad. Also, Brazil is a country of vast extent; within Brazil, it is only possible to assure efficient and rapid scientific communication if a centrally placed institution such as the Fundacao Getulio Vargas is able to fulfil a national role as a bibliographical information Centre.

Organization:

The organization of the Centre will be sponsored by the Fundacao Getulio

- 2 -

19

Vargas with the cooperation of Unesco and several departments of Brazilian public administration and national cultural and scientific institutions.

Work to be accomplished :

The main task of the Centre shall be to maintain the bibliographical and documentation services which contribute most directly to Brazilian economic, scientific and technical development.

It is not proposed that every part of the work should be done by the Fundação Getulio Vargas, but that the Fundação should have a promoting and coordinating responsibility in relation to certain work which will be primarily executed by and be the responsibility of other organizations.

Certain tasks would be maintained as common services by the Fundação Getulio Vargas to all subject fields and all institutions, namely : (i) the maintenance of a cooperative cataloguing service ; (ii) maintenance of a production unit for documentary reproduction ; (iii) the duplication and printing of bibliographical publications for the government agencies ; (iv) the maintenance of the finest standards in bibliographical technique in all related institutions or projects, and finally (v) to serve in every respect as the national bibliographical information service competent to direct all enquiries from within or out of the country to specialised institutions most competent to give the detailed and correct answer.

The present state of public administration and the organization of scientific and technical services in Brazil is such that the country is ready for the development contemplated in this project.

ANEXO G – Creation d'un Centre National Bibliographique

21/11/52

LBA/339354

Création d'un Centre national bibliographique
à Rio de Janeiro, Brésil.

Monsieur le Délégué,

Conformément aux termes de la résolution 4.451 adoptée par la Conférence générale lors de sa 6ème session, et comme suite à la demande présentée par le Gouvernement du Brésil, le Conseil exécutif, lors de sa 29ème session, a décidé que l'Unesco coopérerait avec le Gouvernement brésilien en vue de la création d'un Centre national bibliographique auprès de la Fondation Getulio Vargas, à Rio de Janeiro. Ce centre constituera une expérience témoin dont les résultats pourront bénéficier à tous les pays de l'Amérique latine ; il servira également de champ d'expérience pour déterminer les méthodes bibliographiques les mieux appropriées au Brésil et aux autres pays de l'Amérique latine.

Afin de réaliser ce projet, je suis autorisé à nommer un spécialiste qui remplira les fonctions de Conseiller auprès de la Fondation Getulio Vargas. Ce Conseiller résidera au Brésil pendant six mois en 1953 et quatre mois en 1954 ; des fonds seront mis à sa disposition pour lui permettre de visiter certains pays voisins du Brésil.

Le Gouvernement brésilien prendra de son côté toutes mesures nécessaires pour mettre ce Conseiller à même de remplir sa mission d'une façon satisfaisante ; il mettra notamment à sa disposition des bureaux dans les locaux de la Fondation Getulio Vargas et lui assurera, si nécessaire, les services d'une secrétaire.

Le Gouvernement brésilien, ainsi que la Fondation Getulio Vargas, chargée de la mise en oeuvre du projet sur le plan technique, veilleront au développement progressif des services du Centre bibliographique, à la lumière des recommandations présentées par le Conseiller et de manière à garantir à ce projet son plein caractère d'expérience témoin. Les spécialistes résidant dans les autres pays de l'Amérique latine pourront ainsi bénéficier librement des résultats acquis par cette expérience, grâce à des publications ou par toute autre méthode appropriée.

J'ai l'honneur de proposer le Dr. Herbert C. Cobian, de l'Union Sud-Africaine, pour remplir les fonctions de Conseiller au cours de la

Monsieur le Professeur Paulo L. de Lencastre, de Rio de Janeiro,
 Délégué permanent du Brésil auprès de l'Unesco,
 Maison de l'Unesco (Annexe).



REG Dossier 002 + 011 A 031 (81) Bibliographical and documentation
 centre - Brazil

- 2 -

période 1952-1953. Le Dr. Cobians est actuellement bibliothécaire de l'Université de Natal à Durban (Afrique du Sud) ; il a antérieurement occupé avec un plein succès le poste de bibliothécaire de l'Unesco.

L'Unesco participera aux frais de mise en oeuvre du projet au cours des années 1952, 1953 et 1954, en apportant une contribution totale de 12.130 dollars, sous réserve de l'approbation par la Conférence générale, au cours de sa 7ème session, des dépenses prévues pour 1953 et 1954. La contribution de l'Unesco se répartira de la manière suivante : en 1952 : \$2.630 ; en 1953 : \$5.700 ; en 1954 : \$3.800.

Sur ce total, une somme de 1.000 dollars sera mise en 1952 à la disposition de la Fondation Getulio Vargas, pour l'achat de l'équipement nécessaire à la mise en oeuvre du programme. Le versement de cette somme sera effectué sur présentation d'une liste d'achats dressée en accord avec le Secrétariat de l'Unesco. Le reste des versements de l'Unesco en 1952 sera affecté aux honoraires du Conseiller et à ses frais de voyage entre l'endroit où il sera recruté et Rio de Janeiro.

Il me serait précieux d'avoir la confirmation que ces dispositions reçoivent l'accord du Gouvernement du Brésil.

Je vous prie d'agréer, Monsieur le Délégué, l'assurance de ma considération très distinguée.

Jaime Torres Bodet,
Directeur général.

ANEXO H – Carta da UNESCO para o Delegado Brasileiro

Paris, le 27 novembre 1952

Monsieur le Directeur général,

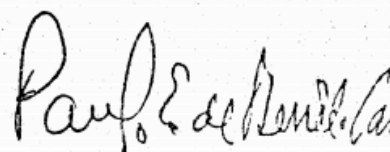
En réponse à votre lettre du 21 novembre 1952 au sujet de la création d'un Centre National Bibliographique à Rio de Janeiro, j'ai l'honneur de vous faire savoir que mon Gouvernement est parfaitement d'accord avec les propositions qu'elle contenait.

La Fondation Getúlio Vargas se fera un plaisir d'accueillir le Docteur Herbert C. Coblans et de lui prêter toute l'assistance nécessaire à l'accomplissement de sa mission.

Nous espérons que la collaboration entre l'Unesco et le Gouvernement brésilien dans le domaine en question nous permettra d'installer en 1953 un véritable Centre National Bibliographique, dans le style et avec les proportions du Centre créé à Mexico. Les besoins du Brésil, son extension territoriale, le développement rapide de sa vie culturelle, de ses bibliothèques, de ses instituts de recherche, de ses Universités, demande un Centre National Bibliographique parfaitement équipé en matériel et en personnel.

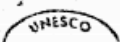
En acceptant la contribution que nous apportera le Département des Activités Culturelles, et spécialement sa Division des Bibliothèques, pour atteindre ce but, nous comptons, Monsieur le Directeur général, sur une aide financière très large de la part de l'Assistance Technique pour que le Centre de Documentation Bibliographique soit à même de rendre au Brésil et à ses pays voisins les services qu'on est en droit d'en attendre.

Veuillez agréer, Monsieur le Directeur général, les assurances de ma plus haute considération.



Paulo B. de Berrêdo Carneiro
Délégué du Brésil auprès de
l'Unesco

Monsieur le Directeur général
de l'Unesco
Maison de l'Unesco
PARIS



REG Dossier 022 + 011 A 031 (81) Bibliographical and documentation